



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

GABRIEL ANDRADE DE FREITAS

MUSEUS, EXPOSIÇÕES E PATRIMÔNIOS LGBTQIA+: Revisão integrativa das teses e dissertações na área de Comunicação, Informação e Museologia no Brasil (2015-2024)

Brasília, DF
2025

GABRIEL ANDRADE DE FREITAS

MUSEUS, EXPOSIÇÕES E PATRIMÔNIOS LGBTQIA+: Revisão integrativa das teses e dissertações na área de Comunicação, Informação e Museologia no Brasil (2015-2024)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Clovis Carvalho Britto

Brasília – DF
2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

FF866m Freitas, Gabriel Andrade de
Museus, exposições e patrimônios LGBTQIA+: revisão
integrativa das teses e dissertações na área de Comunicação,
Informação e Museologia no Brasil (2015-2024) / Gabriel
Andrade de Freitas; orientador Clovis Carvalho Britto.
Brasília, 2025.
139 p.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)
Universidade de Brasília, 2025.

1. Ciência da Informação. 2. LGBTQIA+. 3. Museus,
exposições e patrimônios. 4. Teses e dissertações. 5.
Revisão integrativa. I. Britto, Clovis Carvalho, orient.
II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ata Nº: 84

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO INSTALOU-SE A BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO DISCENTE **GABRIEL ANDRADE DE FREITAS**, MATRÍCULA 232103308. A BANCA EXAMINADORA FOI COMPOSTA PELOS PROFESSORES DR.(A) ANA LÚCIA DE ABREU GOMES/PPGCINF/UNB, DR. TONY WILLIAN BOITA/UNESPAR, DR(A). MICHELLI PEREIRA DA COSTA/PPGCINF/UNB (SUPLENTE) E DR. CLOVIS CARVALHO BRITTO/PPGCINF/UNB, ORIENTADOR/PRESIDENTE. O DISCENTE APRESENTOU O TRABALHO INTITULADO "**MUSEUS, EXPOSIÇÕES E PATRIMÔNIOS LGBTQIA+: REVISÃO INTEGRATIVA DAS TESES E DISSERTAÇÕES NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E MUSEOLOGIA NO BRASIL (2015-2024)**".

Concluída a exposição, procedeu-se a arguição do candidato, e após as considerações dos examinadores o resultado da avaliação do trabalho foi:

- (X) Pela aprovação do trabalho;
- () Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentação definitiva do trabalho revisado;
- () Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de (Nº DE MESES) para nova versão;
- () Pela reprovação do trabalho, conforme as normas vigentes na Universidade de Brasília.

Conforme os Artigos 34, 39 e 40 da Resolução 0080/2021 - CEPE, o(a) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. CLOVIS CARVALHO BRITTO
PPGCINF/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
(ORIENTADOR)

DR.^a ANA LÚCIA DE ABREU GOMES
PPGCINF/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
(MEMBRO INTERNO)

DR. TONY WILLIAN BOITA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
(MEMBRO EXTERNO)

DR.^a MICHELLI PEREIRA DA COSTA
PPGCINF/UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
(SUPLENTE)

GABRIEL ANDRADE DE FREITAS
(MESTRANDO)



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 09/07/2025, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Vice-Coordenador(a) da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 09/07/2025, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Tony Willian Boita, Usuário Externo**, em 09/07/2025, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL ANDRADE DE FREITAS, Usuário Externo**, em 09/07/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Elmira Luzia Melo Soares Simeao, Coordenador(a) da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 10/07/2025, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12824040** e o código CRC **40161686**.

Referência: Processo nº 23106.058621/2025-66

SEI nº 12824040

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Clovis Carvalho Britto, sem sua colaboração, indicações e paciência este trabalho não existiria.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, professora Ana Lúcia de Abreu e professor Tony Boita, por suas correções e apontamentos que possibilitaram a lapidação das minhas ideias.

A minha mãe Rosa, ao meu falecido pai Antonio, a minha irmã Aline, ao meu irmão Antonio, a minha irmã Ana Karoline, a minha gata Florzinha, ao meu namorado Jackson, aos meus amigos Yago, Gabriel, Geryon, Girlene, Layó, Wilton, Jeovane, Isaac e tantos outros por contribuírem na construção da pessoa que sou hoje.

RESUMO

Este trabalho analisa as teses e dissertações da área de Comunicação, Informação e Museologia no Brasil que investigaram a temática LGBTQIA+ em museus, exposições e patrimônios, entre 2015 e 2024. A pesquisa possui uma abordagem quali quantitativa e exploratória, por meio de revisão de literatura sobre Comunicação, Informação e Museologia LGBTQIA+, estudos de gênero e sexualidades. Investiga a inserção da temática LGBTQIA+ a partir da análise de grupos de trabalho em seminários-chave, de publicações e da presença de grupos de pesquisa. Também analisa documentos de constituição e de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior relativos à grande área do conhecimento selecionada. Por fim, realiza uma revisão integrativa das teses e dissertações da área de Comunicação, Informação e Museologia relacionadas ao recorte proposto. Como resultado é observado um aumento das pesquisas sobre museus, exposições e patrimônios LGBTQIA+ na grande área de avaliação, com maior prevalência de teses e dissertações em Ciência da Informação.

Palavras-chave: Comunicação LGBTQIA+; Informação LGBTQIA+; Museologia LGBTQIA+; Revisão integrativa; Museus; Exposições; Patrimônios.

ABSTRACT

This study analyzes theses and dissertations in the fields of Communication, Information, and Museology in Brazil that have addressed LGBTQIA+ themes in museums, exhibitions, and heritage between 2015 and 2024. The research adopts a qualitative- quantitative and exploratory approach, employing a literature review focused on LGBTQIA+ Communication, Information, and Museology, as well as gender and sexuality studies. It investigates how LGBTQIA+ topics are integrated within the field through the analysis of working groups in key academic conferences, scholarly publications, and the presence of research groups. Additionally, it examines institutional and assessment documents from the Coordination of Superior Level Staff Improvement (CAPES) related to the selected major academic area. Finally, it conducts an integrative literature review of theses and dissertations in Communication, Information, and Museology that are relevant to the proposed scope. The findings indicate a growing body of research on LGBTQIA+ museums, exhibitions, and heritage within this academic field, with a notable prevalence of theses and dissertations in Information Science.

Keywords: LGBTQIA+ Communication; LGBTQIA+ Information science; LGBTQIA+ Museology; Integrative Literature Review; Museums; Exhibitions; Heritage

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Programas em Comunicação 2023	87
Figura 2: Programas em Ciência da Informação 2023	90
Figura 3: Programas em Museologia 2023	93
Figura 4: Expansão da Área de Comunicação e Informação 2009-2018	96
Figura 5: Expansão de Cursos Profissionais (MP) da Área de Comunicação e Informação 2009/2018.....	97
Figura 6: Expansão de Cursos da Área de Comunicação e Informação por Região do País –2009/2018	97
Figura 7: PPGs por região (2023)	98
Figura 8: PPGs por Unidades da Federação	99
Figura 9: Total de Programas por grau e modalidade do PPG	99
Figura 10: Atuações discente por grau e por situação	100
Figura 11: Atuações de discentes por raça/cor	100
Figura 12: Atuações de discentes por sexo	101
Figura 13: Ingresso por grau do curso	101
Figura 14: Ingresso por raça/cor	101
Figura 15: Ingresso por sexo	102
Figura 16: Atuações de docentes por ano	102
Figura 17: Atuações de docentes por UF	103
Figura 18: Atuações de docentes por sexo	103
Figura 19: Nuvem de palavras produzida a partir dos títulos, resumos e palavras-chave (Comunicação)	109
Figura 20: Nuvem de palavras produzida a partir dos títulos, resumos e palavras-chave (CI)	118
Figura 21: Nuvem de palavras produzida a partir dos títulos, resumos e palavras-chave (Museologia).....	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Etapas da revisão integrativa	35
Quadro 2: Teses e Dissertações em Comunicação	107
Quadro 3: Teses e Dissertações em Ciência da Informação	111
Quadro 4: Teses e Dissertações em Museologia	120
Quadro 5: recorrência das autorias e seus conceitos trabalhados	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Presença LGBTQIA+ nos encontros da Compós	56
Gráfico 2: Presença LGBTQIA+ no Enancib	65
Gráfico 3: Presença LGBTQIA+ no SEBRAMUS	77
Gráfico 4: Incidência de termos em pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	106
Gráfico 5: Incidência de termos em pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no campo da Comunicação	107
Gráfico 6: Incidência de termos em pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no campo da Ciência da Informação	110
Gráfico 7: Incidência de termos em pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no campo da Museologia	119
Gráfico 8: Incidência dos trabalhos ao longo dos anos	122
Gráfico 9: Trabalhos por Instituições de Ensino	123
Gráfico 10: Incidência das autorias	126

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	Academia Brasileira de Ciência
AIECS	Associação de Estudos da Comunicação Social
ALAIC	Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPÓS	Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICOM	Conselho Internacional de Museus
GT	Grupo de Trabalho
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, queer, intersexo, assexuais
MAC	Museu de Arte Contemporânea
MAE	Museu de Arqueologia e Etnologia
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MP	Museu Paulista
MZ	Museu de Zoologia
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RDCCM	Rede de Docentes e Cientistas do Campo da Museologia
SEBRAMUS	Seminário Brasileiro de Museologia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 - DIVERSIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÕES SEXUAIS NO CAMPO CIENTÍFICO: Configurações da Comunicação, Informação e Museologia LGBTQIA+ no Brasil	37
1.1 Da libertação das mulheres à libertação das identidades: feminismos, interseccionalidades e movimentos LGBTQIA+.....	38
1.2 Comunicação, Informação e Museologia LGBTQIA+	48
1.2.1 Comunicação LGBTQIA+	49
1.2.2 Informação LGBTQIA+	61
1.2.3 Museologia LGBTQIA+	66
2 - ENTRE A AUTONOMIZAÇÃO E A AVALIAÇÃO: A ÁREA COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E MUSEOLOGIA	80
2.1 Os primeiros cursos de pós-graduação em Comunicação, Ciência da Informação e Museologia no país	85
2.1.1 Comunicação	85
2.1.2 Ciência da Informação	87
2.1.3 Museologia	91
2.2 A área de Comunicação, Informação e Museologia: da criação ao estágio atual ..	94
3 – REVISÃO INTEGRATIVA: MUSEUS, EXPOSIÇÕES E PATRIMÔNIOS LGBTQIA+	105
3.1 Museus, Exposições e Patrimônios LGBTQIA+ na Comunicação	106
3.2 Museus, Exposições e Patrimônios LGBTQIA+ na Ciência da Informação	110
3.3 Museus, Exposições e Patrimônios LGBTQIA+ na Museologia	119
3.4 Comunicação, Informação e Museologia LGBTQIA+ em perspectiva	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo investigar as teses e dissertações na área de Comunicação, Informação e Museologia publicadas entre os anos de 2015 e 2024 no Brasil que discorram sobre a temática LGBTQIA+¹ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transgêneros/transsexuais, *queer*, intersexuais, assexuais) em museus, exposições e patrimônios, a partir de uma revisão integrativa.

Baseando-se a partir da classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) das Áreas do Conhecimento/Avaliação, organização essa que almeja ser “uma maneira ágil e funcional de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos aos órgãos gestores da área de ciência e tecnologia.”², a área de Comunicação, Informação e Museologia, anteriormente denominada Ciências Sociais Aplicadas 1³, está inserida na Grande Área “Ciências Sociais Aplicadas” e corresponde especificamente as áreas básicas: Museologia, Ciência da Informação e Comunicação, abrangendo programas de pós-graduação em Museologia, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação e Jornalismo.

É importante salientar a natureza arbitrária das classificações de áreas do conhecimento, uma vez que diversas universidades não seguem o modelo da CAPES na estruturação de seus organogramas institucionais com relação aos respectivos cursos de graduação e pós-graduação. Ou seja, a delimitação do recorte a partir desses critérios ocorre para permitir a materialidade da dissertação.

De acordo com o Documento da Área (2019), ao serem elencadas as tendências, apreciações e orientações:

Considera-se que a comunicação e a informação são elementos de empoderamento do indivíduo e se abrem para as possibilidades de emancipação social. Entretanto, estes elementos, em geral, não estão acessíveis a **determinadas camadas sociais**, dificultando a reflexão e a crítica sobre fatos e situações vivenciadas na realidade. (p. 3, grifo próprio)

Reconhecendo que parte da camada social compreendida por indivíduos que possui identidades de gênero e orientações sexuais destoantes da norma estabelecida, é perceptível que há um esforço, em utilizar os conhecimentos singulares produzidos pelo corpo acadêmico na

¹ Sigla utilizada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, conforme consta no Decreto nº 11.341, de 1 de janeiro de 2023. Disponível em < <https://shre.ink/HFb3> >

² Definição disponível em: < <https://shre.ink/roBd> >

³ Documento da área 2017, disponível em: < <https://shre.ink/roBT> >

área destacada para atenuar entre outros aspectos, a violência simbólica e o silenciamento em relação as narrativas que são produzidas e contemplam subjetividades de identidades e sexualidades que fogem da heterocisnormatividade (Baptista, Boita, 2023).

Esse movimento pode ser traçado desde a abertura conceitual das Ciências Humanas em geral, a partir das efervescências sociais e culturais presentes no Ocidente principalmente na segunda metade do século XX. O feminismo nesta época entrou na denominada “segunda onda”, na qual “um dos lemas principais das feministas desse período consistia na frase: o privado é político” (Siqueira, 2015, p. 336) em que se reivindicava uma mudança nas estruturas patriarcais de organização familiar e social, abrindo questionamento sobre os papéis limitantes de gênero. Além do mais há um foco no direito ao próprio corpo, o que acarretou movimentos pela defesa do direito ao aborto (Garcia, 2015; Siqueira, 2015). Como será mais elaborado ao longo desse trabalho, os movimentos feministas e LGBTQIA+ convergem em diversos pontos nas suas histórias e reivindicações.

O ambiente acadêmico passa por intensas transformações com a intensificação do ingresso das mulheres em seu meio, “desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos.” (Rago, 1998, p. 90).

Com esses ares de mudanças paradigmáticas⁴ e num contexto de repressão política e regimes autoritários em boa parte da América Latina, ocorre um dos eventos-chave na área de museus e Museologia, a Mesa Redonda de Santiago em 1972, caracterizado até hoje por sua “importância do acontecimento para os museus e para as diversas Museologias e a Sociomuseologia em particular na América Latina e em Portugal” (Chaves, 2024). Surgem assim alguns modelos capazes de compreender as características debatidas na teoria, visando a organização de práticas que possibilitem maior integração dos anseios sociais da época.

Modelos como os 'museus comunitários' (desde os neighbourhood museums americanos, como Anacostia, em Washington, até os chamados ecomuseus), trouxeram notável renovação no campo geral da Museologia, em particular quanto a suas responsabilidades sociais. Também serviram de escudo e foram utilizados na produção de algum efeito anestésico quando se simplificaram questões de suma complexidade e gravidade - como o que seria específico do museu, num quadro de ação cultural – para não falar da comunicação de massas e da indústria cultural. (Meneses, 1994, p. 11)

⁴ Partindo da leitura sobre paradigma que Rafael Capurro (2003) faz a partir de Thomas Kuhn, onde: “paradigma é um modelo que nos permite ver uma coisa em analogia a outra” (n.p.), percebe-se nesse período o início das discussões sobre uma Nova Museologia em contraste com a Museologia normativa (Duarte, 2013)

A Mesa conta com uma participação de mulheres intelectuais de diferentes áreas e localidades (Chaves, 2024), que por muitas vezes são invisibilizadas, reflexo da estrutura patriarcal de pensamento. O evento é marcado pela caracterização do conceito de museu integral, bem como a compreensão da utilização das instituições de memória como instrumento de desenvolvimento social.

Tencionar conceitos formulados a partir de uma base estruturada na herança colonial, como o exemplo pontuado acima, é também uma ferramenta utilizada na posterior conceituação de Museologia e Patrimônios LGBTQIA+, um dos pontos que serão elaborados ao longo do texto. Além do mais, é possível observar movimento similar na Ciência da Informação, como indica uma atuação das profissionais da informação que passam a voltar-se para a "promoção da cultura, da leitura e de ações de competência em informação, bem como ligadas à operacionalização da valorização identitária da população LGBTQIA+ e à transformação dos espaços socioculturais." (Mata; Nascimento, 2021 p. 2). Essa condução com responsabilidade social e política visa contrapor a violência sistêmica e ainda presente contra indivíduos cuja sexualidade e/ou identidade de gênero fujam do padrão heterocisnormativo estabelecido.

Porém, mesmo em entendimentos teóricos que visam um diálogo horizontalizado com as comunidades na qual mantinham relação direta, por muitas vezes às questões relativas as demandas do que se condicionou a ser identificado como movimento LGBTQIA+ são deixadas à margem. O caráter de impessoalidade e objetividade defendido por intelectuais de boa parte dos espectros acadêmicos por vezes sobrepuja a visão geral em torno de uma temática e acarreta com isso o apagamento histórico de narrativas, exemplo disso é o processo de "heterossexualização compulsória de objetos, histórias e memórias dos povos originários" (Baptista, 2021, p. 45-46).

A importância da constituição de marcadores sociais da diferença dentro da Museologia, da Comunicação e da Ciência da Informação, além de demarcarem a intencionalidade dos discursos produzidos por quem os utilizam, permite também demonstrar como ainda se reflete na Academia as fobias presentes na sociedade em geral. A exemplo disso a "[...] Museologia LGBTQIA+ demonstra que a sexualidade vigente nos museus brasileiros não somente nos exclui, mas também contribui para a violência LGBTQIófoba estrutural brasileira." (Baptista et al., 2023, p. 7).

Na Ciência da Informação (CI) de forma geral, é possível identificar nos últimos anos uma preocupação social. Rafael Capurro (2003) demonstra através de uma análise da construção histórica da área no decorrer de diferentes paradigmas, como a consideração da

dimensão social se consolida na discussão, através do pensamento de Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen e o conceito de *domain analysis*:

Uma consequência prática desse paradigma é o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que aspiram o paradigma físico e o cognitivo. Uma base de dados bibliográfica ou de textos completos tem caráter eminentemente polissêmico ou, como o poderíamos chamar também, polifônico. (Capurro, 2003, n.p.⁵)

A Ciência da Informação a partir desse paradigma social, ao considerar a polifonia dos discursos bem como “o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação” (Capurro, 2003, n.p.), permite que diferentes comunidades possam modelar critérios de seleção na recuperação da informação. Sendo assim a disciplina pode ser uma importante ferramenta para possibilitar que discursos historicamente silenciados provenientes de comunidades heterogêneas e marginalizadas, como a comunidade LGBTQIA+, possam emergir com maior destaque.

Além dos mais, ao considerar “o trabalho informativo” como “um trabalho de contextualizar ou recontextualizar praticamente o conhecimento” (Capurro, 2003, n.p.), cabe as pessoas profissionais da informação o papel de mediar essa contextualização baseando-se nas realidades as quais as/os usuárias/os se inserem, podendo assim tratar das mais diferentes problemáticas sociais.

Conforme demonstrado por Capurro (2003), não é possível ter uma periodização robusta do desenvolvimento paradigmático da área, percebe-se ao longo do desenvolvimento da CI a contribuição de pensamentos como de Suzanne Briet (1951), uma importante teórica da Ciência da Informação, na qual foi possibilitada a demonstração da relevância dessa área para o desenvolvimento do ser humano, ao mesmo tempo em que se elabora outros ramos do pensamento no campo com intuito de focalizar seus esforços nas ciências e tecnologias (Brasileiro; Loureiro; Freire, 2015). Sua afirmação “a Documentação é para a cultura o que a máquina é para a indústria”, retoma essa particularidade mediadora da área. O trabalho de Briet não ignorava o caráter humano (Fayet-Scribe, 2018), pretendendo uma formação em documentação para todas, tanto as/os pesquisadores quanto o público geral, chamado por ela como a “a tarefa da ‘coletivização’ dos conhecimentos” (p. 811). Esse ponto de vista é essencial

⁵ Disponível em: < https://www.capurro.de/enancib_p.htm >. Acesso em: 14 de mar. de 2025.

para o entendimento de uma Ciência da Informação preocupada em atenuar violências e apagamentos historicamente construídos.

A relação dos estudos referentes à comunidade LGBTQIA+ com a Ciência da Informação proporciona a aquisição de características singulares da área para a construção de teorias emancipatórias. “A Ciência da Informação assume uma ação preponderante à medida que problematiza questões inerentes à organização, disseminação, acesso e uso da informação.” (Silva; Côrtes; Oliveira, 2019, p. 71). Com isso a função social que pode ser desempenhada pela CI, ao considerar subjetividades marginalizadas tanto como produtoras e consumidoras de informação, nega a potencial homogeneidade no que concerne os estudos de usuário e de práticas informacionais, a partir de uma concepção paradigmática alternativa que se inicia desde a década de 1990.

Este ponto de vista compreende essencialmente as relações histórico-culturais sob as quais os sujeitos acessam, utilizam, produzem informação e agem transformando sua situação social concreta. Diante destes aspectos, potencializa-se a/o usuária/o da informação concebida/o de forma contextualizada. (Silva; Côrtes; Oliveira, 2019, p. 78).

As aproximações dos campos (Bourdieu, 2006) da Museologia e da Ciência da Informação foram se construindo ao longo do desenvolvimento das duas áreas, tendo o processo de musealização dos objetos, a partir do entendimento de que se trata de um procedimento “info-comunicacional” (Britto, 2023) contribuindo “[...] para que, na longa duração, os objetos, coleções e suas instituições custodiais fossem reconhecidos pelo campo da informação ou contribuíssem para a autonomização de um dos subcampos que integram o campo informacional.” (Britto, 2023 p.14). a partir do entendimento de objetos como documento (Briet, 1951) pela CI que vem ganhando força desde a década de 1980 (Loureiro, 2019).

A escolha pelo recorte dessa dissertação em selecionar os trabalhos que possuem como temática central discussões sobre museus, exposições e patrimônios LGBTQIA+ se deu através do meu desejo em contribuir com as aproximações entre os campos da Museologia e da CI, dada minha formação. Porém percebe-se que “essa aproximação não é unânime entre os profissionais e estudiosos das áreas e que as relações muitas vezes são conflituosas.” (Britto, 2023 p.18), exemplo disso é a modificação da nomenclatura da Área de Avaliação para “Comunicação, Informação e Museologia” em 2024, com intuito de evidenciar e delimitar essa última.

Além do mais, a relação da Ciência da Informação com o campo da Comunicação, se dá a partir da interdisciplinaridade, uma das características basilares dessa primeira, com quatro

campos principais, segundo Saracevic (1996): Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva e Comunicação. Para esse autor “[...] as relações entre o fenômeno e o processo - informação e comunicação - definem as relações entre CI e comunicação (campo)” (Saracevic, 1996, p. 53). A partir da discussão com diferentes referenciais de ambos os campos, Larissa de Carvalho e Giulia Crippa (2013) apontam que:

Comunicação é a união entre oferta de significados, informação e compreensão. De acordo com essa teoria, não há transmissão de informação entre emissor e receptor. A informação não é idêntica para o emissor e o receptor. Ela deve ser construída pelo processo de comunicação. Portanto, as relações entre informação (fenômeno) e comunicação (processo) são bastante estreitas, o que aproxima a Ciência da Informação da Comunicação (campo). (Carvalho; Crippa, 2013, p. 247)

A interdisciplinaridade é aqui entendida como termo com diferentes significações que “caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”. (Fazenda, 1993 apud Santos; Rodrigues, 2013). Surge como oposição a ideia de saber fragmentado, na epistemologia europeia em meados da década de 1960, segundo evidenciado por Ana Paula Santos e Mara Rodrigues (2013), e incorpora-se ao pensamento brasileiro por volta também dessa mesma década através da influência da obra de Georges Gusdorf nos trabalhos de “Hilton Japiassu no campo da epistemologia e (de) Ivani Fazenda no campo da educação, autores considerados os precursores do tema no Brasil” (Santos; Rodrigues, 2013, p. 338).

É bem verdade que a interdisciplinaridade, marco das Ciências Sociais e Humanidades, é componente da maioria das Ciências que emergiram a partir dos anos 40 do século 20, entre as quais a Comunicação, a Ciência da Computação e a Ciência Cognitiva, não por acaso fortemente interdisciplinares com a Ciência da Informação. (Pinheiro, 2006, pp. 1-2)

No campo da Comunicação a interdisciplinaridade “manifesta-se, conforme lemos no Documento de Área, como algo constitutivo da pesquisa” (Santos; Fujiki; Costa, 2016, p. 12) sendo assim uma característica consolidada e frequentemente pesquisada e problematizada. Em trabalho de pesquisa construído por Lena Pinheiro (2012) é demonstrado que o “foco interdisciplinar da Ciência da Informação e Museologia se origina no IBICT, com a geração de número significativo de dissertações e teses envolvendo Ciência da Informação e Museologia.” (p. 25).

Esses movimentos de aproximações e conflitos entre os campos que constituem a Área de Avaliação do recorte deste trabalho demonstram como a Academia é um ambiente de

constante debate e aperfeiçoamento. Esta dissertação, inserida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB, intenciona relacionar o caráter social da área com sua potencialidade em realçar narrativas negligenciadas. A importância de se organizar conhecimento baseado na temática LGBTQIA+ está no fortalecimento da bibliografia, além de conversar diretamente com anseios tão manifestados em parte da produção acadêmica contemporânea, conforme será analisado nesta dissertação.

O problema de pesquisa escolhido justifica-se pela existência de poucos trabalhos, em comparação a outras temáticas, sobre as repercussões dos discursos relacionados a identidades de gênero e orientações sexuais divergentes da heterocisnormatividade no âmbito acadêmico brasileiro. Essa baixa atuação sobre esse tema é percebida em pesquisa anteriormente conduzida (Freitas, 2023), onde analiso um evento-chave da área, o Seminário Brasileiro de Museologia (SEBRAMUS).

A escolha temática relaciona-se com minha subjetividade, a partir da realidade de um homem gay cisgênero e bacharel em Museologia, na qual foi percebida as ressonâncias da LGBTfobia dentro dos discursos acadêmicos, principalmente referente a certa resistência em inserir essas narrativas diversas e no aprofundamento da discussão na universidade. Além disso, apesar da previsão legal dispor que a valorização da diversidade cultural e o respeito são princípios fundamentais dos espaços de memória, é ainda observado um apagamento histórico de memórias que fujam ao *status quo* heterocisnormativo, como a da comunidade LGBTQIA+ (Boita, 2020).

O recorte temporal escolhido é justificado pelo fato do trabalho mais antigo encontrado na base de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre o recorte temático proposto ser de 2015. Pela escrita da dissertação se iniciar em 2024, decidi utilizar esse ano como limite temporal. Com isso a investigação nesse período de quase uma década consegue assim ilustrar de qual forma as pessoas pesquisadoras da área de avaliação selecionada (Comunicação, Informação e Museologia) mobilizam questões sobre museus, exposições e patrimônios LGBTQIA+.

A escolha em trabalhar a temática fundamenta-se na continuidade da minha trajetória na Academia, por dois anos seguidos fiz iniciação científica (PIBIC) na Universidade de Brasília, seguindo como tema central as discussões relacionadas a identidades de gênero e orientações sexuais na política de memória. No primeiro, intitulado “Revista Memória LGBT: Museologias dissidentes e memórias corporificadas” (Freitas, 2020), efetuei uma análise qualitativa de onze edições da *Revista Memórias LGBT+* (RMLGBT+) até aquele momento publicadas, um periódico digital de metodologia compartilhada, participativa e colaborativa, criado por Tony

Boita, apoiado pela Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social e disponibilizado em domínio digital próprio gratuitamente. Na análise constatei a forma na qual os textos publicados ao longo das edições abordaram os conceitos de Museologias Dissidentes e Memórias Corporificadas.

A partir dessa primeira experiência e dado o contexto geral de início da pandemia de covid-19, ficou evidente a importância de publicações que seguem esse padrão informativo aberto e disponível, principalmente na abordagem da temática relacionada às identidades de gênero e orientações sexuais. A RMLGBT+ exibe uma potencialidade virtual no cumprimento do tripé fundamental da Museologia, a preservação, pesquisa e comunicação das informações, propiciando um protagonismo das memórias dissidentes da matriz cisheterossexual, algo que pode levar a sociedade alcançar maior justiça social.

No segundo trabalho de iniciação científica (2020/2021), de título “Museologias indisciplinadas e tendências de pesquisa: repercussões da temática LGBT no Seminário Brasileiro de Museologia” (Freitas, 2021) realizei uma análise quantitativa através de metodologia descritiva e exploratória dos *Anais do Seminário Brasileiro de Museologia*. Um dos principais eventos da área de Museologia do país, que foi idealizado como “[...] espaço de construção solidária e dialógica da Museologia no cenário nacional. Tem como objetivo se afirmar como locus privilegiado de discussões acadêmicas, contribuindo para a divulgação qualificada da produção científica dos professores e pesquisadores da área”⁶.

O objetivo central foi demonstrar a repercussão do discurso LGBTQIA+ na pesquisa sobre Museologia no Brasil. Os resultados comprovaram que em comparação à totalidade de trabalhos apresentados neste evento a ocupação da temática LGBTQIA+ ainda é bastante tímida (entre os anos de 2014 e 2019), apesar de apresentar crescimento na comparação com os anos iniciais. Os trabalhos apresentados no SEBRAMUS demonstram como é necessária a organização do pensamento acadêmico em redes, como a Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social, na qual seus membros se destacam numericamente na abordagem da temática em comunicações.

Meu trabalho de conclusão do curso, intitulado “Rede LGBT de Memória e Museologia Social: Análise das repercussões no campo da Museologia no Brasil (2012-2022)” (Freitas, 2023) é a combinação dessas duas pesquisas anteriores, com foco principal nas repercussões da Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social. Efetuei uma revisão integrativa de todas

⁶ Apresentação. Disponível em:

<<http://www.sebramusrepositorio.unb.br/index.php/1sebramus/index/about/editorialPolicies#custom-0>>. Acesso em 14 de mar. de 2025.

as edições da RMLGBT+, dos anais do SEBRAMUS e dos trabalhos de conclusão de curso em Museologia nas universidades federais do Brasil que discutem a temática LGBTQIA+. Os dados coletados e analisados nas duas pesquisas anteriores são atualizados e complementados e conclui que a Rede contribuiu diretamente com o desenvolvimento dessa temática no contexto acadêmico, sendo demonstrado através de tabelas e gráficos elaborados a partir da coleta dos dados, o crescimento numérico desses trabalhos nas três fontes pontuadas.

A escolha em investigar a produção da pós-graduação brasileira na área de avaliação Comunicação, Informação e Museologia, com foco em museus, exposições e patrimônios sobre questão LGBTQIA+, como objeto principal da pesquisa condiz com a necessidade de entender a capilaridade de um discurso voltado ao respeito à diversidade de gêneros e orientações sexuais dentro do contexto acadêmico contemporâneo. A pluralidade temática interseccional que esse tópico proporciona é um demonstrativo da forma com o qual o campo da Ciência da Informação pode e tem sido impactado por essa integração de pautas sociais bem como a visibilidade dessas narrativas insurgentes.

O silenciamento seletivo de determinadas pautas, como as questões *sui generis* da comunidade LGBTQIA+ não se limita apenas ao discurso acadêmico, tendo em vista que este reflete inúmeros preconceitos presentes na sociedade de forma geral, mas também em elementos constituintes da construção de uma memória coletiva nacional, como por exemplo no discurso patrimonial oficial.

A ação prática e seletiva dos profissionais na eleição dos bens culturais para a composição do patrimônio cultural, transparece a lógica normativa e colonizadora instituída por meio da dominação e desejo cis heteronormativo sobre as tentativas de negação das identidades das comunidades LGBT, por mais que as pautas da pluralidade cultural e de sua importância estejam presentes na Constituição Federal e alcancem o campo das políticas culturais. (Britto; Machado, 2020, p. 5-6)

Esta dissertação congrega temas cuja importância em se discutir é de máxima urgência dado o contexto político e social do Brasil e do mundo⁷. As violências física e simbólica sofridas diariamente por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e afins precisam ser combatidas, um dos caminhos se dá com a pesquisa acadêmica, como forma de promover

⁷ Exemplos atuais de como as violências LGBTQIAfóbicas ainda são uma realidade presente: “DF registra três ocorrências ao dia por crime de homotransfobia” disponível em: < bit.ly/3XF6F6t >. “Milhares protestam a favor da diversidade e contra Milei na Argentina após falas de presidente no Fórum Econômico Mundial” disponível em: < bit.ly/4iXJ8GC >. “Trump remove termos como gay, lésbica, transgênero, bissexual e LGBTQ dos sites da Casa Branca e de agências federais” disponível em: < bit.ly/4cjGWqi >. “Governo de extrema direita da Itália inicia ataques contra os direitos da população LGBT” disponível em: < bit.ly/4i2QYNL >.

visibilidade na construção de uma Ciência da Informação comprometida com o respeito das identidades de gênero e orientações sexuais diversas.

O objetivo geral da dissertação é: Investigar a presença da temática LGBTQIA+ nas teses e dissertações da Área de Comunicação, Informação e Museologia que privilegiam museus, exposições e patrimônios LGBTQIA+, tendo como objetivos específicos: i - sintetizar a relação entre movimento feminista e LGBTQIA+ baseando-se no conceito de interseccionalidade e compreender suas ressonâncias nos campos da Comunicação, Ciência da Informação e da Museologia; ii - analisar a configuração dos cursos de pós-graduação na nessa área de avaliação; iii - realizar uma revisão integrativa das teses e dissertações da área de Comunicação, Informação e Museologia relacionadas ao recorte proposto.

Para avaliação do estado da arte sobre a pesquisa com relação a temática LGBTQIA+, utilizei a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) que se identifica como “uma plataforma digital brasileira dedicada à coleta, preservação e ao acesso de literatura científica na área de Ciência da Informação. Ela abrange uma ampla gama de publicações, incluindo artigos de periódicos, trabalhos de eventos, livros e capítulos de livros, principalmente de fontes brasileiras e América Latina”⁸. A busca nessa base de dados específica é justificada pela importância dela para a Ciência da Informação, em âmbito nacional e internacional. Além do mais, os textos referentes aos outros dois campos que compõem a área de avaliação, nesse caso a Comunicação e a Museologia são provenientes de outras bases de dados e indicações feitas por meu orientador e pela banca de qualificação com objetivo de enriquecer esse levantamento sobre o estado da arte.

Utilizei na pesquisa da base de dados apenas a sigla LGBT, tendo em vista que esta versão mais recorrente, pois foi utilizada oficialmente por políticas públicas até 2023 e obtive com isso 61 resultados totais. Destaco em seguida alguns dos principais textos recuperados bem como outros trabalhos atuais que dialogam diretamente com a temática trabalhada nesta dissertação.

A dissertação, apresentada e recuperada através da base de dados do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais *A produção científica acerca da temática LGBT: estudo propedêutico nas teses e dissertações na UFMG*, cuja autoria é de Azilton Ferreira Viana (2017), é resultado de uma “pesquisa bibliométrica de abordagem exploratória, descritiva, bibliográfica e documental, com análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados nos PPGs da UFMG, por meio de buscas realizadas por

⁸ Sobre a Brapci!. Disponível em: < <https://brapci.inf.br/about/brapci> >. Acesso em 14 de mar. de 2025

palavras-chave com ligação direta com a temática na sua Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).” (Viana, 2017, p. 9). O trabalho possibilita uma demonstração de como autorias diversas na CI apresentam uma “investigação científica acerca dos estudos sobre o segmento LGBT, na universidade, a partir do conteúdo de sua literatura cinzenta.” (p. 23)

O autor justifica sua a escolha de abordar a temática na Ciência da Informação pela percepção de ainda ser um tema incipiente, porém com potencial expansivo. “Uma das motivações para o desenvolvimento do presente estudo foi o entendimento de que não existem muitas investigações científicas dessa natureza, que contemplem o segmento LGBT.” (Viana, 2017, p. 27).

Como resultado Viana (2017) percebeu um expressivo aumento do número de trabalhos sobre questões LGBTQIA+ entre os anos de 2010 e 2016, observando que tal fato ocorre após a I Conferência Nacional GLBT, realizada em 2008. Com isso demonstra, através da apresentação dos dados, que há “um diálogo entre o movimento e a comunidade científica. Esta constatação indica que a atuação do movimento organizado LGBT propiciou a produção de novos estudos, inclusive com construção de novas semânticas com vistas a estabelecer uma relação entre o segmento LGBT e a sociedade.” (Viana, 2017, p. 126).

No artigo “Gênero e sexualidade como temas de teses e dissertações: levantamento quantitativo nos repositórios do IBICT e da Capes.” Francisco Welton Silva Rios e Maria Naires Alves de Souza, realizam uma “pesquisa exploratória descritiva com abordagem no método bibliométrico, [efetuando] busca com os descritores “gênero” e “sexualidade”, nos repositórios supracitados, num lapso temporal de dez anos (2004-2014) na BDTD do IBICT e de 2010 a 2013 no Banco de Teses da CAPES.” (p. 1923).

Os autores contribuem para essa dissertação no sentido de demonstrar a importância de investigar determinado tema nas produções acadêmicas, principalmente nas temáticas principais trabalhadas em teses e dissertações. “Levando em consideração a capacidade que as produções acadêmicas transportam, as teses e dissertações são caracterizadas como importantes fontes de informação científica e tecnológica que podem auxiliar no desenvolvimento de pesquisas voltadas para estes temas e que suscitem trabalhos consistentes, de confiança e qualificáveis.” (Rios; Souza, 2017, p. 1925).

Em “A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social” os autores Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos, Maria das Graças Targino e Isa Maria Freire utilizam a BRAPCI para construir uma percepção de como a Ciência da Informação trabalha as questões LGBTQIA+, em 2016. O artigo corrobora a ideia de que é ainda um tema bastante incipiente na área, apesar dos esforços de muitos para mudar essa

realidade, validando a percepção anteriormente demonstrada de Azilton Viana (2017) e a minha própria (Freitas, 2021, 2023). Além do mais, assim como a dissertação de Viana (2017) e o artigo de Francisco Rios e Maria Souza (2017) o método bibliométrico é utilizado para efetuar a análise quantitativa dos dados.

Os três trabalhos até aqui apontados demonstram em seus resultados um paralelo direto com o analisado em minha atualização de pesquisa (Freitas, 2023) sobre a presença da temática LGBTQIA+ como tema de produção no Seminário Brasileiro de Museologia (SEBRAMUS) e nos trabalhos de conclusão de curso em Museologia no Brasil, que é um interesse ainda insipiente, porém com potencial expansivo, se for continuada a tendência observada nos últimos anos.

Para além dos trabalhos que discorrem sobre a presença da temática LGBTQIA+ na Ciência da Informação, as dissertações de Débora de Abreu e Silva (2024), intitulada *Patrimônio e Ciência da Informação: representação métrica em periódicos brasileiros*, e de Kadidja Valeria Reginaldo de Oliveira (2020) de título *A Representação do Patrimônio Cultural na Ciência da Informação: uma análise das comunicações do Enancib (1994-2019)*, servem como inspirações metodológicas no sentido de apresentarem uma análise de trabalhos produzidos e armazenados em bases de dados online e como determinadas temáticas são exploradas pela área.

No campo da Comunicação, o artigo “Cartografia de Dissidências: temáticas LGBT nos periódicos brasileiros de Comunicação” de Joana Ziller, Dayane do Carmo Barretos, Kellen do Carmo Xavier e Letícia Gabriella Carvalho de Oliveira (2023) faz um levantamento da presença de trabalhos nas 84 revistas da presentes na Lista de Periódicos da Área, publicada no site da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Como resultado encontram uma quantidade limitada de textos, porém são bem qualificados, segundo as autorias. Além disso, os dados demonstram predominância temática da discussão sobre homens gays, mesmo em artigos cujo enfoque está definido como LGBT ou homossexual.

A tese de Tony Boita (2022) para o Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG, intitulada *Comunicação Comunitária e Sociomuseologia: mídias colaborativas produzidas para a preservação e difusão das culturas e memórias das comunidades LGBT* propõe um diálogo entre as mídias de caráter comunitário da comunidade LGBT com a Sociomuseologia através da análise de fontes como a Revista Memórias LGBT+, utilizando como método o estudo de caso etnográfico.

O autor com a investigação proposta em sua tese, demonstra “o potencial de mídias comunitárias produzidas por comunidades historicamente excluídas, em especial a população

sexualmente dissidente da matriz cis e heterossexual vigente na sociedade como um todo.” (Boita, 2022, p. 12). A relevância desse trabalho de Tony Boita para esta dissertação se dá pela relação direta que ele faz entre duas áreas do conhecimento, a Museologia e a Comunicação. Boita desenvolve a ideia de “que mídias colaborativas e os museus comunitários são equipamentos fundamentais para a defesa da dignidade humana” (p. 12) considerando com isso também as particularidades de cada área e como elas podem afetar de forma positiva na construção de práticas inclusivas.

A RMLGBT+ é visualizada como a junção ideal desses domínios acadêmicos, a Comunicação e a Museologia, e conforme percebi em pesquisa anterior (Freitas, 2020) a potencialidade dessa publicação e a forma na qual seu corpo editorial utiliza seu formato aberto e horizontal demonstra uma possibilidade na construção e fortalecimento das narrativas LGBTQIA+.

No campo da Museologia os textos “Informação e Patrimônio Cultural LGBT: as mobilizações em torno da patrimonialização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo” de Clovis Carvalho Britto e Rafael dos Santos Machado (2020), e “Patrimônio como categoria de luta LGBT+?” de Julia Xavier Barros e Bruno Sanches R. da Silva (2019), ao tocarem no mesmo assunto, a tentativa de patrimonialização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo através de um projeto de lei municipal e estadual, demonstram como o poder público e o discurso oficial sobre questões do patrimônio no Brasil ainda possuem componentes extremamente fóbicos à diversidade sexual e as identidades de gênero que fogem da norma cisgênera.

E no texto “Sexualidade, gênero, raça e classe no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram): por uma guinada *queer* interseccional e decolonial” Jean Baptista, Tony Boita, Geanine Escobar, Caio Tedesco, Marta Quintiliano e Lucas Ribeiro (2023) apresentam o resultado da pesquisa realizada “pelo grupo de pesquisa Museologia e Sexualidade (MusaSex/CNPq) sobre da matriz de sexualidade e suas intersecções em gênero, raça/cor/etnia e classe vigente em trinta unidades museológicas do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)” (p. 2) na qual percebem através da análise de dados que a matriz predominante do Ibram é a cis, heterossexual, máscula, branca e elitista, apesar dos esforços individuais em situações pontuais na autarquia. Com isso fica exposto que o principal órgão federal ligado aos museus e patrimônios nacionais reflete o pacto LGBTfóbico de apagamento das memórias a fim de pregar um extermínio.

A importância de perceber um notável crescimento do interesse em se trabalhar as questões relacionadas à comunidade LGBTQIA+ na Ciência da Informação, na Museologia e na Comunicação, como possibilidade de enfretamento de violências e silenciamentos e na

contribuição para desmarginalizar narrativas historicamente apagadas demonstra a relevância em analisar essas publicações no ambiente acadêmico, conforme objetiva esta dissertação.

As fontes de inspiração para a organização deste texto, bem como objetos a serem analisados durante a realização da pesquisa aqui apresentados referem-se às três principais áreas na qual esse projeto se concentra, a Museologia, a Ciência da Informação e a Comunicação. Em conformidade aos referenciais teóricos, essa breve revisão de literatura pretende demonstrar que os estudos sobre as temáticas de gênero e orientações sexuais estão cada vez mais amadurecendo e se colocando como um assunto indispensável em espaços de memórias e afins.

Os principais conceitos trabalhados nesta dissertação são os de sexualidade, interseccionalidade, museu, Patrimônios e Museologia LGBTQIA+. Em seguida pontuo brevemente os arranjos teóricos que serão explorados mais a fundo na escrita do trabalho, mais especificamente no capítulo de discussão teórica, além do mais os conceitos nortearão a construção analítica que faço posteriormente das fontes, através da revisão integrativa.

Como leitura para compreensão da construção teórica a respeito da temática LGBTQIA+, o primeiro volume da *História da Sexualidade: a vontade de saber* de Michel Foucault (1988) é essencial. O autor apresenta uma análise histórica e sociológica de como a sexualidade foi “cuidadosamente encerrada” no século XIX. Sexualidade para o autor é um sistema que pode ser historicizado a partir do discurso e do poder. Defende a hipótese de que os discursos dirigidos ao controle sexual da população europeia não se simplificaram apenas na repressão, ocorrendo assim uma sofisticação de inúmeros instrumentos que possibilitaram a adequação sexual da sociedade em um modelo determinado.

A partir do século XVII acontece, segundo o autor, a multiplicação dos discursos sobre a questão sexual, o que acarreta intensa produção de fontes de análise da mentalidade do período. Esse movimento coincide com o desenvolvimento do capitalismo e da ascensão da classe burguesa. As dinâmicas de abertura e encerramento do debate sobre o sexo ao longo da história europeia ocidental permite, conforme demonstrado por Foucault, o entendimento abrangente de diferentes configurações sociais que são geradas posteriormente.

A concepção pioneira de Foucault (1988) sobre a categorização da sexualidade acarreta uma série de discursos posteriores que complementam e expandem suas teorias. Teresa de Lauretis (1994) propõe o entendimento de uma “tecnologia do gênero”, em negação a “tecnologia sexual” de Foucault, na qual atua na formação de identidades a partir do reforço através do discurso e de práticas para moldar sujeitos nas categorias binárias de feminino e masculino. Suas ideias se diferenciam por considerar gênero como categoria de análise, não

somente a sexualidade conforme era defendido por Foucault. A autora pensa gênero como “tanto o produto como o processo de sua representação” (p. 212).

Judith Butler (2003) escreve *Problemas de Gênero* para defender uma desconstrução total da identidade, visando demonstrar como sua construção está atrelada à política. “Compreender a identidade como uma prática, e uma prática significativa, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística” (p. 208). Além do papel da linguagem como mantenedora de símbolos e sinais que proporcionam a naturalização de um sistema opressivo, a identidade também, segundo a autora, não deve ser entendida como peça inerte e estável no tempo em que está inserida. Como complementação ao trabalho de Foucault, Butler afirma que “Em A história da sexualidade: Volume I, Foucault parece situar a busca da identidade no contexto das formas jurídicas de poder que se tornam plenamente articuladas com o advento das ciências sexuais, inclusive a psicanálise, no final do século XIX.” (p. 156).

Butler (2003) também se propõe a apresentar uma nova possibilidade na definição de conceitos naturalizados como sexo e gênero. Critica fortemente a universalização com que a discussão é tomada, sustentando que “o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (Butler, 2003, p. 20). Essa dissertação se baseia na concepção do gênero como uma performance, conforme elaborado pelo pensamento butleriano.

As contribuições de Paul Preciado (2017), com o conceito de contrassexualidade como forma ideal de “tecnologias de resistência” (p. 22) nas relações sexuais e de identidade de gênero, onde a “heterossexualidade [...] deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais” (p.26) contribuem diretamente para a construção e fortalecimento da chamada teoria queer, que leva em consideração trabalhos sobre as temáticas relativas as identidades de gênero e orientações sexuais que divergem da heterocisnormatividade.

A partir de um pensamento que rechaça naturalizações de comportamentos opressivos construídos historicamente no Ocidente, Tânia Navarro-Swain (2000) trabalha a ideia de uma heterossexualidade compulsória e como a identidade sexual lésbica se constrói com a negação a normatização sexual. Seu trabalho demonstra que dentro do próprio movimento de libertação das mulheres houve grande resistência no apoio de uma manifestação sexual divergente, forçando as lésbicas a se organizarem a margem da centralidade do feminismo. Com o pensamento contemporâneo de pluralidade do movimento, a aceitação das pautas específicas

lésbicas conseguiu maior apoio, apesar de que a violência física e simbólica contra essa parcela da população, principalmente no Brasil se faz presente diariamente.

Pensar a pluralidade de identidades dentro de uma comunidade agregada a partir de orientações sexuais e identidades de gênero que contestam a norma vigente exige a consideração de um conceito importante para localizar a discussão, a interseccionalidade. Definida por Kimberlé Crenshaw (2002) como:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 177)

É uma ideia que surge a partir do pensamento de mulheres negras atuantes na luta feminista, com intuito de pontuar as diferentes opressões impostas a partir de uma análise que leve em consideração fatores como raça, classe, sexualidade e afins. Nas palavras de Carla Akotirene (2018):

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (Akotirene, 2018, p. 14)

O movimento LGBTQIA+ se constitui historicamente interseccional no sentido de que converge diferentes camadas de diversidades em gêneros e orientações sexuais. Além do mais, a construção de um movimento com reivindicações por tratamento igualitário coloca-se em sintonia com as lutas presentes em outros movimentos sociais, como o feminismo e o movimento negro. Conforme ilustrado por Lélia Gonzalez (2020):

Mas, apesar de suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação com base na orientação sexual, o mesmo não ocorreu diante de outro tipo de discriminação, tão grave quanto a sofrida pela mulher: a de caráter racial. Aqui, se nos reportarmos ao feminismo norte-americano, a relação foi inversa; ele foi consequência de importantes contribuições do movimento negro: “A luta dos anos 1960 [...] sem a irmandade negra, não haveria irmandade das mulheres (sisterhood); sem Black Power, não haveria poder gay e orgulho gay”. A feminista Leslie Cagan afirma: “O fato de o movimento dos direitos civis ter quebrado os pressupostos sobre igualdade e liberdade na América abriu um espaço para questionarmos a realidade de nossa liberdade como mulheres”. (Gonzalez, 2020, p. 126)

Porém ainda há continuidade de resquícios de diferentes fobias dentro dos arranjos sociais e políticos nos próprios movimentos sociais, conforme relato de Geanine Vargas Escobar (2021) sobre suas vivências:

Dentro do movimento LGBT, que era hegemonicamente branco, quando havia uma brecha para falar sobre racismo ou sobre a comunidade negra LGBT, culminava em um desconforto visível por integrantes brancos e como quase nunca havia mais pessoas negras, somente a minha voz não era o suficiente, e eu acabava sendo silenciada. O movimento LGBT+ invisibilizava o racismo que as lésbicas negras enfrentavam, além da questão da sexualidade, e o movimento negro ignorava a lesbofobia que as mulheres negras sofriam, refutando assim, debater mais um aspecto do sistema de opressão (Lorde, 2013, [1979]). (Escobar, 2021, p. 16)

Há inúmeros pontos de intersecção entre os discursos feministas e os LGBTQIA+ ao longo de sua construção histórica e epistemológica como movimentos sociais, vê-se necessário então para a integração de pautas distintas no fortalecimento da luta coletiva contra os apagamentos e as violências historicamente construídas e ainda tão presentes no contexto social brasileiro o reconhecimento das ideias defendidas por teóricas feministas na desconstrução de certezas baseadas em pressupostos biológicos. Por isso trago algumas de suas contribuições para área tendo em vista a própria interseccionalidade inerente à Ciência da Informação.

De acordo com a definição aprovada em 24 de agosto de 2022 durante a Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM) em Praga:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos". (ICOM, 2022)

A oficialização de características voltadas ao papel social que as instituições de memória possuem na preservação e comunicação cultural de uma ou várias comunidades que a cercam, demonstra como o discurso museológico atual se preocupa no cumprimento de sua função social, em fomentar as histórias socialmente marginalizadas, temática explorada nesse texto.

Uma das possibilidades traçadas a partir das discussões do que se convencionou ser chamado de Nova Museologia, é conceituada por Hugues de Varine (2005) na introdução do conceito de Museologia Comunitária, responsável por construir em coletividade patrimônios que conversem diretamente com a realidade das comunidades que o cercam, principalmente as excluídas historicamente. "É o capital cultural coletivo da comunidade, ele é vivo, evolutivo,

em permanente criação." (Varine, 2006, n.p.), essa definição engloba os preceitos estabelecidos ainda em 1972 com a Mesa Redonda de Santiago, no Chile, como de museu integral e a função social deles no desenvolvimento da sociedade como um todo.

A importância desse marco para a Museologia está na convergência de discussões teóricas das mais diversas áreas, como conceitos da pedagogia de Paulo Freire, adaptados para melhor traduzir a realidade museal. Constituem-se assim termos como "museologia da libertação", cujo ideal de educação como prática da liberdade:

utiliza o museu e a educação para fazer reconhecer, valorizar o seu patrimônio, potencializa nos membros da comunidade a autonomia e a iniciativa, prepara-os para uma participação dinâmica no desenvolvimento de seu espaço de vida e em geral na vida pública, contemplando toda a comunidade com a reivindicação de novas políticas públicas que promovam a inclusão dos esbulhados em seus direitos culturais ou os humilhados pelo esquecimento ou pelo menosprezo de sua cultura viva. (Priosti; Varine, 2007, p. 62)

Tendo essas definições ideias de um processo museológico aberto e coletivo, as discussões voltadas para realidades LGBTQIA+ continuam historicamente ignoradas, mesmo com a implementação de legislações e convenções próprias da área, não há uma tentativa efetiva de diminuir essa violência simbólica:

Até mesmo iniciativas comunitárias em memória e museologia social, museus comunitários, ecomuseus ou outras tipologias que transgrediram os pilares da museologia convencional, ainda não questionam a violência e o direito à memória aos LGBT seja em seu edifício ou em seu território. (Baptista; Boita, 2017, p. 134)

Os processos museais e as instituições de memória são espaços ideais para esse tipo de discussão uma vez que possuem um potencial transformador para a diversidade (Baptista; Boita, 2017). A utilização do discurso museológico proveniente da Museologia Comunitária como forma de superação das fobias é ideal na construção de um discurso inclusivo em sua totalidade e não homogeneizante, dado que as particularidades culturais de subjetividades não normativas possuem suas próprias demandas.

Trabalhar a partir da visão de "memória subterrânea" (Pollack, 1989 apud Baptista; Boita, 2017, p. 138), entendendo que a organização de uma memória coletiva ocorre através de um processo opressor e uniformizante, possibilita enxergar os limites que a discussão em torno da Museologia Comunitária pode acarretar. Apesar disso, o estabelecimento dessa forma de apagamento discursivo gera novas possibilidades na construção de uma Museologia que agregue valores referentes a orientações sexuais e identidades de gênero divergentes.

Um exemplo pontual de expansão dos paradigmas do que é museu, dentro dessas definições contemporâneas é o trabalho de Giuseppe Campuzano (2009) com seu *Museo Travesti*. Ao remontar a cultura pré-colombiana, que pretende demonstrar como as performances de gêneros que fogem da norma cisgênera eram praticadas no cotidiano de diferentes sociedades, contribui diretamente sobre a narrativa de etnocídio encabeçada pela cultura colonial europeia. O *Museo* transita entre os limites da instituição museal e sua principal forma de comunicação, a exposição, e a performance artística, uma vez que Campuzano incorpora seu material de pesquisa.

Além do mais, relacionado a construção de uma política de memória baseada na inclusão de narrativas socialmente marginalizadas, a Museologia LGBTQIA+ surge como uma proposição de nova tipologia na área museológica, no intuito de ser aplicada a realidade social da América Latina (Baptista; Boita; Wichers, 2020), baseia-se no “[...] conjunto de concepções e práticas conduzidas por pessoas que pertencem às camadas da classe trabalhadora que divergem da matriz heterossexual” (Baptista; Boita; Wichers, 2021, p. 191). A utilização da sigla simplificada não deslegitima, segundo apontado pelos autores, a mutabilidade e capacidade de reorientação conceitual da comunidade. Sua funcionalidade persiste na agregação pelas políticas públicas nacionais relacionadas a memória coletiva e individual da comunidade.

O entendimento de uma Museologia LGBTQIA+, segundo os pesquisadores, baseia-se em sete características: a produção partir do interior de comunidades que estão inseridas nesse escopo maior por possuírem identidades de gênero e orientações sexuais divergentes da matriz heterocisnormativa; o pertencimento direto da produção em oposição a de personagens externos e alheios a subjetividade dessa comunidade; vinculação com as políticas públicas; o protagonismo corpos não-brancos; congregação de fazeres e conhecimentos de históricos aliados na luta pela emancipação de direitos, como as militâncias feministas, de classe e o movimento negro/indígena; o diálogo com a Sociomuseologia e Museologia Social engajada por um pensamento desconstruído e multicultural; a superação da desigualdade de oportunidades e tratamento a partir de uma multiplicidade de realidades (Baptista; Boita; Wichers, 2020, p. 5-6).

Além do mais, como forma de visibilizar bens culturais materiais e imateriais próprios dessa comunidade, o conceito de Patrimônio LGBTQIA+ (Wichers; Boita, 2020) é utilizado para “ênfatisar tombamentos, registros e manifestações socioculturais produzidos ou relacionados a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero, bem como para questionar a heterocisnormatividade que marca os bens patrimoniais.” (p. 151). Há em

território nacional alguns poucos bens materiais e imateriais patrimonializados, como: o Cabaret Casa Nova (RJ); o Cine Ideal (RJ); o concurso Miss Gay Brasil (MG); e a festa das Filhas de Chiquita (PA). Como pontuado anteriormente no texto (Britto; Machado, 2020; Barros; Silva, 2019), os preconceitos nos procedimentos e análises de processos dos órgãos responsáveis pelo tombamento de bens é ainda um grande empecilho para proliferação de mais patrimônios LGBTQIA+ no Brasil.

Como perspectivas metodológicas, a pesquisa que resultou nesta dissertação mobilizou uma abordagem qualiquantitativa e exploratória (Gil, 2008; Bernardo; Rocha, 2011). Assim, será efetivada uma revisão de literatura sobre Comunicação, Informação e Museologia LGBTQIA+ no Brasil. Exploratória “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” (Gil, 2008, p. 27). Além disso, esse tipo de pesquisa é ideal “quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.” (p. 27), condizente com a temática proposta neste trabalho.

A pesquisa sobre as teses e dissertações na área de Comunicação, Informação e Museologia com os recortes estabelecidos nesta dissertação foi efetuada nos bancos de dados institucionais das universidades que possuem esses níveis e departamentos de ensino. Além do mais foi consultado também o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os dados contidos na Plataforma Sucupira, pesquisa com palavras-chave na Plataforma Lattes e na base de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil.

Os descritores utilizados para busca em base de dados refletem o caráter diverso da pesquisa sobre essa problemática específica, dado a mutabilidade da sigla ao longo dos anos, portanto selecionei os seguintes termos: LBGTQIA+; LGBT; lésbica; gay; bissexual; transexual; transgênero; travesti; *queer*; intersexo; assexual; diversidade; sexualidade.

Os dados coletados foram sintetizados através da revisão integrativa, aqui empregada no sentido de “método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática” (Carvalho; Silva; Souza, 2010, p. 102). Este tipo metodológico é amplo, o que permite “a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado” (Carvalho; Silva; Souza, 2010, p.103).

"O termo “integrativa” tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método" (Botelho; Cunha; Macedo, 2011, p. 127). A

partir dessa metodologia é feita uma análise sobre o conhecimento construído em pesquisas anteriores sobre um tema específico. "Uma revisão integrativa pode ser usada quando se quer realizar uma síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado" (Rocha; Pinto; David, 2020, p. 52).

Pela sua aplicabilidade direta à prática e à política, o uso da revisão integrativa como metodologia para discorrer sobre a temática LGBTQIA+ no contexto do campo da Comunicação, Informação e Museologia se faz bastante útil. "O impacto da utilização da revisão integrativa se dá não somente pelo desenvolvimento de políticas, protocolos e procedimentos, mas também no pensamento crítico que a prática diária necessita" (Carvalho; Silva; Souza, 2010, p.104).

A revisão integrativa ocorre através da elaboração de seis etapas distintas (Carvalho; Silva; Souza, 2010; Botelho; Cunha; Macedo, 2011), sendo elas: 1ª fase: elaboração da pergunta norteadora, é a definição de um problema claro e específico com base no raciocínio teórico e as vivências da pessoa pesquisadora; 2ª fase: busca ou amostragem na literatura, ampla e diversificada, discute todos critérios de inclusão e exclusão das informações conforme a necessidade da pesquisa; 3ª fase: coleta de dados, com a leitura criteriosa dos títulos, resumos e palavras-chave, ou até mesmo dos artigos completos, para verificar sua inclusão nos critérios estabelecidos dentro do estudo; 4ª fase: análise crítica dos estudos incluídos, é necessária a utilização de um instrumento para extrair as informações dos artigos selecionados, como a matriz de síntese e a criação de categorias analíticas; 5ª fase: discussão dos resultados, interpretação e síntese dos resultados, encontrando lacunas a serem elaboradas sobre o assunto pesquisado em pesquisas futuras; 6ª fase: apresentação da revisão integrativa, deve ser clara e objetiva para proporcionar a replicação dos resultados, é a elaboração do documento que descreve todas as fases percorridas e apresenta os principais resultados obtidos.

Quadro 1: Etapas da revisão integrativa

1ª Etapa	Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa
2ª Etapa	Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão
3ª Etapa	Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados
4ª Etapa	Categorização dos estudos selecionados
5ª Etapa	Análise e interpretação dos resultados

6ª Etapa	Apresentação da revisão/síntese do conhecimento
----------	---

Fonte: Carvalho; Silva; Souza (2010)

Além de se apresentar como uma metodologia ampla, a revisão integrativa, assim como a própria CI, se caracteriza por sua interdisciplinaridade (Buckland, 2012) podendo servir como ferramenta de análise para as mais diversas áreas do conhecimento. “Este método favorece a inclusão de pesquisas de abordagens qualitativas e quantitativas, bem como a combinação de dados de literatura teórica e empírica, o que proporciona uma compreensão mais ampla do tema de interesse.” (Silva; Fernandes, 2023, p. 5). Tendo em vista essas características, bem como a minha familiaridade com a metodologia (Freitas, 2023) percebo que a revisão integrativa conseguirá de forma eficiente demonstrar como a área de Comunicação, Informação e Museologia vem trabalhando a temática LGBTQIA+ sobre museus, exposições e patrimônios no Brasil.

O primeiro capítulo abarca as discussões teóricas sobre gênero e sexualidade, perpassando o conceito de intersexualidade e como historicamente os movimentos LGBTQIA+ e os feminismos se constituíram no Ocidente. Além disso, é exposto como os três campos centrais para essa dissertação abrangem as temáticas relativas a orientações sexuais e identidades de gênero divergentes da heterocisnormatividade com dados de publicações, grupos de pesquisa e grupos de trabalhos em eventos-chave.

No segundo capítulo estão apresentados a contextualização histórica da criação dos programas de pós-graduação em Comunicação, Ciência da Informação e Museologia no país, além do próprio desenvolvimento da pós-graduação no Brasil de uma forma geral e dos órgãos de fomento e avaliação. Através dos dados desses órgãos, é exibido um retrato atualizado da área de Avaliação Comunicação, Informação e Museologia.

No terceiro capítulo é apresentada a revisão integrativa das teses e dissertações na área de avaliação Comunicação, Informação e Museologia que trabalham a temática LGBTQIA+ em museus, exposição e patrimônios. Para organização e visualização dos dados são utilizadas tabelas, gráficos e nuvens de palavras, além da demonstração da relação entre as temáticas de cada um dos campos.

1 - DIVERSIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÕES SEXUAIS NO CAMPO CIENTÍFICO: CONFIGURAÇÕES DA COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E MUSEOLOGIA LGBTQIA+ NO BRASIL

A efervescência social da segunda metade do século XX, bem como a sofisticação organizacional dos movimentos sociais, permitiram uma radical mudança paradigmática em pensamentos chave das mais variadas áreas do conhecimento humano. Na Comunicação, na Ciência da Informação e na Museologia, a questão social e a relação de profissionais e instituições com o cumprimento de uma função social (Mata; Nascimento, 2021) condizente com as necessidades das diferentes comunidades que compõem a sociedade, ganhou papel fundamental na discussão teórica e na ativação prática.

A partir da ideia de Bourdieu (2004) sobre a capacidade dos campos em refratar as discussões presentes na sociedade, no qual esse conceito é definido “uma das formas mais visíveis de autonomia do campo é sua capacidade de refratar, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas.” (p. 22). Além do mais, a autonomia dos diferentes campos científicos está atrelada a sua capacidade de refratar ou retraduzir essas condições externas as discussões internas à área.

Partindo desse pressuposto, é necessário entender como o panorama das problemáticas sobre a diversidade de gênero e de orientações sexuais se desenvolveu no Ocidente, tendo como ponto de partida inicialmente e paralelamente o movimento de emancipação feminina, sendo esse um dos objetivos deste capítulo, uma vez que, segundo Guacira Louro (2004):

Constituídos a partir de uma militância e de uma teorização frequentemente inseparáveis, os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer parecem, muitas vezes, aparentados entre si. Marcados por paixões e por polêmicas, neles, teoria e política se confundem e se nutrem mutuamente. Seria razoável considerá-los, pois, como uma espécie de continuum, no qual sutis diferenciações de temáticas ou de estratégias acabariam por produzir, cumulativamente, deslocamentos significativos? Ou seria mais adequado compreendê-los como campos que se cortam e se tensionam uns aos outros? Não sou capaz de dar uma resposta decidida a essas questões. Prefiro assumir que esses são campos teóricos e políticos marcados por afinidades e alianças e, ao mesmo tempo, atravessados por debates e divergências perturbadoras. (Louro, 2004, p. 1).

Outra discussão abordada ao longo deste capítulo é como a interseccionalidade se insere na temática relativa a identidades de gênero e orientações sexuais que divergem da norma heterocisbranca. Além da pontuação de como os três campos trabalhados nesta dissertação

elaboram essas problemáticas em sua discussão, através de dados dos grupos de trabalho em eventos-chave, grupos de pesquisa e publicações.

1.1 Da libertação das mulheres à libertação das identidades: feminismos, interseccionalidades e movimentos LGBTQIA+

A luta reivindicatória de mulheres por direitos se organiza no Ocidente em meados do século XIX. Pensar de forma cronológica esse movimento social permite a organização dessas lutas a partir de uma ideia de ondas. É convencionado por estudiosas do gênero que o feminismo passou até o momento por três distintas ondas (Louro, 2003; Siqueira, 2015). Houve importantes tentativas individuais reivindicatórias ao longo da história ocidental, desde a consolidação do modelo patriarcal de organização social, como por exemplo a Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã proposta por Olympe de Gouges em 1791 no auge da Revolução Francesa, conforme demonstrado por Camila Siqueira (2015). Porém a resposta a esse movimento foi bastante repressiva ocasionando na morte da pensadora.

Outro modelo proposto por Constância Lima Duarte (2019) baseado exclusivamente na história brasileira, no qual identifica quatro diferentes ondas, nos anos aproximados de 1830, 1870, 1920 e 1970, onde cada uma dessas décadas representam algum tipo de concretização de reivindicações, sendo respectivamente: o direito à educação, conquistado 1827 com a autorização de abertura das primeiras escolas públicas femininas; a expansão da imprensa de feição feminista, que ajudou a expor e desenvolver ideias formando uma rede principalmente na região Sudeste; a onda sufragista nacional; e por fim, na década de 1970, com o florescimento do movimento e a ocupação das mulheres em diferentes esferas de influência na sociedade, como a política e a educação institucionalizada.

Retomando a organização do pensamento através das três ondas no Ocidente, onde a primeira onda é mais conhecida pela demanda ao direito do voto, o sufragismo, de acordo com Guacira Louro (2003):

Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento. (p. 15)

Essa acomodação apontada por Louro (2003), após a conquista de alguns direitos específicos é algo debatido dentro da teoria feminista que estuda historicamente o movimento, tendo em vista a realidade extremamente heterogênea das mulheres nas mais variadas partes do globo. O direito ao voto feminino no Brasil, por sua vez, foi conquistado apenas na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, apesar de existir um movimento organizado no país desde a Proclamação da República em 1889 (Siqueira, 2015). São apontadas algumas diferenças basilares de enfrentamento público a luta por direitos, ao contrário das organizações feministas norte-americanas e inglesas que priorizavam o enfrentamento direto nas ruas “As brasileiras alinharam seus discursos ao ideário republicano, no qual a mulher deveria ser instruída para a formação de cidadãos responsáveis pelo desenvolvimento nacional.” (Garcia, 2015, p. 11).

A segunda onda ocorre na principal década de contestações sociais e políticas, a década de 1960. O movimento feminista passa a “se voltar para as construções propriamente teóricas.” (Louro, 2003). A partir de obras de referência como *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir (1949), *A Mística Feminina* de Betty Friedan (1969) e *Política Sexual* de Kate Millett (1969), começa-se a organizar o pensamento sobre a construção dos papéis de gênero e a desnaturalização da condição feminina, e masculina por consequência, demonstrando assim como foram construídas historicamente e com qual motivação. É nesse período que o termo gênero é cunhado, com o intuito de desbiologizar a discussão, problematizando determinismos que eram comumente aceitos tanto no contexto acadêmico como no senso comum.

Enquanto a primeira onda do feminismo possuía demandas fortemente relacionadas a questões de igualdade em relação ao homem, consistentes em gozar das mesmas liberdades de trabalho, participação política e outras, a segunda onda do feminismo procurou se deter no que era específico da mulher, reivindicando que as peculiaridades femininas fossem reconhecidas e protegidas. A mulher possuía um corpo e uma história que eram peculiares e subordinados socialmente, e essas questões mereciam ser investigadas. (Siqueira, 2015, pp. 335-336)

Além disso, segundo a leitura de Nancy Fraser (2019), através de uma análise do movimento dentro da conjuntura no qual se organizou, em frente aos Estados de bem-estar social e a posterior ascensão de um modelo neoliberal do capitalismo, e também da cooptação de parte dos ideais pregados pelo próprio sistema, é demonstrado como já neste período do movimento, as demandas subjetivas de diferentes grupos permitiram a construção interseccional do movimento, que tomaria mais força posteriormente:

Em suma, a segunda onda do feminismo trazia um projeto político transformador, baseado no entendimento expandido de injustiça e na crítica

sistêmica da sociedade capitalista. As correntes mais avançadas do movimento viram as suas lutas como multidimensionais, voltadas simultaneamente contra a exploração econômica, a hierarquia de status e a sujeição política. Para elas, o feminismo surgiu como parte de um projeto emancipatório mais amplo, onde as lutas contra injustiças de gênero estão necessariamente ligadas às lutas contra o racismo, o imperialismo, a homofobia e a dominação de classes – e todas elas exigem uma transformação das estruturas profundas da sociedade capitalista. (Fraser, 2019, p. 36)

No Brasil a luta política por liberdade, desde a instauração da ditadura militar em 1964, coincide em alguns pontos com as demandas das feministas da época, fazendo com que o movimento, além de sofrer maior repressão dado o contexto, tenha um discurso sobre liberdade diferente do pensado na Europa e Estados Unidos. Com a abertura democrática e as discussões em torno da Constituinte de 1988, houve uma forte articulação da bancada de mulheres deputadas para incluir pautas e reivindicações na Carta Magna do país. Além disso, os direitos reprodutivos e o combate à violência de gênero eram questões bastante latentes no discurso feminista brasileiro (Garcia, 2015).

A terceira e mais atual onda, apesar de que há uma vertente que considera o fenômeno de uma quarta onda na contemporaneidade principalmente referente as novas formas de comunicação direta e em tempo real que surgiu com a internet e os smartphones, é caracterizada pelas “tentativas de desconstrução da categoria “mulher” como um sujeito coletivo unificado que partilha as mesmas opressões, os mesmos problemas e a mesma história. Trata-se de reivindicar a diferença dentro da diferença.” (Siqueira, 2015, p. 337).

O feminismo no singular a partir dessa terceira onda já não faz mais sentido. A construção da luta através de um discurso interseccional, no qual diferentes facetas do indivíduo e coletivo, como os recortes de classe, raça, etnia e sexualidade se torna fundamental na construção teórica e nas reivindicações políticas do grupo.

Partindo de uma total desnaturalização das categorias de gênero, as intersecções com outros movimentos sociais se tornam inevitáveis. “É importante que notemos que grande parte dos discursos sobre gênero de algum modo incluem ou englobam as questões de sexualidade” (Louro, 2003, p. 25), a partir disso vê-se como o Movimento LGBTQIA+, que também é inteiramente plural, se construiu e fortaleceu com as teorias derivadas das discussões feministas da segunda e terceira onda.

A noção deste conceito pela pensadora, responsável por nortear a discussão não apenas do movimento feminista como da comunidade LGBTQIA+ e de diversos outros movimentos sociais da atualidade é definido como:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 177)

A partir da consideração interseccional do movimento feminista, surgem acepções contestadoras dentro do próprio movimento, como o transfeminismo, cuja definição dada por Letícia Nascimento (2021) propõe “[...] um olhar diferente sobre o feminismo considerado padrão, assim como o feminismo negro, o feminismo lésbico, entre outras perspectivas, também oferecem. Nossas experiências como mulheres transexuais e travestis são contribuições para o modo como entendemos o feminismo no campo das lutas políticas e das proposições teóricas.” (p. 18). A autora enfatiza que essa tipologia de feminismo se destaca não para criar cisão no movimento, mas como forma de agregar vozes marginalizadas historicamente que não foram contempladas pelo discurso oficial do movimento desde sua gênese.

As diferentes opressões experienciadas pelas diferentes subjetividades no movimento não podem ser hierarquizadas, segundo Audre Lorde (2019):

Por estar em todos esses grupos, aprendi que a opressão e a intolerância com o diferente existem em diversas formas, tamanhos, cores e sexualidades; e que, dentre aqueles de nós que têm o mesmo objetivo de libertação e de um futuro possível para as nossas crianças, não pode existir uma hierarquia de opressão. Eu aprendi que sexismo (a crença na superioridade inerente de um sexo sobre todos os outros e, assim, seu direito de dominar) e heterossexismo (a crença na superioridade inerente de uma forma de amar sobre todas as outras e, assim, seu direito de dominar) vêm, os dois, do mesmo lugar que o racismo – a crença na superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras e, assim, seu direito de dominar. (Lorde, 2019, p. 243)

A compreensão de que é necessário unir as mais diferentes correntes nos movimentos sociais, aqui mais especificamente nos feminismos e nos movimentos LGBTQIA+ proporciona maior força de transformação social dessas diversas pautas. “Enquanto estivermos divididos por causa de nossas identidades particulares, não temos como estar juntos em ações políticas efetivas.” (Lorde, 2019, p. 244).

Uma das grandes contribuições das discussões elaboradas pelo feminismo negro é a demonstração de que não há homogeneidade nas experiências sociais individuais ligadas apenas pelo fato de ser mulher, “[...] existe uma consciência coletiva e característica das mulheres

negras” (Collins, 2019, p. 279). Através dessa consciência, ainda segundo Patricia Hill Collins (2019):

Intelectuais negras dos Estados Unidos exploraram por muito tempo esse espaço privado e oculto da consciência da mulher negra, das ideias “interiores” que permitem às mulheres negras aguentar e, em muitos casos, transcender o confinamento das opressões de raça, classe, gênero e sexualidade que se interseccionam. (Collins, 2019, p. 280)

Importante salientar esse espaço geográfico específico no qual os pensamentos de Audre Lorde e Patricia Collins se originam, o estadunidense. No caso latino-americano, onde “o Brasil (país de maior população negra do continente) e a região caribenha apresentam grandes similaridades no que diz respeito à africanização do continente.” (Gonzalez, 2020, p. 121) é estabelecido por Gonzalez (2020) uma categoria de análise própria, denominada *amefricanidade*, responsável por evidenciar essas similaridades historicamente construídas a partir da dominação colonial ibérica:

Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos iorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de pan-africanismo, négritude, afrocentricity etc. (Gonzalez, 2020, p. 122)

A ideia de uma unidade social desgarrada das fronteiras coloniais artificialmente estabelecidas produz um lugar de pertencimento e de valorização dentro do movimento feminista contemporâneo. Ao tratar-se especificamente no movimento organizado no Brasil, Sueli Carneiro (2019) evidencia mobilização em torno do chamado “enegrecendo o feminismo”, que é definido como:

[...] é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se compor uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre; delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil. (Carneiro, 2019, p. 259)

A contestação de uma hegemonia branca dentro dos movimentos feministas acarreta a construção de outros ramos do próprio feminismo, como o transfeminismos anteriormente elaborado e os feminismos lésbicos. “Os discursos que acima de tudo nos oprimem, lésbicas, mulheres, e homens homossexuais, são aqueles que tomam como certo que a base da sociedade, de qualquer sociedade, é a heterossexualidade” (Wittig, 1980, p. 5). Assim como há particularidades historicamente construídas sob os corpos de mulheres negras, o mesmo movimento ocorre com as realidades lésbicas e trans.

[...] o conceito de diferença entre os sexos constitui ontologicamente as mulheres em diferentes/outras. Os homens não são diferentes, os brancos não são diferentes, nem o são os senhores. Mas os pretos, tal como os escravos, são. Esta característica ontológica da diferença entre os sexos afeta todos os conceitos que integram o mesmo aglomerado. (Wittig, 1980, p. 11)

A leitura de Paul Preciado (2019) sobre o trabalho de Monique Wittig, especialmente sobre o texto da citação acima, e Michel Foucault demonstra “[...] a heterossexualidade não como uma prática sexual, mas como um regime político que faz parte da administração dos corpos e da gestão calculada da vida no âmbito da biopolítica” (Preciado, 2019, p. 438), posicionando a naturalização dessa sexualidade como um instrumento definitivo para produção de corpos normatizados.

A via de mão dupla que a influência exercida entre diferentes movimentos sociais torna possível a inserção de concepções pertinentes à essência do próprio movimento. A utilização da terminologia “gênero”, para desnaturalizar o entendimento do binário masculino/feminino e demonstrar a possibilidade de fluidez entre um e outro, se insere nas discussões feministas no Ocidente em meados dos anos de 1980 e perpetua-se até os dias de hoje

Não é por acaso que, nos anos 1980, no debate entre feministas “construtivistas” e feministas “essencialistas”, a noção de “gênero” se tornaria o instrumento teórico fundamental para conceitualizar a construção social, a fabricação histórica e cultural da diferença sexual, diante da reivindicação da “feminilidade” como substrato natural, como forma de uma verdade ontológica. (Preciado, 2019, p. 441)

O autor reconhece a revisão crítica do movimento feminista, não como tentativa de apagá-lo, mas para expandir seus paradigmas a partir do que se convencionou a chamar “teoria queer”, um termo guarda-chuva capaz de qualificar o feminismo com a ideia de que “não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida.” (Preciado, 2019, p. 449).

A formação do pensamento *Queer*, conforme detalhado por Caterina Rea (2018), inicia-se com a utilização do termo por Gloria Anzaldúa (2005) no texto “*La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência*” da década de 1980, no trecho:

Como mestiza, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a queer em mim existe em todas as raças.) (Anzaldúa, 2005, p. 707-708)

Neste texto a autora discorre sobre sua subjetividade de fronteira e como o estado perene de não lugar a coloca como um corpo interseccional de diversas lutas, mas também de diversos tipos de violência. A necessidade de pontuação nominal da vertente crítica *Queer of Color* é necessária uma vez que o termo passou por uma diluição em seu significado e uma tentativa de apagamento de identidades divergentes da branca, Ocidental, cisgênera e de classe média/alta.

As análises *Queer of Color* vêm, repetidamente, criticando a imposição de uma epistemologia única da sexualidade, supostamente universal, mas, de fato, baseada na imposição do modelo ocidental. Tais análises apontam para a existência de diferentes maneiras de viver a própria sexualidade dissidente, dando lugar a uma epistemologia plural da sexualidade, que não necessariamente passaria pelo momento central do coming out e da visibilidade. (Rea, 2018, p. 125)

Pensar identidade como algo não “[...] fixo, homogêneo e naturalizado, mas como algo complexo, multifacetado, dinâmico e plural” (Rea, 2018, p. 123) é uma das principais contribuições que feministas lésbicas não-brancas, principalmente as mulheres negras, estadunidenses contribuíram na construção paradigmática dos movimentos sociais relacionados as identidades de gênero e orientações sexuais divergentes da heterocisnormatividade.

O transfeminismo, o feminismo negro e o feminismo lésbico são pontos de intersecção diretamente conectados ao movimento LGBTQIA+, que historicamente se organiza no Ocidente a partir da segunda metade do século XX, tendo a revolta do bar Stonewall em Nova Iorque como força motora e ícone de subversão inspiracional ao restante do mundo. Diante de um contexto de ditadura militar, o movimento no Brasil começa a se organizar a partir da década de 1970.

No Brasil, foi preciso esperar dez anos para que os primeiros movimentos pró- gay começassem a dar as caras, no início dos anos 1980: em São Paulo, com a fundação do histórico grupo Somos; no Rio, com o jornal *Lampião*; em Salvador com a criação do Grupo Gay da Bahia, o primeiro a conseguir registro em cartório. Eram grupos que passavam a dar mais visibilidade aos não-heterossexuais e lutavam pelo reconhecimento de seus plenos direitos. A

explosão da epidemia de AIDS, no entanto, no final dos anos 1980, atingiu em cheio essa comunidade. Muitos grupos se desmobilizaram, enquanto outros passaram a se dedicar exclusivamente ao combate à doença, conhecida então, erroneamente, como “peste gay”. No total, foram necessários 15 anos para que essa população fosse às ruas com força para exigir seus direitos a plenos pulmões. Entre 1995 e 1997 surgiram as primeiras Paradas do Orgulho LGBT, que não passavam de algumas centenas de pessoas cantando palavras de ordem atrás de um carro de som – mas já davam visibilidade a essa diversidade sexual. (Ribeiro, 2011, p. 155)

A organização das ideias feministas de terceira onda a partir de uma filosofia pós-moderna e da Diferença possibilitou maior intensidade de produções que visam remontar historicamente as categorias de gênero e sexualidade. Destacam-se, entre várias outras, as obras de Michel Foucault (1988) e Judith Butler (2003), por terem um caráter renovador e de vanguarda, dando pontapé no que ficaria conhecido a posteriori como estudos queer.

No primeiro volume da *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*, Foucault (1988) defende a hipótese de que os discursos dirigidos ao controle sexual da população europeia não se simplificaram apenas na repressão, ocorrendo assim uma sofisticação de inúmeros instrumentos que possibilitaram a adequação sexual da sociedade em um modelo determinado. A periodização de sua análise se organiza da seguinte forma:

A história da sexualidade, se quisermos centrá-la nos mecanismos de repressão, supõe duas rupturas. Uma no decorrer do século XVII: nascimento das grandes proibições, valorização exclusiva da sexualidade adulta e matrimonial, imperativos de decência, esquiva obrigatória do corpo, contenção e pudores imperativos da linguagem; a outra, no século XX; menos ruptura, aliás, do que inflexão da curva; é o momento em que os mecanismos da repressão teriam começado a afrouxar; passar-se-ia das interdições sexuais imperiosas a uma relativa tolerância a propósito das relações pré-nupciais ou extramatrimoniais; a desqualificação dos perversos teria sido atenuada e, sua condenação pela lei, eliminada em parte [...]. (Foucault, 1988, p. 109)

A partir do século XVII também acontece a multiplicação dos discursos sobre a questão sexual (Foucault, 1988), o que proporciona multiplicação na produção de fontes, possibilitadoras de análise mais apurada da mentalidade no período. Todo esse movimento temporaliza-se no desenvolvimento do capitalismo e na ascensão da classe burguesa. As dinâmicas de abertura e encerramento do debate sobre o sexo ao longo da história europeia ocidental permite, conforme demonstrado por Foucault, o entendimento abrangente de diferentes configurações sociais que são geradas posteriormente.

Para além do construído por Foucault em sua concepção de “tecnologia sexual”, Teresa de Laetis (1994) propõe o entendimento de uma “tecnologia do gênero”, na qual atua na

formação de identidades a partir do reforço através do discurso e de práticas para moldar sujeitos nas categorias binárias de feminino e masculino. Suas ideias se diferenciam por considerar gênero como categoria de análise, não somente a sexualidade conforme era defendido por Foucault. A autora pensa gênero como “tanto o produto como o processo de sua representação” (p. 212).

A complexidade com que o discurso criado para interditar certas práticas sexuais pode e é utilizado como instrumento de empoderamento pelas próprias categorias perseguidas, conforme demonstra Foucault neste trecho:

[...] o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”; mas, também, possibilitou a constituição de um discurso “de reação”: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua “naturalidade” e por muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico. (Foucault, 1988, p. 96)

Butler (2003) em *Problemas de Gênero* se propõe a apresentar uma nova possibilidade na definição de conceitos naturalizados como sexo e gênero. Critica fortemente a universalização com que a discussão é tomada, sustentando que “o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (Butler, 2003, p. 20).

É também rechaçada a simplificação presente no senso comum de que o sexo está ligado a biologia, motivo pelo qual sua contestação se torna mais custosa, e o gênero ligado à cultura. Como apontado por Paul Preciado (2017) “o discurso médico não pode lidar com as consequências políticas e sociais da ambiguidade ou da fluidez sexual para além da tenra infância” (p. 142). Com isso são determinadas certezas revestidas por uma camada de ciência que se coloca como livre de qualquer subjetividade.

A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino. (Butler, 2003, p. 24)

O entendimento do gênero como uma performance é uma possibilidade de significar esse conceito possibilitando que ele esteja aberto a problematização e mudança. Para Judith Butler (2003):

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta e caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória. (Butler, 2003, p. 201)

Partindo da premissa de contestação da naturalização dos papéis de gênero, Paul B. Preciado (2017) propõe a abolição da natureza como “ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros” (p. 21) em seu Manifesto Contrassexual. Em conformidade com o estabelecido por Butler, a contrassexualidade permite o reconhecimento dos corpos fora do binarismo de gênero, desempenhando papéis iguais de seres falantes que reconhecem outros como falantes. Exercer a contrassexualidade, segundo o autor, é estudar as “transformações tecnológicas dos corpos sexuados e generizados” (p. 24).

A partir de um pensamento que rechaça naturalizações de comportamentos opressivos construídos historicamente no Ocidente, Tânia Navarro-Swain (2000) trabalha a ideia de uma heterossexualidade compulsória e como a identidade sexual lésbica se constrói com a negação a normatização sexual. Seu texto *O Que é Lesbianismo?* demonstra que dentro do próprio movimento de libertação das mulheres houve grande resistência no apoio de uma manifestação sexual divergente, forçando as lésbicas a se organizarem a margem da centralidade do feminismo. Com o pensamento contemporâneo de pluralidade do movimento, a aceitação das pautas específicas lésbicas conseguiu maior apoio, apesar de que a violência física e simbólica contra essa parcela da população, principalmente no Brasil se faz presente diariamente.

Noções relacionadas a nomenclatura das expressões de gênero e sexualidade também são passíveis de problematização. Retomando a questão do papel das lésbicas no movimento, o termo é derivado da ilha grega de Lesbos, onde a poetisa Safo mantinha uma escola de poesia e música na Antiguidade grega (Navarro-Swain, 2000). Teve por esse motivo, posteriormente, boa parte de seu trabalho destruída. Porém, dada essa origem ligada a um dos pregados como bastiões civilizatórios do Ocidente, tendo em vista uma cadeia de pensamento que rechaça a colonialidade, há incitação por parte das feministas não-brancas para utilizar outros termos que classifiquem o relacionamento amoroso entre duas mulheres.

Audre Lorde (1982) propõe a palavra *Zami*, de origem caribenha que significa “mulheres que trabalham juntas como amigas e amantes”. Já Gloria Anzaldúa (1998) utiliza o termo *patlache*, da língua náuatle, para referir-se a mulheres que amam outras mulheres:

[...] o termo ‘lésbica’ es problemón... lésbica é um termo cerebral, branco e de classe média, que representa somente a cultura inglesa dominante, e que é derivado do termo grego Lesbos. Penso as lésbicas como mulheres predominantemente brancas e de classe média, e como um segmento de mulheres de cor que adquiriram o termo por osmose, de forma muito parecida a como as chicanas e as latinas assimilaram a palavra *hispanic@*”, (Anzaldúa, 1998 apud Rea, 2018, p. 120).

Além disso, a utilização de *queer* como termo guarda-chuva, que condensa identidades de gênero e orientações sexuais fora da heterocisnormatividade é um ponto de contradição dentro de um paradigma não anglófono. A definir a Museologia LGBTQIA+, Baptista, Boita e Wichers mobilizam a utilização do termo apesar de defenderem a perspectiva interseccional da abordagem crítica *Queer of Color*.

Também não adere facilmente a uma perspectiva *Queer* colonizante e desconectada das dimensões raciais, econômicas, políticas e da ampla diversidade das comunidades sexualmente dissidentes da América Latina. Além de ser estranho às realidades locais populares, o conceito *Queer* ainda distancia o debate das Políticas Públicas, sendo, portanto, um conceito que enfraquece a luta social latino-americana no campo político e jurídico, que é o que nos interessa. (Baptista; Boita; Wichers, 2020, p. 7)

Essas concepções sobre identidades de gênero e orientações sexuais contribuíram favoravelmente na expansão e libertação de indivíduos que se sentiram a margem do discurso dominante, tendo por muitas vezes suas vozes silenciadas no âmbito político e social. Tendo por base essas discussões, a seguir apresentarei como a temática sobre gênero e sexualidades se constrói no campo científico atual, principalmente nas três áreas que compõem a área de avaliação focal desta dissertação.

1.2 Comunicação, Informação e Museologia LGBTQIA+

A atual relação que o campo científico como um todo, principalmente o conhecimento gerado no contexto acadêmico possui com as temáticas de gênero e sexualidade é uma construção a partir da influência dos movimentos sociais dentro do discurso científico oficial.

Dizer que o campo é um lugar de lutas não é simplesmente romper com a imagem irenista da "comunidade científica" tal como a hagiografia científica a descreve – e, muitas vezes, depois dela, a própria sociologia da ciência. Não

é simplesmente romper com a idéia de uma espécie de "reino dos fins" que não conheceria senão as leis da concorrência pura e perfeita das idéias, infalivelmente recortada pela força intrínseca da idéia verdadeira. É também recordar que o próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse (as práticas científicas não aparecendo como "desinteressadas" senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos). (Bourdieu, 1983, p. 122-123)

A criação de um interesse em determinado tema, conforme pontuado por Bourdieu (1983) na citação acima é resultado da modificação da mentalidade da sociedade, trabalho coletivo dos diferentes movimentos sociais, com intuito de promover a integração de pautas caras a esses mesmos movimentos. Sendo a solidariedade e a reciprocidade (Meirelles, 2013) uma das principais bases mantenedoras da ação coletiva, a tradução desses sentimentos em teorias que possam aprofundar as reivindicações dos movimentos dentro do contexto acadêmico demonstra a importância de tratar e de registrar essas discussões. Portanto, este subitem compreende como os campos da Comunicação, Informação e Museologia tratam a temática LGBTQIA+, através da evidência da produção de grupos de trabalho em eventos-chave, da existência de grupos de pesquisa e de publicações atuais em periódicos.

1.2.1 Comunicação LGBTQIA+

A Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), fundada em 16 junho de 1991, em Belo Horizonte, com o apoio da Capes e do CNPq, a partir da iniciativa de pessoas pesquisadoras e representantes de alguns cursos de Pós-Graduação: PUC-SP, UFBA, UFRJ, UnB, UNICAMP, UNESP. Tem como objetivo:

O fortalecimento e qualificação crescentes da Pós-Graduação em Comunicação no país; a integração e intercâmbio entre os Programas existentes, bem como o apoio à implantação de novos Programas; o diálogo com instituições afins nacionais e internacionais; o estímulo à participação da comunidade acadêmica em Comunicação nas políticas do país para a área, defendendo o aperfeiçoamento profissional e o desenvolvimento teórico, cultural, científico e tecnológico no campo da Comunicação.⁹

Organiza encontros anuais como forma de intensificar o intercâmbio acadêmico entre as diferentes pesquisadoras e pesquisadores, que se estrutura a partir de Grupos de Trabalho, “nos quais são apresentados e debatidos estudos que buscam refletir sobre o avanço científico, tecnológico e cultural no campo da comunicação.”¹⁰ Os encontros ocorrem desde 1992,

⁹ Disponível em: < <https://compos.org.br/a-compos/> >. Acesso em: 17 de out. de 2024

¹⁰ Disponível em: < <https://compos.org.br/encontros-aneais/> >. Acesso em: 17 de out. de 2024.

organizados pelo Programas associados através de um rodízio. Dentre diversas temáticas trabalhadas, o GT que conversa diretamente com a questão LGBTQIA+ intitula-se “Comunicação, Gêneros e Sexualidades”, sob coordenação atual de Fernanda Capibaribe Leite e vice-coordenação por Joana Ziller, com a seguinte ementa:

A apreensão dos estudos sobre os gêneros e as sexualidades em interlocução com o pensamento comunicacional: trânsitos, tensões e contribuições; aspectos epistemológicos, teóricos-conceituais e metodológicos. Reflexões sobre gêneros e sexualidades nos produtos e nos processos comunicacionais em suas dimensões históricas, políticas, éticas, estéticas, culturais, subjetivas, identitárias, trans-identitárias, pós-identitárias, de mobilização social, de violências, dentre outros. Investigações sobre processos de visibilização e de invisibilização de corpos, identidades e sexualidades, bem como os modos de resistência aos mesmos; sobre vulnerabilidades e precariedades, a partir dos marcadores sociais da diferença e da hierarquização entre as pessoas.¹¹

Conforme apresentado por Pedro de Assis Pereira Scudeller, Rose de Melo Rocha e Thiago Tavares das Neves (2023) no artigo “Interfaces entre o campo da Comunicação e os estudos de gêneros e sexualidades: um panorama qualitativo do GT Comunicação, Gêneros e Sexualidades da COMPOS” apresentado no 32º Encontro Anual da Compós, que faz um balanço dos trabalhos presentes no GT 12, é possível visualizar o processo de criação desse GT:

Se a Compós tem o ano de 1991 como início de suas atividades é apenas em 2019, quase três décadas depois, que o GT começa efetivamente a operar, mediante os esforços de pesquisadoras e pesquisadores de todas as regiões do país, liderados pelos professores Carlos Magno Camargos Mendonça e Angie Biondi⁵, e contando, desde o início de suas atividades, com ampla procura. Parece-nos significativa a demora para que se tenha constituído um grupo de trabalho na associação que congrega programas de pós-graduação do campo mas também merece destaque o fato de ter sido aprovado de modo unânime já em sua primeira proposição, mantendo-se como um dos GTs de maior procura nos encontros subsequentes. (Scudeller; Rocha; Neves, 2023, p. 7)

Percebe-se assim que a inserção de temas e a criação de novos grupos de trabalho em seminários acadêmicos passa por um processo desgastante nos bastidores, visto que a Academia é um ambiente de confronto em posicionamentos. Graças a inclusão das discussões dos movimentos sociais no contexto científico foi possível a criação desses importantes espaços únicos de discussão. De acordo com o exibido nos dados a seguir, a partir da criação do GT, o número de trabalhos sobre a temática LGBTQIA+ cresce exponencialmente.

Os anais desde o 9ª encontro estão disponíveis para pesquisa (<https://proceedings.science/compos>) e a partir de sua análise é possível perceber como a

¹¹ Disponível em: < <https://compos.org.br/gt/comunicacao-generos-e-sexualidades/> >. Acesso em: 17 de out. de 2024.

problemática em torno das discussões de gênero e orientações sexuais se organizaram no debate em pós-graduação em Comunicação no país. No encontro de 2001 apenas um único trabalho¹² sobre a temática LGBTQIA+, em um universo total de 117, divididos em 12 GTs diferentes.

No 14º Encontro de 2005, em Niterói (RJ), também há ocorrência de apenas um trabalho¹³ inserido num total de 119 outros em 12 GTs. No 18º Encontro, de 2009 que ocorreu em Belo Horizonte, foi também apresentado um trabalho¹⁴ num total de 119 em 12 GTs distintos. No 25º Encontro Anual da COMPÓS, que ocorreu na UFG em Goiânia em 2016, um trabalho¹⁵, dentro de um total de 170 divididos em 17 GTs, abordou a temática LGBTQIA+.

É possível delimitar um paralelo entre os três primeiros trabalhos no que diz respeito ao tema central, a subjetividade homossexual masculina. A terminologia utilizada em 2001, observada no artigo de Lopes (2001), onde a discussão sobre identidades que fogem da heterocisnormatividade é aglutinada no termo “Estudos Gays” demonstra como nesse período havia uma centralidade da discussão em torno da figura do homem gay cisgênero. Os outros dois trabalhos subsequentes, de Nussbaumer (2005) e Mendonça (2009) localizam seu foco nessa mesma figura central, apesar de utilizarem abordagens e fontes distintas, o primeiro sendo a escrita de si em ambientes virtuais e o segundo a estética da vida cotidiana. Já o trabalho de Filho (2016) ao trazer o termo guarda-chuva *queer* demonstra como há um alargamento epistemológico no qual essas identidades divergentes não se contém no termo gay. Esse trabalho utiliza em sua bibliografia diversos textos de Lopes, o que pode indicar a importância da contribuição deste para a temática LGBTQIA+ na Comunicação, além disso Michel Foucault é o autor presente nas referências de todos esses quatro artigos.

O 26º Encontro, de 2017 em São Paulo, com 170 trabalhos e 17 GTs possuiu três trabalhos em três GTs distintos¹⁶. Os trabalhos de Queiroz (2017) e Silveira e Balestieri (2017) enfocam na questão específica das identidades de gênero trans e travesti, o primeiro na relação

¹² O primeiro trabalho que aparece no repositório sobre a temática do recorte proposto é “Estudos Gays: panorâmica e proposta”, de Denilson Lopes, apresentado no 10º Encontro, em 2001 na UnB, no eixo temático “Comunicação e Sociabilidade”.

¹³ “Sociabilidade e escrita de si em comunidades virtuais gays” de Gisele Marchiori Nussbaumer, também no eixo temático “Comunicação e Sociabilidade”

¹⁴ “Beleza pura. A estetização da vida cotidiana como estratégia de resistência para o homossexual masculino” de autoria de Carlos Magno Camargos Mendonça, inserido no eixo “Estéticas da Comunicação”.

¹⁵ “O camp e o lindo no cinema queer brasileiro contemporâneo” de Ricardo Duarte Filho, no GT “Comunicação e Experiência Estética”.

¹⁶ “Alguns aspectos dos usos da moda na comunicação da identidade de gênero de travestis e mulheres transexuais” de Taya Carneiro Silva de Queiroz, no GT “Consumos e Processos de Comunicação”; “Comunicação Trans teoria, gênero e psicanálise” de Potiguara Mendes da Silveira Jr. e Camille Balestieri, no GT “Epistemologia da Comunicação”; e “O Campo Jornalístico e a “Lei Anti-Homofobia”: uma análise das categorizações de pertencimento sobre o projeto de lei da Câmara 122 nos jornais impressos brasileiros” de Juliana Depiné no GT “Práticas Interacionais e Linguagens na Comunicação”.

da comunicação com a moda e o segundo a associação dos estudos de gênero, psicanálise e a comunicação. Já o terceiro diverge no sentido em que se debruça sobre a análise das repercussões de um fato singular, a projeto de lei anti-homofobia. Dentre as autorias citadas, Judith Butler e Margareth Rago aparecem nos dois primeiros, enquanto no terceiro a bibliografia é mais focalizada nas questões de mídia dentro do campo da Comunicação.

No 27º Encontro, que ocorreu em Belo Horizonte em 2018, dois trabalhos¹⁷ no mesmo GT foram apresentados. Ambos utilizam a Comunicação para a construção da cidadania, no primeiro caso (Theodoro; Cogo, 2018) com o foco na pesquisa de sujeitos migrantes e no segundo (Medina, 2018) em diálogo com corpos travestis. Sobre as autorias, são citados os trabalhos de Judith Butler e Stuart Hall em comum aos dois.

No 28º Encontro, de 2019 em Porto Alegre, é incorporado o GT “Comunicação, Gêneros e Sexualidades”, porém, dentre os 10 trabalhos incluídos nesse eixo temático, apenas um¹⁸ dialoga com as questões LGBTQIA+. E no encontro há mais um outro trabalho¹⁹ que discute esses temas, totalizando nesse evento 2 trabalhos, num universo total de 201 e 20 GTs. A principal semelhança entre os dois trabalhos é a utilização do estudo sobre mídias como formadoras de identidades e memórias, em que o de Rocha e Ferraz (2019) tratam da mesma online enquanto Brigida (2019) usa a impressa. Não possuem convergências nas referências bibliográficas entre si, porém ao comparar com esta dissertação utilizam as ideias de autores como Foucault e Paul B. Preciado.

No 29º Encontro da COMPÓS, que ocorreu de forma remota em Campo Grande (MS) entre os dias 23 e 25 de junho de 2020, novamente há a inserção do GT “Comunicação, Gêneros e Sexualidades”, com 10 trabalhos apresentados, destes a grande maioria, sete, discorrem sobre questões diversas referentes às identidades de gênero e orientações sexuais²⁰. Além do mais foi

¹⁷ “Da Diáspora Queer: entre (in)visibilidades sociocomunicacionais e o exercício de cidadania” de Hadriel Geovani da Silva Theodoro e Denise Cogo e “El Sujeto Travesti: Aproximación a la configuración del sujeto comunicante y al ejercicio de ciudadanía comunicativa” de Yvets Morales Medina, no GT “Comunicação e Cidadania”.

¹⁸ “Ciborgue de dreadlocks: o corpo falante Triz Rutzats” de Rosamaria Luiza de Melo Rocha e Cláudia Pereira Ferraz.

¹⁹ “Explorando a Memória sobre a Homossexualidade em Jornais de Belém: estudo preliminar de 1901 e 1911 na Folha do Norte” de Jesse Andrade Santa Brigida

²⁰ “Nosso Gênero vem de Deus”: normatividade heterossexual em vídeos religiosos infantis do YouTube” de Tatiana Clébicar e Danielle Ramos Brasileira; “Documentários queer no Brasil: estratégias plurais de ocupação de telas” de Gilberto Alexandre Sobrinho; “Entre câncer e HIV/Aids: o armário e as mobilizações da estigmatização da homossexualidade masculina em entrevistas com Reynaldo Gianecchini” de Igor Sacramento e Roberto Abib; “Lésbicas também transam: disputas sobre a visibilidade das lesbianidades no Instagram” de Joana Ziller e Dayane do Carmo Barretos; “Notícias Falsas sobre Gênero e Sexualidade no Brasil: um campo de disputas morais” de Thales Vilela Lelo e Lorena Rúbia Pereira Caminhas; “Performatividade e afeto no corpo lésbico em Azul é a cor mais quente” de Catarina Amorim de Oliveira Andrade e Daiany Ferreira Dantas; e “Por Entre Secreções e Excrementos: A performance da abjeção na monstruosidade de Hija de Perra (1980-2014)” de Rose de Melo Rocha e Thiago Henrique Ribeiro dos Santos.

identificado um trabalho²¹ que também se insere na discussão LGBTQIA+. O que totaliza oito trabalhos neste encontro, no 200 organizados em 20 GTs diferentes. Esses oito trabalhos utilizam a Comunicação como meio de luta simbólica, abordando diferentes orientações sexuais, como a homossexualidade feminina (Ziller; Barretos, 2020; Andrade; Dantas, 2020) e masculina (Sacramento; Abib, 2020) e identidades de gênero em performances de artistas visuais (Rocha; Santos, 2020) e musicais (Gutmann; Cunha; Sá, 2020). Contribuem para os estudos de mídia ao integrarem as pautas do movimento LGBTQIA+ com o campo numa tentativa de denunciar apagamentos historicamente construídos e desestigmatizar subjetividades. Assim como já aferido nos outros trabalhos, aqui aparecem nas referências bibliográficas autorias basilares para essas discussões, como Foucault e Butler.

O 30º Encontro da COMPÓS, com a temática “Sobre Constelações e Observatórios”, foi sediado em São Paulo, de forma remota, no ano de 2021. Também composto por 200 trabalhos, divididos em 20 GTs. Dentre estes 9 dialogam com o recorte LGBTQIA+²². Os trabalhos utilizam um entendimento interseccional (Carrera, 2021) das discussões sobre identidades de gênero e sexualidade na Comunicação. A maioria analisa plataformas digitais de mídia (Gelain; Neves; Theodoro, 2021; Oliveira, 2021; Migliano, 2021; Ziller; Barretos, 2021; Abouid, 2021), e tratam da violência simbólica e de apagamentos. As autorias mais utilizadas são Butler e Crenshaw, essa última um demonstrativo de como a questão da interseccionalidade está presente neste período nas discussões dentro do campo.

A composição do 31º Encontro permanece igual ao anterior em número de trabalhos e GTs, ainda de forma remota foi realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Imperatriz (MA), em 2022, possuindo um total de 9 trabalhos sobre questões LGBTQIA+²³. É possível

²¹ Performances de Empoderamento de Pepita em Múltiplas Áudio/Visualidades” produzido por Juliana Freire Gutmann, Simone Evangelista Cunha e Simone Pereira de Sá no eixo “Estudos de Som e Música”.

²² No Grupo de Trabalho “Comunicação, Gêneros e Sexualidades” : ““Ele Não Se Suicidou, Ele Foi Suicidado”: travessias, necropolíticas e audiovisibilidades no caso Demétrio” de Gabriela Cleveston Gelain, Thiago Tavares das Neves e Hadriel Geovani da Silva Theodoro; “Corpos Incômodos: textualidade, educação e experiência comunicacional nas práticas de ódio contra a população LGBTQ+” de Carlos Mendonça, Ettore Medeiros e Gregory Pablo Rial Araújo; “Diadorim Trans: Imagem de fascínio e assombro em Grande Sertão: Veredas” de Leandro de Oliveira; “Disputas de Sentidos nos Stories: uma análise crítica do perfil DanzaMedicina” de Milene Migliano; “Lesbianidades em Vídeos no Youtube: homonormatividade e violências” de Joana Ziller e Dayane Barretos; “Masculinizar a mulher e feminilizar o homem: o conluio entre LGBT+ e a esquerda para implantar a “ideologia de gênero” no Brasil” de Guilherme Popolin; e “Para Além da Descrição da Diferença: apontamentos sobre o método da roleta interseccional para estudos em Comunicação” de Fernanda Carrera. No eixo temático “Estudos de Som e Música” o trabalho “Bata O Seu Koo: estéticas corporais alternativas e novas performances de gênero e raça em uma festa negra LGBTQIA+” de Luciana Xavier de Oliveira, e no eixo “Imagem e Imaginários Midiáticos” o trabalho “Imaginários e Apreensão da LGBTIfobia: discussões sobre o kit gay e a ideologia de gênero em vídeos do Canal das Bee no YouTube” de Philippe Oliveira Abouid

²³ No GT “Comunicação, Gêneros e Sexualidades”, três trabalhos, de um total de dez, correspondem à temática LGBTQIA+: “Bixa, Travesty e uma Mãe em Trânsito: quando as narrativas interpelam o sentido do afeto na

inferir a diversidade das temáticas trabalhadas dentro do universo de dissidências sexuais e de gênero presentes nos trabalhos desse encontro, com o estudo de diferentes mídias (Leite, 2022; Santos, 2022; Jeronimo; Patrício, 2022), tendo como base focal corpos queer, trans e travestis (Abouid, 2022; Yu *et al*, 2022; Wlian, 2022; Andrade; Meirinho, 2022) baseando-se em uma epistemologia interseccional dentro do campo. Assim como também já encontrado anteriormente, uma autoria que possui similaridade entre diversos artigos é Judith Butler e seu conceito de performatividade de gênero, além do mais aparecem nomes como Gayle Rubin e novamente Michel Foucault.

O 32º Encontro da COMPÓS, presencial na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, em 2023, teve um aumento significativo dos números totais de trabalhos e GTs, 239 e 24 respectivamente, com 11 sendo aqui destacados por estarem na proposta do recorte²⁴. Os trabalhos sobre as questões LGBTQIA+ apresentadas no neste Encontro da COMPÓS, assim como na edição passada, apresentam de forma recorrente uma perspectiva interseccional (Costa; Queiroz, 2023), com discussões raciais (Gumes; Lima, 2023), de religiosidades (Costa;

abordagem texto-vida” de Fernanda Capibaribe Leite; “Erika Hilton e Fraturas no Espaço Político Brasileiro: uma abordagem decolonial a partir das textualidades em seu perfil no Twitter” de Philippe Oliveira Abouid; e “Nelas, Através Delas, Em Suas Memórias: estigma, afeto e religiosidade em ativismos transexuais no Brasil” de autoria compartilhada por Wendi Yu, Daniel Oliveira de Farias, Itania Gomes, Karina Gomes Barbosa e Carlos Magno Camargo Mendonça. Também discorrendo sobre a temática LGBTQIA+ os trabalhos e seus respectivos GTs: “A dança dos corpos quebrados: notas para uma alegria queer” de Luiz Fernando Wlian e “À Procura De Um Páthos Queer: conexões entre Aby Warburg e os estudos queer” de Dieison Marconi e Gabriela Machado Ramos de Almeida, no GT “Comunicação e Experiência Estética”; “‘Meu Nome É Bond, Danny Bond’: Performances e contestações das representações cisnormativas e racializadas na cena Bregafunk” de Ítalo Rômany de Carvalho Andrade e Daniel Meirinho em “Estudos de Som e Música”; “O Bolsonarismo E A Fabricação Do Pânico Sexual Nos Ambientes De Sociabilidade Digital” de Allan Santos no eixo “Comunicação e Sociabilidade”; “Recepção e Cidadania Transcomunicativa: percursos metodológicos na construção de uma pesquisa com mulheres transexuais e travestis” de Paulo Júnior Melo da Luz e Jiani Bonin em “Recepção, Circulação e Usos Sociais das Mídias”; e “Análise da Representação dos Atores Sociais no Jornalismo: as dissidências sexuais e de gênero no jornal O Povo” de Francisco Rafael Mesquita Jeronimo e Edgard Patrício no GT “Estudos de Jornalismo”.

²⁴ No GT “Comunicação, Gêneros e Sexualidades”: “Interfaces Entre O Campo Da Comunicação E Os Estudos De Gêneros E Sexualidades: um panorama qualitativo do GT Comunicação, Gêneros e Sexualidades da COMPÓS” de Pedro de Assis Pereira Scudeller, Rose de Melo Rocha e Thiago Tavares das Neves; “Discursos Antigênero nas Eleições de 2022: a desinformação sobre “ideologia de gênero” no Instagram” de Carolina Bonoto; “‘Tretas De Gênero’- Pessoas que menstruam e os desentendimentos em torno do artigo de Djamilia Ribeiro” de Larissa Pelúcio e Júpiter Pereira Coelho; “Cartografia De Dissidências: temáticas LGBT nos periódicos brasileiros de Comunicação” de Joana Ziller, Dayane do Carmo Barretos, Kellen do Carmo Xavier e Letícia Gabriella Carvalho de Oliveira; e “Como O Chatgpt Pode Produzir Sentidos Sobre Gênero E Sexualidade: um estudo exploratório a partir das lesbianidades” de Julianna Motter. Os outros trabalhos sobre a temática e seus respectivos GTs são: “Viva La Swan Queen? Rupturas e toxicidade na shippagem de fãs de Swan Queen da série Once Upon a Time” de Enoe Lopes Pontes e Edson Fernando D’almonde, e “Assexualidade na Telenovela Brasileira: Rudá, de Travessia” de João Paulo Hergesel e Ana Catarine Mendes da Silva no GT “Estudos de Televisão”; “Um “Homme Fatale” Despido Para Matar: estética e política do criminoso queer em Um estranho no lago” de Dieison Marconi e Gabriela Ramos Machado de Almeida inserido em “Comunicação e Experiência Estética”; “Corpos Insurgentes Que Requebram E Amam: o esquema decolonial no álbum de Rachel Reis” de Nadja Vladi Gumes e Tatiana Rodrigues Lima em “Estudos de Som e Música”; “A Nova Era: Oxum, Bixarte e os tensionamentos no audiovisual brasileira” de Luane Costa e Tobias Arruda Queiroz em “Comunicação, Raça e Interseccionalidades”; e “Anatomia Do Muito: imagens do excesso em Hija de Perra” de Thiago Rizan.

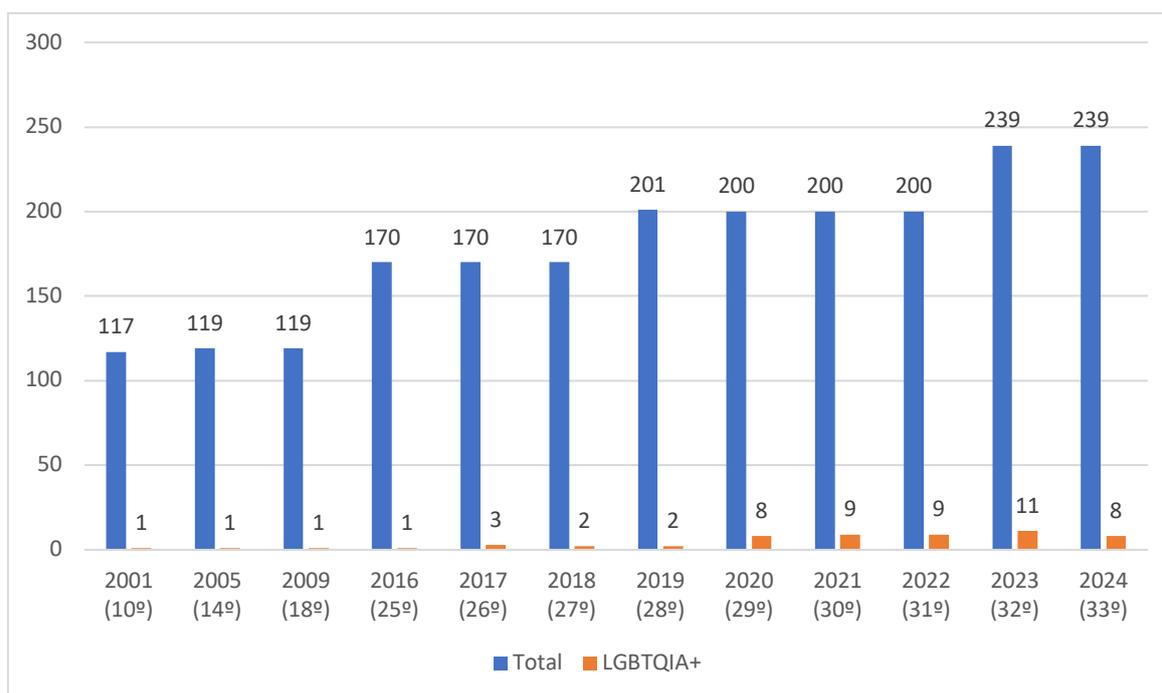
Queiroz, 2023) e de distintas sexualidades (Hergesel; Silva, 2023; Motter, 2023). Além disso, os estudos de mídia se concentram em diferentes meios, como cinema (Marconi; Almeida, 2023), novela (Hergesel; Silva, 2023) e videocliques (Gumes; Lima, 2023). Também é analisado a presença de trabalhos sobre questões LGBTQIA+ dentro do próprio campo (Ziller *et al*, 2023) e nos encontros da COMPÓS (Scudeller; Rocha; Neves, 2023). Há continuidade, em comparação ao analisado nos outros anos, nas referências bibliográficas com a utilização de textos de Judith Butler, Paul B. Preciado, Foucault e bell hooks.

O 33º Encontro Anual da COMPÓS ocorreu de 23 a 26 de julho de 2024 no IACS (Instituto de Arte e Comunicação Social) da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói (RJ). Com o mesmo número de trabalhos e GTs da edição passada, possuindo 8 trabalhos dentro da temática LGBTQIA+²⁵. Os trabalhos, similarmente ao encontrado nas outras edições do Encontro, perpassam temáticas diversas sobre a questão LGBTQIA+, apresentando por exemplo análise de comportamentos em aplicativos (Bessa; Moreira, 2024; Oliveira, 2024), violências e os discursos produzidos sobre e para elas (Barretos; Ziller; Xavier, 2024; Aires; Fernandes; Suzy, 2024). Além do mais, pessoas teóricas como Butler, Foucault e Hall são utilizadas na construção epistemológica, dentro do contexto do campo da Comunicação para discutir questões sobre identidade e sexualidade.

O gráfico abaixo é uma demonstração visual dos dados dos encontros da Compós até aqui pontuados. Utilizo apenas os anos em que há trabalhos com a temática LGBTQIA+ inscritos nos anais disponibilizados, comparando com o total de trabalhos de cada um dos anos.

²⁵ No eixo temático “Comunicação, Gêneros e Sexualidades”: ““Tecnologia De Gênero” E “Humanismo Projetual” Como Fundamentos Para Criação Do Aplicativo Transcender” de Leandro Bessa e Tainah Papa Moreira; ““Vou Fazer Você Gostar De Homem”: casos de estupro e lesbianidades em registros policiais e produções jornalísticas” de Dayane do Carmo Barretos, Joana Ziller e Kellen Xavier; “Formulários De Identificação Em Apps De Relacionamento: análise da formatação de “pessoas informacionais” no Badoo” de Amanda Nogueira de Oliveira; e “Sons Que Tocam: o desejo queer e a escuta háptica em “Seguindo Todos os Protocolos” (2022)” de Breno Alvarenga. A seguir são pontuados os outros trabalhos sobre a questão e seus eixos temáticos: “Comunicação Organizacional E Diversidades: sentidos propostos pela revista *Exame*” de autoria compartilhada entre Rudimar Baldissera, Bruno Garcia Vinhola, Diego Wander Montagner, Renata Karoline Kehl e Sérgio Gabriel Fajardo no GT “Estudos de Comunicação Organizacional”; “Macho, Macho Man... I’ve Got To Be A Macho!: discurso de ódio bolsonarista contra a população LGBTQIAPN+” de Janaine Aires, Rosangela Fernandes e Suzy dos Santos em “Comunicação e Cidadania”; “O Processo De Institucionalidade Da Diversidade LGBTQ+ Em Agências De Publicidade No Brasil” de Anderson Scherer e Carolina Minuzzi em “Consumos e Processos de Comunicação”; e “Para Desejar O Impossível: Diários Queer” de Lúcio Cardoso e Roland Barthes de Denilson Lopes, em “Comunicação e Experiência Estética”.

Gráfico 1: Presença LGBTQIA+ nos encontros da Compós



Fonte: produzido pelo autor (2025)

A Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação (ALAIIC), criada em 1978 para que permitisse maior representatividade institucional da região perante a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Associação de Estudos da Comunicação Social (Aiecs). Tem por missão “Promover o desenvolvimento da pesquisa em comunicação na América Latina e ao mesmo tempo a consolidação de uma comunidade acadêmica que se reproduz em condições de liberdade, qualidade e colaboração permanente.”²⁶

Dentre seus 23 grupos de pesquisa, o 20º, intitulado “Comunicação, Género e Diversidade Sexual” conversa com o tema dessa dissertação. Define-se “como um espaço de síntese, reflexão e debate crítico, numa perspectiva interdisciplinar e diversa, em torno de problemas, teorias e metodologias do campo dos estudos de comunicação, gênero e diversidades.”²⁷ Com as seguintes propostas:

- Trocar e partilhar pesquisas e experiências que, numa perspectiva interdisciplinar e diversificada, promovam a reflexão e o debate em torno de problemas, teorias e metodologias no domínio dos estudos da comunicação, do género e da diversidade.
- Observar e analisar as práticas comunicativas, os discursos e as representações

²⁶ Disponível em: < <https://alaic.org/pt/quienes-somos/> >. Acesso em 2 de abr. de 2025

²⁷ Disponível em: < <https://alaic.org/pt/grupos-tematicos/> >. Acesso em 2 de abr. de 2025

das mulheres, dos grupos sexualmente diversos, das masculinidades e das feminilidades, que reproduzem estereótipos de gênero, invisibilizam as diversidades, promovem discursos de ódio, que ameaçam os direitos comunicativos da população, bem como aqueles que contestam as formas hegemônicas de figuração e visibilidade. Tanto aqueles produzidos a partir de áreas de comunicação popular e comunitária, como também provenientes das indústrias culturais.

- Refletir sobre a relação entre gênero e as tecnologias de informação e comunicação, a partir dos processos de produção de conteúdos, do reordenamento das relações interpessoais e da complexidade das relações sexo-gênero mediadas pelos dispositivos tecnológicos e pela apropriação das TIC.
- Analisar as políticas públicas e os marcos regulatórios de comunicação e gênero na região, bem como seu impacto na garantia do direito à comunicação e outros direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTTIQ+.
- Analisar as experiências e condições de trabalho e profissionais das mulheres nas indústrias da comunicação e da cultura.
- Analisar as práticas de comunicação das organizações com os seus públicos na perspectiva do gênero e da diversidade.
- Refletir sobre as experiências de educação e formação em comunicação numa perspectiva de gênero e de direitos humanos, bem como sobre os respetivos processos de institucionalização e mainstreaming²⁸.

Em relação aos grupos de pesquisa em Comunicação, cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, recuperados através da pesquisa por palavras-chave anteriormente pontuadas, foram encontrados cinco no total.

O grupo “Comunicação urbana, consumo e eventos”, fundado em 2010 sob liderança de Ricardo Ferreira Freitas, da UERJ, possui repercussão:

O grupo pretende definir e conceituar os megaeventos, produzindo assim, um maior arcabouço teórico para esse fenômeno urbano. Entre as áreas de estudos relacionadas às metrópoles, contempladas pelo grupo de pesquisadores, destacamos: comunicação, consumo, violência, meio ambiente, cultura popular, artes e esportes. Em todas essas áreas a cidade é protagonista ou cenário das pesquisas deste grupo. Ao longo de cada ano essas pesquisas renderão artigos científicos e serão apresentadas em congressos e outros encontros acadêmicos. O grupo de pesquisadores também organiza eventos locais e nacionais constantemente, enriquecendo, dessa forma, os contatos e o aprofundamento crítico dos temas. Todos os pesquisadores publicam periodicamente.²⁹

Das suas quatro linhas de pesquisa, uma possui como tema a comunidade LGBTQIA+, “Comunicando a diversidade: Políticas e afetos de marcas cariocas sobre a comunidade LGBT+”, composta por 19 pesquisadoras/es com objetivo:

²⁸ Disponível em: < <https://alaic.org/pt/grupos-tematicos/> >. Acesso em 2 de abr. de 2025

²⁹ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/34495> >. Acesso em: 17 de out. de 2024.

O projeto de pesquisa analisa como a gestão da diversidade é representada nos conteúdos de comunicação e nas políticas internas de algumas marcas cariocas. O recorte temporal estará delimitado às duas primeiras décadas do século XXI. A hipótese inicial é que muitas marcas se associam a causas e pautas ligadas à diversidade para serem vistas positivamente por certos grupos sociais, ainda que não tenham ações específicas para eles no dia-a-dia das instituições.³⁰

O grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência”, formado em 2011 e encabeçado por Bruno Souza Leal na UFMG e tem como repercussão:

O Tramas organiza-se em torno da investigação acerca dos fenômenos comunicacionais a partir da configuração narrativa dos produtos e processos que circulam nos diversos espaços e realidades sociais. Tendo a narrativa como ancoragem de suas investigações, visa alcançar dimensões fundamentais dos processos comunicacionais, como sua capacidade ou potência de ação social, as temporalidades que os constituem e em que atuam, suas configurações textuais e estéticas e suas implicações epistêmicas, inclusive no que desafiam os estudos em Comunicação. O Tramas abriga ainda reflexões metodológicas, de revisão de métodos já existentes ou de construção de modos de abordagem originais. A partir dessa perspectiva geral e comum, as/os pesquisadoras/es do Tramas desenvolvem reflexões sobre jornalismo, televisão, rádio, narrativas audiovisuais, produtos digitais, as relações de gênero, as realidades LGBT,+ musical, as teorias da comunicação, as relações entre ciência e saberes cotidianos, entre outros.³¹

É composto por uma linha de pesquisa com cinco pessoas pesquisadoras e treze estudantes, intitulada “Textualidades midiáticas”, cuja ementa é:

Estudos de produtos e dispositivos midiáticos, em suas especificidades materiais, narrativas e discursivas, apreendidos tanto em sua dimensão imanente como estabelecendo modos de interação peculiares, quanto nas formas de saber que mobilizam e que se constituíram historicamente.³²

O grupo “JUVENÁLIA: questões estéticas, geracionais, raciais e de gênero na comunicação e no consumo” formado em 2015 por Rosamaria Luiza de Melo Rocha, na Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM. Possui como repercussão:

Atualmente, a investigação nucleadora do JUVENÁLIA, coordenada pela líder do grupo, Profa. Dra. Rose de Melo Rocha, tem como título. Culturas juvenis transfronteiriças e redes LGBTQIA+ em São Paulo: experimentalismo

³⁰ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/71137522928474371097349>>. Acesso em: 17 de out. de 2024.

³¹ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/23012>> Acesso em: 17 de out. de 2024.

³² Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/3257742221534359111305>>. Acesso em: 17 de out. de 2024.

audiovisual, circuitos afetuais e produção de inteligibilidade nas gramáticas dissidentes de Linn da Quebrada e Jup do Bairro.³³

É composto por duas linhas de pesquisa, a primeira intitulada “Ativismos, cultura pop, gênero, geração e questão racial”, formada por dez pesquisadoras/es e quatro estudantes e com os seguintes objetivos:

As condições, contextos culturais e fluxos políticos associados a: a) práticas ativistas, com sua produção imagética e imaginária; b) processos de celebração (pós-)periféricos articulados ao consumo (material e simbólico); d) dinâmicas bottom-up e práticas contra-hegemônicas no entretenimento e na cultura pop; e) consumo audiovisual vinculado ao debate geracional, de gênero e racial.³⁴

E a segunda chamada “Estética, política e novas expressividades audiovisuais”, com oito pesquisadoras/es e três estudantes, que objetiva:

As dimensões estéticas e políticas articuladas às contemporâneas culturas do consumo, particularmente atentando-se às interações estabelecidas entre culturas audiovisuais, urbanas e midiáticas. Pivilegia-se os estudos sobre: a) narrativas de cunho estético e político, bem como os contextos de sua disseminação e consumo; b) novos formatos e contextos de recepção de culturas e práticas comunicacionais articuladas ao estético e às politicidades.³⁵

O “Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL)”, liderado por Joana Ziller de Araujo Josephson e Dayane do Carmo Barretos, formado em 2018 na UFMG. É pontuado como repercussão dos trabalhos do grupo:

O GEL foi fundado em 2018 e desenvolve ações de pesquisa, ensino e extensão voltadas ao diálogo entre as mídias e as questões de gênero, sob uma perspectiva queer/LGBTI. O Grupo tem se pautado em leituras feministas, queer, interseccionais e decoloniais para perscrutar processos midiáticos. O grupo trabalhado no sentido de registrar, debater e analisar as múltiplas visibilidades midiáticas das lesbianidades no Brasil. Tal esforço, mesmo recente e inovador no cenário da pesquisa científica brasileira, já resulta em publicações de artigos em livros e revistas e congressos, apontando o reconhecimento e a relevância da qualidade das discussões desenvolvidas pelo grupo. O trabalho no GEL resultou, também, na disciplina Mulheres, Heteronormatividade e Mídia: olhares lésbicos, feministas, queer e decoloniais, no PPGCOM e nos Encontros de Pesquisa em Lesbianidades (<https://www.youtube.com/@gelufmg>).³⁶

³³ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/183837>>. Acesso em: 17 de out. de 2024.

³⁴ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/7850406235780483878321>>. Acesso em: 17 de out. de 2024.

³⁵ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/7850406235780483878301>>. Acesso em: 17 de out. de 2024.

³⁶ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/772747>>. Acesso em: 17 de out. de 2024.

Estabelece-se a partir de uma linha de pesquisa, “Lesbianidades, decolonialidade e interseccionalidade”, com doze pessoas pesquisadoras e três estudantes e objetivo de “Investigar as redes de visibilidade e invisibilidade das lesbianidades em ambiências midiáticas.”³⁷

E por fim o “Núcleo de Estudos Críticos de Feminismos, Gênero, Consumo e Capitalismo” de 2021, liderado por Soraya Maria Bernardino Barreto Januário e Carolina Cavalcanti Falcão na UFPE. Possui quatro linhas de pesquisa, duas delas indexadas com a sigla LGBTQIA+. Sendo a primeira intitulada “Feminismos, Gênero, Diversidade, neoliberalismo e direitos humanos em contextos de capitalismo periférico”, com uma pessoa pesquisadora e um estudante, e a segunda com título “Maternidade, Gênero e Mulheres: mídia, consumo e comunicação” com duas pessoas pesquisadoras.³⁸

A recorrência de publicações sobre o tema LGBTQIA+ é demonstrada no texto “Cartografia De Dissidências: temáticas LGBT nos periódicos brasileiros de Comunicação” de autoria compartilhada entre Joana Ziller, Dayane do Carmo Barretos, Kellen do Carmo Xavier e Letícia Gabriella Carvalho de Oliveira (2023). As autorias efetuaram busca nos 84 periódicos listados pela COMPÓS em seu site³⁹ a partir das palavras-chave: LGBT; homossexual; gay, lésbica, bissexual, transexual, transgênero e travesti. Como resultado, após refinamento utilizando alguns critérios, 263 textos foram recuperados. O estudo demonstra que apenas 18 do total de 84 periódicos não recuperaram os termos da busca, o que demonstra alta penetração dessas discussões em documentos da área.

O crescimento contínuo ao longo do período analisado é percebido, bem como a preponderância ainda dominante dos textos sobre a homossexualidade cisgênera masculina:

Contudo, ao olharmos para as temáticas de que tratam os trabalhos, há não só uma predominância nas reflexões sobre homens gays, mas também a identidade gay tomada como sintetizadora da experiência LGBT e homossexual. Não raro, artigos se propunham a tratar de questões da comunidade LGBT como um todo, mas traziam como objeto empírico produções e debates voltados especificamente a homens gays ou, até mesmo, usavam o termo de forma genérica como sinônimo de homossexual ou LGBT, como no caso em que um beijo entre duas mulheres foi caracterizado como beijo gay. Tal aspecto relaciona-se à invisibilização dos demais grupos, o que se reflete no número menor de produções sobre lésbicas, bissexuais, pessoas trans e travestis, em comparação com os textos sobre gays. Desse modo,

³⁷ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/23774878235830721360864>>. Acesso em: 18 de out. de 2024.

³⁸ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/791854>>. Acesso em: 18 de out. de 2024.

³⁹ Disponível em: < <https://compos.org.br/publication/lista-de-periodicos-da-area/>>. Acesso em: 18 de out. de 2024.

percebemos que ainda é necessário avançar no que diz respeito a essa discrepância. (Ziller, et al, 2023, p. 27)

A constante intensificação da discussão sobre identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes no discurso acadêmico, na área de Comunicação conforme aqui recortado, pode significar um reflexo das conquistas do próprio movimento social, que conseguiu através de articulação organizada criar um ambiente favorável ao florescimento de diferentes trabalhos.

1.2.2 Informação LGBTQIA+

A inclusão de pautas provenientes dos movimentos sociais na discussão em Ciência da Informação é um reflexo da preocupação social da área desde sua concepção, a seguir apresentarei como os debates em torno das diferentes e interseccionais questões LGBTQIA+ se constituem na atualidade, através da análise de grupos de trabalho em seminários, publicações e grupos de pesquisa.

Consistem em exemplos dessas transformações a publicação *Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação* (2019) organizado por Nathália Lima Romeiro, Carlos Wellington Martins e Bruno Almeida dos Santos, no qual demonstram que dentro da Ciência da Informação há um crescente interesse em se trabalhar as temáticas de identidades de gênero e orientações sexuais que divergem da cisheterossexualidade. Para as/os organizadoras/es “é essencial refletir sobre a produção e disseminação do conhecimento dessas chamadas ‘minorias’ políticas e sociais, principalmente se pensarmos na construção e desenvolvimento da CI como uma ciência que também reflete a existência de grupos socialmente oprimidos.” (2019, p. 10).

E mais atual a coletânea *Informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades* (2023), produzida pelo Grupo de Trabalho 12 da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Ancib), atualmente coordenado por Izabel França de Lima e Maria Aparecida Moura cuja ementa é:

Estudos teóricos e aplicados em informação sobre Raça, Classe, Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades. Teorias Críticas, Culturais, Racial, Feministas e Queer. Correntes teóricas, escolas de pensamento, bases metodológicas-conceituais e aplicações técnico- científicas dos estudos étnico-raciais, de gênero e de diversidade. Teorias, discursos, saberes, atividades científicas e profissionais em ambientes informacionais comunitários, populares e organizacionais. Relações sociais, de poder e resistências. Epistemicídio, violências e insurgências. Estudos Pós- Coloniais, Decoloniais e Anticoloniais. Estudos Críticos da Branquitude. Justiça Social, Informacional, Racial e de Gênero.

Apresenta uma revisão e ampliação dos trabalhos apresentados durante o XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (XXII ENANCIB) de 2022, trazendo 25 textos de uma grande diversidade de autorias e temáticas trabalhadas. A organização em livro “representa um conjunto de reflexões profundas e interdisciplinares que exploram a interseção entre os campos da Ciência da Informação, Gênero, Estudos Étnico-Raciais e Diversidades.” (Lima; Moura, 2023, p. 15) e demonstra como é importante a conservação da temática LGBTQIA+ nas discussões sobre CI.

O Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) é um evento anual organizado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) em diferentes cidades que possuem programas de pós-graduação em vinculados a Associação. Atualmente é considerado o principal evento de Pesquisa e de Pós-graduação do campo da Ciência da Informação no Brasil.⁴⁰

Os objetivos principais do ENANCIB, segundo consta em suas diretrizes presentes no site da ANCIB são:

- Discutir e refletir a produção de conhecimento na área, de modo a estimular, por meio de amplo diálogo entre os(as) pesquisadores(as) que nela atuam, a realidade dos Programas de Pós-graduação
- Propiciar troca de experiências acadêmico-científicas entre os(as) pesquisadores(as)
- Fomentar o fortalecimento de laços acadêmicos em nível nacional e internacional.
- Propiciar o intercâmbio científico entre pesquisadores(as), docentes, discentes e profissionais da área de Ciência da Informação, no intuito de consolidar a pesquisa científica em Ciência da Informação.
- Discutir e refletir os temas, perspectivas e tendências da pesquisa em Ciência da Informação, de modo a estimular e promover o avanço da geração de conhecimento na área de Ciência da Informação.

Em 2024 o evento passou por sua vigésima quarta edição, que ocorreu na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) entre 4 e 8 de novembro. O Encontro se coloca como um reflexo sobre “o estado-da-arte da pesquisa realizada nos Programas de Pós-graduação e na comunidade científica da área para demonstrar o avanço do conhecimento até o referido momento.”⁴¹. O repositório de anais dos eventos passados contempla os encontros do XXI ao

⁴⁰ Disponível em: < <https://ancib.org/diretrizes-gerais/>>. Acesso em: 15 de out de 2024.

⁴¹ Disponível em: < <https://ancib.org/diretrizes-gerais/>>. Acesso em: 15 de out de 2024.

XXIV. Além do mais, cada ENANCIB, desde o quarto encontro, em 2000, possui um tema, definido pelo programa sede.

Atualmente possui doze grupos de trabalho com distintas temáticas de notabilidade expressiva na construção da Ciência da Informação do Brasil. Dentre estes o que conversa diretamente com a temática deste texto é, o Grupo de Trabalho 12, intitulado Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades, atualmente coordenado por Izabel França de Lima e Maria Aparecida Moura, cuja ementa é:

Estudos teóricos e aplicados em informação sobre Raça, Classe, Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades. Teorias Críticas, Culturais, Racial, Feministas e Queer. Correntes teóricas, escolas de pensamento, bases metodológicas-conceituais e aplicações técnico-científicas dos estudos étnico-raciais, de gênero e de diversidade. Teorias, discursos, saberes, atividades científicas e profissionais em ambientes informacionais comunitários, populares e organizacionais. Relações sociais, de poder e resistências. Epistemicídio, violências e insurgências. Estudos Pós-Coloniais, Decoloniais e Anticoloniais. Estudos Críticos da Branquitude. Justiça Social, Informacional, Racial e de Gênero.⁴²

Segundo consta nos anais disponibilizados, o encontro XXI, na UFSC de 2021, num total de 341 trabalhos, por não possuir o GT 12 apenas um trabalho sobre a questão lésbica foi apresentado no evento⁴³. No encontro XXII, na UFRGS em 2022, no total de 324 trabalhos publicados nos anais, com a presença do GT 12 a produção voltada as questões LGBTQIA+ acontece uma disparada em relação ao ano anterior⁴⁴, totalizando seis trabalhos que abordam essa temática. Estes trabalhos, dos dois encontros, possuem como contribuição para o campo da Ciência da Informação o posicionamento de discussões sobre a memória lésbica (Sampaio; Silva; Lima, 2021; Sampaio; Lima, 2022; Teixeira *et al*, 2022), os estudos de mídia (Rodrigues, 2022) e do conhecimento produzido na Academia (Santana *et al*, 2022; Gerônimo *et al*, 2022).

⁴² Disponível em: < <https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/>>. Acesso em: 15 de out. de 2024.

⁴³ “O Discurso Androcentrado da Ditadura Militar: Diálogo entre Althusser, Ricouer e McGarry sobre Silêncio, Memória e Censura a Lésbicas”, de Denise Braga Sampaio, Dávila Maria Feitosa da Silva e Izabel França de Lima, no GT 10 – Informação e Memória.

⁴⁴ O trabalho “Informação Gênero-Sexualidade: Das Dimensões Epistêmicas ao uso do termo e seu conceito” de Sérgio Rodrigues de Santana, Maytê Luanna Dias de Melo e Edivanio Duarte de Souza presente no GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. No GT 12: “Produção da Informação Gênero-Sexualidade na Ciência da Informação: Aspectos grupais, sociais e culturais LGBTQIA+ aplicados à Biblioteconomia a partir do lugar de fala” de Sérgio Rodrigues de Santana, Raimunda Fernanda dos Santos, Carla Daniella Teixeira Girard e Maytê Luanna Dias de Melo; “Observatório LGBTQIA+: Acervo Informacional da Comunicação Social” de André Iribure Rodrigues; “Limítrofes Informacionais da Lesbianidade no SNI da Ditadura Militar” de Denise Braga Sampaio e Izabel França de Lima; “A Homossexualidade feminina nos descritores em Ciências da Saúde” de Raquel da Silva Teixeira, Brisa Pozzi de Sousa, Ingrid Vianna Espinosa e Kizi Mendonça de Araújo; “Representação Social e Comunidade LGBTQIAP+: Um estudo prognóstico sobre as formas de representação da Informação” de Aderlon dos Santos Gerônimo, Gracy Kelli Martins, Henry Poncio Cruz de Oliveira e Aurora Cuevas Cerveró.

No que concerne as autorias citadas em comum, Judith Butler e Michel Foucault contribuem na construção do discurso sobre gêneros e sexualidades.

No XXIII Encontro, ocorrido na Universidade Federal de Sergipe (UFS), entre os dias 6 e 10 de novembro de 2023, na cidade de São Cristóvão, sob responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), teve um total de 415 trabalhos publicados nos anais. Com o tema escolhido pela comissão organizadora: “Das mediações às práticas informacionais: contribuições da Ciência da Informação”. Dez destes trabalhos se enquadram na temática LGBTQIA+ dessa edição⁴⁵. Estas comunicações se inserem na CI para tratar a informação como ferramenta de resistência ao epistemicídio (Andrade; Silva; Alves, 2023) e à desinformação (Silva; Pinto; Neto, 2023). Tratam de temas particulares do campo (Chagas; Moura, 2023; Romeiro; Silveira, 2023; Junior; Neto, 2023) e análises de processos e encontros acadêmicos (Passo; Nunes; Cavalcante, 2023; Silva; Bernardino; Santana, 2023). Em relação as autorias utilizadas, quem aparece com maior relevância na maior parte dos trabalhos é Butler, seguido de Boaventura de Sousa Santos, Stuart Hall, Foucault e Tony Boita.

O XXIV Encontro, ocorrido em Vitória (ES) em novembro de 2024, com um total de 477 trabalhos publicados nos anais do evento, 10 dialogam sobre a questão LGBTQIA+⁴⁶. Os

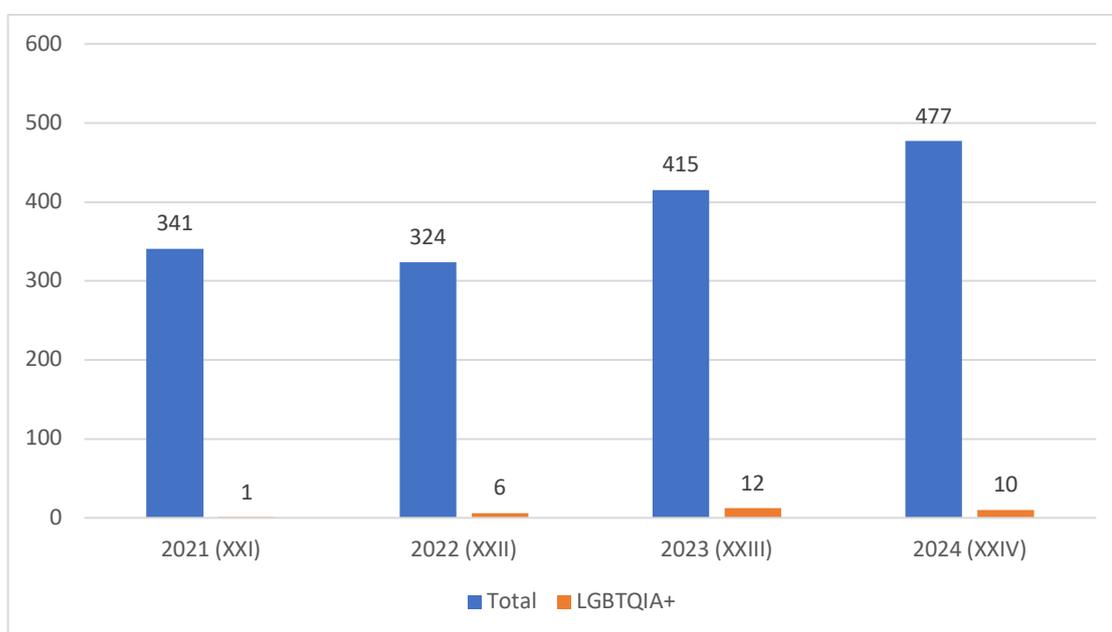
⁴⁵ “Conceituação e Hierarquização do termo Gênero em Tesouros: Uma análise pelo viés da Interseccionalidade e da Decolonialidade” de Nathália Lima Romeiro e Fabrício José Nascimento da Silveira no GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento; “Informação, Organização e Agência na construção da memória da diversidade sexual e de gênero” de Leonardo Borges Rodrigues Chagas e Maria Aparecida Moura no GT 10 – Informação e Memória. No GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades foram apresentados os seguintes trabalhos: “Intersecções Históricas, Teóricas e Práticas da Museologia: considerações do fazer da Museologia Social para fundamentar a Museologia LGBTQIA+” de Sérgio Rodrigues de Santana, Eliane Martins Martins, Maytê Luanna Dias de Melo, Raimunda Fernanda dos Santos e Carla Daniella Teixeira Girard, “O Gesto Bibliográfico LGBTQIA+ e a construção anti-Epistemicida” de Diogo Roberto da Silva Andrade, Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Ana Paula Meneses Alves, “Construções Identitárias de Drag Queens a partir do documentário Paris Is Burning” de Larissa de Oliveira Bustillos Villafan, Antonio José Barbosa de Oliveira e Maria José Veloso da Costa Santos, “O Impacto das Fakes News na Transfobia” de Luís Carlos da Silva, Virgínia Bentes Pinto e Júlio Afonso Sá de Pinho Neto, “Representatividade da Literatura Sáfica em acervos de Bibliotecas Públicas” de Mariele Cristina Chassot e Rodrigo Silva Caxias de Sousa, “O ensino de pós-graduação em Ciência da Informação da região Nordeste na perspectiva da inclusão das temáticas étnico-raciais, gênero e diversidades” de Leyde Klebia Rodrigues da Silva, Maria Cleide Rodrigues Bernardino e Carolina de Souza Santana, “Pela visibilidade das minorias: análise da produção científica da primeira edição do GT-12 no Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-graduação em Ciência da Informação de 2022” de Leandra Alencar Soares Lima de Passo, Jefferson Veras Nunes e Lidia Eugenia Cavalcante, “Estudos de gênero na Ciência da Informação com foco na Comunidade LGBTQIAPN+” de Abraão Muniz Pinto Junior e João Arlindo dos Santos Neto.

⁴⁶ “Literatura LGBTQIAPN+ para o público jovem no Brasil: análise da atuação da Editora Seguinte” de Leandra Alencar Soares Lima de Passo e Lidia Eugenia Cavalcante, apresentado no GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação. “Inteligência artificial generativa e desinformação: testando o chatgpt na criação de conteúdos falsos sobre a comunidade LGBTQIA+” de Henry Poncio Cruz, Bárbara Beatriccy Bentes Pinto e Michel Batista Silva, no GT 8 – Informação e Tecnologia. E no GT 12 - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades, os seguintes trabalhos: “Não tolerarei!: desinformação e limítrofes informacionais impostos a parlamentares transexuais brasileiras” de Maria Cleide Rodrigues Bernardino e Denise Braga Sampaio; “Modelagem de domínio aplicada à temática LGBTQIAPN+” de Leonardo Borges Rodrigues Chagas e Maria Aparecida Moura; “Segura a marimba aí, monamu”: apropriação do meme #inêsbrasil pela comunidade LGBTQIA+” de Jade de Jesus dos Santos e Leyde Klebia Rodrigues da Silva; “Classe, raça, gênero e orientação

temas principais trabalhados se conectam com a produção, mediação, acesso e representação da informação. Utilizam da interseccionalidade (Werhli; Sousa; Linden, 2024; Ferreira; Pizarro, 2024; Silva; Vitorino, 2024) para tecer críticas a hegemonia heterocisnormativa. Além do mais, há certa focalização na memória (Brito; Silva, 2024) e sua relação com a construção identitária (Santos; Silva, 2024). As autorias aplicadas em comum ao conjunto são Butler, Paulo Freire e Hall.

O gráfico abaixo serve como ilustração dos dados colhidos nos anais das edições de 2021 a 2024 do Enancib, faz uma comparação visual do número total de trabalhos publicados em cada ano com aqueles que possuem centralidade na temática LGBTQIA+.

Gráfico 2: Presença LGBTQIA+ no Enancib



Fonte: produzido pelo autor (2025)

Sobre a presença LGBTQIA+ em grupos de pesquisa em Ciência da Informação, o GPCIn - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação, formado em 2006 e liderado por Elizete Vieira Vitorino e Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho possui o Observatório LGBT+, segundo consta nas suas repercussões:

sexual: categorias de análise em estudos de usuários nos arquivos” de Rafael dos Santos Werhli, Rodrigo Silva Caxias de Sousa e Leolíbia Luana Linden; “Ambientes de informação, cultura e memória: dissidências sexuais e de gênero em pauta” de Simão Marcos Apocalypse e Maria José Vicentini Jorente; “Informação no Largo do Arouche: diversidade e ativismo LGBTQ+” de Jean Fernandes Brito e Rafaela Carolina da Silva; “Mediação da informação e o protagonismo social para mulheres feministas negras e lésbicas: combate às violências de raça, gênero e sexualidade” de Aline Ferreira e Daniella Camara Pizarro; e “O desenvolvimento da competência em informação voltado às minorias sociais: o PDCIN-LGBTQIAPN+” de André Luiz Avelino da Silva e Elizete Vieira Vitorino.

O Núcleo GPCIn conta com produção científica significativa e com atividades e publicações integradas ao ensino-pesquisa-extensão. No ano de 2019, foram publicados 3 livros: dois em coautoria e um como organizadora. Foram criados dois observatórios, resultados de pesquisa: "Observatório LGBTQIA+" e "Observatório Covid-19" (ambos, disponíveis em <https://gpcin.ufsc.br/>). No ano de 2008, um projeto aprovado pelo CNPq (Processo 400590/2008-5), resultou em apoio financeiro, orientações de graduação e de pós-graduação. Desde o ano de 2013 a disciplina de graduação "Competência em Informação", obrigatória desde 2015, criada pela líder do GPCIn é lecionada nos cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação da UFSC. Em 2007 foi criada a disciplina "Competência em Informação" no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da UFSC. As realizações do GPCIn podem ser vistas em <https://gpcin.ufsc.br/>.⁴⁷

O grupo conta com um total de 22 participantes, destes 8 pesquisadoras/es e 2 pessoas colaboradoras estrangeiras com doutorado; 4 pesquisadoras/es e 1 estudante com mestrado; 1 técnica/o com mestrado profissional; 1 técnica/o com especialização; 1 estudante e 1 técnica/o com graduação; e 3 estudantes sem formação em andamento.

O GPCIn possui três linhas de pesquisa, Competência em Informação, responsável por “Desenvolver estudos e pesquisas sobre o uso e apropriação da informação, no que se refere às dimensões técnica, estética, ética e política.”⁴⁸, com 11 pessoas pesquisadoras e 4 estudantes; Profissionais da Informação, que objetiva “Desenvolver pesquisas relacionadas às dimensões técnica, estética, ética e política da Competência Informacional de Profissionais da Informação”⁴⁹ e conta com 10 pesquisadoras/es e 3 estudantes; e Vulnerabilidade em Informação, que pretende “Realizar investigações voltadas ao desenvolvimento da competência em informação das minorias sociais, que constituem as populações e grupos vulneráveis.”⁵⁰, com 8 pesquisadoras/es e 3 estudantes.

1.2.3 Museologia LGBTQIA+

A partir das discussões da Mesa de Santiago em 1972 e o surgimento de uma Nova Museologia, na qual as instituições e profissionais devem se preocupar com a função social, com o conceito de museu integral e com a realidade da comunidade que os cerca, surge

⁴⁷ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/32520> >. Acesso em 15 de out. de 2024.

⁴⁸ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/0723174267438921924382> >. Acesso em 15 de out. de 2024.

⁴⁹ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/0723174267438921145959> >. Acesso em 15 de out. de 2024.

⁵⁰ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/0723174267438921682945> >. Acesso em 15 de out. de 2024.

posteriormente uma marcação analítica na disciplina, a Museologia Social, adjetivada por razões demarcativas de seu papel no mundo.

A Museologia Social possui "compromissos éticos, especialmente no que dizem respeito às suas dimensões científicas, políticas e poéticas" (Chagas; Gouveia, 2016, p. 17). A necessidade na ênfase apresentada pelo termo Social se dá a esse ao compromisso no qual se estabelece o empenho com:

[...] a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros (Chagas; Gouveia, 2016, p. 17).

Além disso, não pode haver espaço para um discurso de exclusão, principalmente o baseado na LGBTfobia nessa tipologia de fazer museológica. O rigor científico defendido por intelectuais de todos os espectros acadêmicos por vezes sobrepuja a visão geral em torno de uma temática e acarreta com isso um apagamento histórico de narrativas, exemplo disso é o processo de “heterossexualização compulsória de objetos, histórias e memórias dos povos originários” (Baptista, 2021, p. 45-46).

Com a concepção do pensamento de uma Museologia LGBTQIA+ como uma proposição de nova epistemologia na área museológica, no intuito de ser aplicada a realidade social da América Latina (Baptista, Boita, Wichers, 2020), baseia-se no “[...] conjunto de concepções e práticas conduzidas por pessoas que pertencem às camadas da classe trabalhadora que divergem da matriz heterossexual” (Baptista; Boita; Wichers, 2021, p. 191). A utilização dessa sigla não deslegitima, segundo apontado pelos autores, a mutabilidade e capacidade de reorientação conceitual da comunidade. Sua funcionalidade persiste na agregação pelas políticas públicas nacionais relacionadas a memória coletiva e individual da comunidade.

De forma prática a articulação em rede de acadêmicas e acadêmicos comprometidos com esse tipo de integração das narrativas historicamente silenciadas é uma estratégia de fortalecimento de ideias. Por exemplo a existência da Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social, segundo consta em sua carta de fundação, cuja criação ocorre no "5º Fórum Nacional de Museus em Petrópolis - Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2012, em busca de reconhecimento e da salvaguarda da memória e luta da comunidade LGBT" (Editorial, 2014, p. 38). Além disso, a Rede ambiciona a "geração de políticas, programas, encontros, espaço no fórum nacional de museus e inclusão da temática e práticas LGBT nos museus brasileiros" como forma de superação das fobias e silenciamentos historicamente impostos. São apontados

também, nesse mesmo documento de criação, quatro ações principais que o grupo almeja implementar, sendo elas:

- 1 - Um programa específico dentro do IBRAM enfatizando as políticas públicas voltadas para as ações museológicas de gênero – políticas de estímulo – como editais/premiações;
- 2 - Espaços, principalmente nos museus tradicionais, para a exploração de acervos já existentes nos museus brasileiros, propondo um trabalho voltado para a perspectiva de gênero;
- 3 - Problematização no interior dos museus a partir da perspectiva LGBT, tendo em vista que, em sua maior parte, os museus trabalham a questão de gênero pelo ponto da heteronormatividade;
- 4 - Que os pontos de memória, pontos de cultura, instituições culturais, museus comunitários, ecomuseus e museus tradicionais se articulem, ao menos uma semana ao ano, para divulgar e enfatizar o movimento LGBT e as questões de gênero nas instituições brasileiras. (Editorial, 2014, p. 38).

Rede possui em articulação algumas redes regionais e estaduais, como o Instituto Cultura e Arte LGBT⁵¹, no Centro-Oeste, a Rede LGBT Sul e o Coletivo Memória e Resistência⁵² em São Paulo.

A Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social, ao longo de mais de uma década de amadurecimento incentivou diversas repercussões no campo da Museologia, como a publicação da Revista Memórias LGBT+, criada e mantida pelo professor Tony Boita. Seu primeiro número foi lançado em 2013 e continua até a atualidade, contabilizando mais de 18 edições. A Revista consegue abarcar um grande leque de discussões a respeito dos mais variados temas através da colaboração em forma de texto e imagens de inúmeros intelectuais, enriquecendo o debate e apresentando ao público em geral informações atualizadas sobre a discussão em torno das identidades de gênero e orientações sexuais (Boita; Candido, 2020).

A articulação em rede também proporcionou em 2023 o lançamento da 17ª Primavera de Museus, com a temática Memórias e Democracia: Pessoas LGBT+, Indígenas e Quilombolas. Este é um evento anual organizado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) “com o objetivo de intensificar a relação entre os museus e a sociedade, promovendo a

⁵¹ Define-se como: "organização da sociedade civil com objetivo de defender, promover, fomentar e difundir a cultura, o legado cultural e artístico e a memória da comunidade LGBT+ brasileira". O Terreiro Cultural LGBT+, sua sede, funciona desde 30 de novembro de 2018, no Setor Comercial Sul, Brasília (DF). Disponível em: <<https://instituto.lgbt/>>. Acesso em: 16 de out. de 2024.

⁵² Criado com o intuito de promover o debate sobre temas relacionados aos bens culturais urbanos na zona leste da cidade (São Paulo). estreitar os laços entre as comunidades e a diversidade de manifestações de arte e cultura da região e estimular a inclusão e a cidadania, do ponto de vista cultural, por meio de ações de estudo, resgate e valorização de elementos patrimoniais. Desenvolvido entre agosto de 2018 e abril de 2019, financiado pelo Programa de Valorização de Iniciativas Culturais da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <<https://www.facebook.com/coletivomemoriaeresistencia/>>. Acesso em: 16 de out. de 2024.

valorização do patrimônio cultural brasileiro.”⁵³ Essa edição, segundo o texto de referência elaborado para sua abertura, pretendia dentro “[d]o contexto de um novo governo que promove a reconstrução e união do Brasil, queremos estimular que os museus, detentores e promotores da memória, da cultura, e das artes, contribuam para o reconhecimento, a valorização e o protagonismo das pessoas LGBTQ+, indígenas e quilombolas na produção das suas próprias memórias.” (IBRAM, 2023⁵⁴). Em relação especificamente as memórias LGBTQIA+, compreende que:

[...] são fundamentais para compreender a luta por direitos civis, igualdade e respeito. Ao longo da história, indivíduos LGBTQ+ têm enfrentado discriminação, marginalização e perseguição em muitas sociedades. Essas memórias coletivas abrangem movimentos de protesto, manifestações, eventos significativos, como as revoltas de Stonewall em 1969, e os esforços contínuos para alcançar, por exemplo, a igualdade no casamento, adoção e não discriminação. A democracia desempenha um papel importante ao garantir que os direitos das pessoas LGBTQ+ sejam protegidos e respeitados. Por meio da participação política e do envolvimento com instituições democráticas, a comunidade LGBTQ+ pode lutar por mudanças sociais e legislativas que reconheçam plenamente seus direitos e liberdades. (IBRAM, 2023⁵⁵)

O resultado dessa Primavera, que ocorreu entre os dias 18 e 24 de setembro de 2023, foi um total de 805 participantes e 2.533 atividades. Porém, pelo tema trazer três camadas identitárias diversas e complexas, houve um baixo aproveitamento da questão LGBTQIA+, conforme assinalado por Tony Boita e Jean Baptista (2024):

No entanto, apesar dos esforços do Instituto Brasileiro de Museus, apenas 16% das instituições inscritas realizaram ações voltadas para a dissidência sexual, um número alarmantemente baixo que reflete o desinteresse dos museus em reconhecer e honrar nossas memórias e direitos. Infelizmente, os museus também contribuem para a perpetuação da homolebobitranfobia que continua ceifando vidas neste país. (Boita; Baptista, 2024, p. 1)

Como contribuição nas publicações específicas e importantes para o campo da Museologia é possível observar a presença de textos em três diferentes revistas nos últimos anos. O dossiê "Corpos e Dissidências nos Museus e na Museologia" publicado nos *Cadernos de Sociomuseologia* (vol. 61, n.o 17, abr. 2021) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias organizado por Judite Primo, Jean Baptista e Tony Boita, apresenta oito diferentes textos que trabalham a temática LGBTQIA+ de forma interseccional e no qual em seu texto de

⁵³ Disponível em: <<https://visite.museus.gov.br/primavera-dos-museus/>>. Acesso em: 14 de out. de 2024.

⁵⁴ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1OF8f7FaYMOJM4YNgJ_x2MzZ7UEpknqE/view>. Acesso em 14 de out. de 2024.

⁵⁵ IDEM

apresentação convida a área a “reinventar o conceito de Museologia, redesenhando-o coletivamente, assumindo posturas políticas e teóricas comprometidas com a vida, com a sexualidade, com o gênero, com a raça, com a classe, com a decolonialidade e contra o Epistemicídio.” (Primo; Baptista; Boita, 2021, p. 2).

O dossiê “Museus e Museologia LGBTQ+”, organizado por Tony Boita, Jean Baptista, Thainá Castro e Inês Gouveia e publicado na revista *Museologia & Interdisciplinaridade* do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, em maio de 2022, retrata de forma pioneira no país a relação entre “Museologia, Memória, Patrimônio, História e cultura relacionada à população dissidente da matriz branca, cis e heterossexual vigente em boa parte dos museus brasileiros.” (Tony Boita, et al., 2022, p. 16) e apresenta quinze artigos de trinta autorias distintas, novamente trabalhando a temática de forma interseccional.

E o dossiê "Memória, Museologia LGBTQ+ e Museus Nacionais", organizado por Jean Baptista e Tony Boita, dividido em duas partes: a primeira publicada no volume 57 dos *Anais do Museu Histórico Nacional* em 2023, em conjunto com mais outros dois dossiês. Pretende ser um “convite para se expor o que tem sido feito de excludente nos museus e na Museologia brasileira, mas, antes disso, propõe-se a demonstrar que se foi o tempo em que não havia pensamento LGBTQIA+ no campo. Dito de outro modo, pretende demonstrar que é possível decolonizar os museus e a Museologia a partir de uma perspectiva queer interseccional.” (Baptista; Boita, 2023, p. 3). Conta com cinco artigos de autorias diversas.

A segunda parte foi publicada em junho de 2024, no volume 58 dos *Anais*, onde os outros seis artigos de autorias e temáticas diversificadas tendo como as questões de identidades de gênero e orientações sexuais que divergem da matriz heterocisnormativa são abordados.

A articulação da Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social para a possibilitar a organização desses três dossiês cumpriu papel fundamental:

Vale apontar que a proposta deste dossiê nasceu da combinação de dois desejos: um primeiro manifestado em encontro promovido pelo Museu Histórico Nacional com profissionais de museus reunidos em uma escuta no ano de 2022; o segundo, a estratégia de integrantes de Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social em propor dossiês temáticos às principais revistas de Museologia do universo lusófono, como ocorrido já com os dossiês *Corpos e Dissidências*, no *Cadernos de Sociomuseologia*, e *Museologia LGBTQ+*, publicado pela revista *Museologia e Interdisciplinaridade*. (Baptista; Boita, 2023, p. 3)

É possível apontar também as repercussões da temática LGBTQIA+ em um dos principais encontros de acadêmicas e acadêmicos e profissionais da área da Museologia, o Seminário Brasileiro de Museologia (SEBRAMUS) que foi idealizado pela Rede de Docentes

e Cientistas do Campo da Museologia (RDCCM) em seus V e VI Encontros anuais, ocorridos em 2012 em Petrópolis e 2013 no Rio de Janeiro respectivamente. É pensado como “[...] espaço de construção solidária e dialógica da Museologia no cenário nacional. Tem como objetivo se afirmar como locus privilegiado de discussões acadêmicas, contribuindo para a divulgação qualificada da produção científica dos professores e pesquisadores da área”.

Aconteceram até o momento cinco diferentes encontros: o inaugural ocorreu entre 12 e 14 de novembro de 2014, sediado pelo curso de Museologia da Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte sem uma temática definida; o segundo seminário foi sediado no Museu do Homem do Nordeste, em Recife (PE), entre 16 e 20 de novembro de 2015 e teve como tema central “Pesquisa em Museologia e perspectivas disciplinares”; o terceiro SEBRAMUS teve como sede a Faculdade de Artes Visuais (FAV) da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Belém (PA) entre os dias 20 e 24 de novembro de 2017 tendo como fio condutor o tema “Museologia e suas interfaces críticas: museu, sociedade e os patrimônios”; o quarto seminário foi realizado pelo curso de museologia da Universidade de Brasília (UnB) em Brasília (DF) entre 29 de julho a 1º de agosto de 2019 com o tema “Democracia: Desafios para a Universidade e para a Museologia”.

Em dezembro de 2022, ocorreu nos dias 7, 8 e 9 de dezembro na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre (RS). Após uma pausa por conta da pandemia de COVID-19, o Seminário retorna com o tema “Museologia em movimento: lutas e resistências”, e um discurso de enfrentamento aos diversos ataques que o setor museológico e cultural em geral, passam na contemporaneidade.

Com exceção do seminário inaugural de 2014, houve a inserção de grupos de trabalho nas outras quatro edições cuja temáticas dialogam diretamente com o conteúdo de análise deste trabalho. O GT 16 do SEBRAMUS 2015, intitulado “Museologia, identidade de gênero e orientação sexual” a cargo dos professores Jean Baptista (UFG) e Matias Monteiro Ferreira (UnB), com a seguinte ementa:

Os modos de expressão e socialidade oriundos das comunidades LGBT e os dispositivos de crítica emergente do contexto das produções queer nos ofertam em seu percurso a constatação de que as identidades e performatividades de gênero se constituem como sistemas de atos e construções discursivas. Ampliar o espectro e abrangência de nossas abordagens práticas/conceituais, de modo a contemplar atos e discursos negligenciados, exige a reformulação de nossos meios e estratégias de produção de conhecimento. Assim, a memória das produções culturais, sociais e políticas de mulheres, Travestis, Transsexuais, Transgêneros, Lésbicas, Bissexuais e Gays desafiam noções pretensamente conciliadoras, legitimadoras e fixas de identidade, patrimônio e cultura no contexto da Teoria Museológica.

Ao problematizar a matriz heterossexual reguladora (Butler, 2003), também dominante nos museus e espaços de memória, o GT procura discutir, reunir e refletir acerca de políticas museológicas que se relacionam com processos de inclusão, visibilidade, esquecimento e apagamento da memória de mulheres e população LGBT.

Para tal, propõe-se debater:

- as contribuições dos discursos feministas no âmbito da museologia;
- as contribuições da teoria queer, da história cultural e políticas públicas na perspectiva da teoria museológica;
- os processos de constituição do patrimônio comunitário LGBT;
- a ressignificação histórica frente as contribuições de personalidades LGBT;
- o ainda insipiente campo de pesquisa acerca da sexualidade e identidade de gênero nos museus;
- novas estratégias expositivas e novas abordagens comunicativas;
- a diversidade sexual e de gênero no que concerne a formação de profissionais de museus;

O GT conta com apoio da Revista Memória LGBT, da Rede LGBT de Memória e Museologia Social de Brasil e do Grupo de Pesquisa Comunidades e Museologia Social (Comusas-Ibram/CNPq). (Seminário, 2015, p. 985)

Nesse Seminário foram apresentados quatro trabalhos com a temática LGBTQIA+⁵⁶. Os artigos possuem diversidade na abordagem sobre esse assunto, enfocando na relação da Museologia e das subjetividades da comunidade com o Carnaval (Souza; Fernandes, 2015), das práticas em museus e os apagamentos nos processos normativos (Amaral, 2015), de ferramentas para divulgação e preservação de uma bibliografia LGBTQIA+ no campo (Boita, 2015) e da difusão dentro da Academia de um discurso comunitário ligado as particularidades das narrativas que fogem da matriz heterocisnormativa. As autorias convergentes entre os trabalhos são Michel Foucault, Marília Xavier Cury e Maria Cristina Oliveira Bruno.

O GT 7 do SEBRAMUS 2017, intitulado “Museologia, museus e gênero” e coordenado por Ana Audebert, Camila Moraes Wichers e Marijara Queiroz, tem como ementa:

O GT Museologia, museus e gênero propõe apresentar e debater a pertinência da categoria gênero para o campo da museologia e dos museus. Ao desvelar as relações de poder assimétricas presentes no sistema sexo-gênero em nossas sociedades percebemos que as diferenças entre mulheres e homens são também construções sociais e culturais. Importa-nos problematizar como os museus tem tratado essa questão, a partir de suas práticas e processos, à luz de uma museologia crítica. Serão pertinentes trabalhos teóricos e relatos de experiências a partir de práticas museais e patrimoniais que pensem sobre

⁵⁶ “O glamour e o destaque da cultura LGBT a riqueza de brilhos, cores e elegância no carnaval brasileiro” de Washington Fernando Souza e Alexandro Oliveira Fernandes; “Museus, uso social da informação e homofobia institucional: uma perspectiva documentária” de Flávio Pereira do Amaral; “Memórias LGBT em revista” de Tony Willian Boita; “Museologia Comunitária e comunidades LGBT: desafios e metodologias da extensão universitária em universidades federais e museus” de Jean Baptista e Tony Boita.

gênero e suas interseccionalidades tendo como base o conceito de patriarcado (enquanto sistema social de dominação/opressão) e feminismo (enquanto movimento social e político emancipatório) associados às práticas e processos de musealização e patrimonialização. Serão bem-vindos trabalhos que: discutam sobre (in)visibilidades, rupturas, permanências, narrativas e silenciamentos de temas relacionados a gênero e história das mulheres nos museus e na museologia; investiguem a prática social do colecionismo e das coleções evidenciando o protagonismo e ação das mulheres; analisem as relações entre pessoas de diferentes gêneros com a cultura material, a memória social e o patrimônio ampliando o olhar para além da dicotomia mulher/homem; problematizem a questão de gênero e as formas de representações sociais da mulher a partir das interseccionalidades, considerando as adversidades da condição mulher (rural ou urbana, criança, jovem ou idosa, agricultora, operária ou burguesa, negra ou branca); considerem o recorte de gênero nos estudos e pesquisas sobre formação e atuação profissional no campo dos museus e da museologia; reflitam sobre os museus e a museologia numa perspectiva descolonizadora e decolonial; tragam relatos de intervenções museais voltadas a subverter as assimetrias do sistema sexo-gênero. (Seminário, 2017)

Foi apresentado nesta edição do SEBRAMUS apenas um trabalho com a temática LGBTQIA+⁵⁷, no qual trata de um mapeamento de museus, espaços de vocação museológica, patrimônios e iniciativas em memória que tratam sobre identidades de gênero e orientações sexuais divergentes da heterocisnormatividade.

O GT 4 do SEBRAMUS 2019, “Museus, gênero e sexualidade” coordenado por Ana Audebert, Jean Baptista e Mariana Sombrio, possuiu como ementa o texto:

O Grupo de Trabalho “Museus, gênero e sexualidade” propõe apresentar e debater a pertinência das categorias gênero e sexualidade para o campo da museologia e dos museus. Ao desvelar as relações de poder assimétricas presentes no sistema sexo-gênero em nossas sociedades, percebemos que as diferenças entre mulheres, homens e sexualidades dissidentes são também construções sociais e culturais. Importa-nos problematizar como os museus tem tratado essa questão, a partir de suas práticas e processos, refletidas à luz de uma museologia crítica. Serão pertinentes trabalhos teóricos bem como relatos de experiências a partir de práticas museais e patrimoniais que pensem sobre gênero, sexualidade e suas interseccionalidades à luz de conceitos como patriarcado e heteronormatividade – enquanto sistemas sociais de dominação/opressão – e feminismo – enquanto movimento social e político emancipatório, associados às práticas e processos de musealização e patrimonialização. Neste sentido, serão bem-vindos trabalhos que: - Discutam sobre visibilidade/invisibilidade, rupturas, permanências, narrativas e silenciamentos de temas relacionados a gênero, sexualidade e história das mulheres e populações LGBTQI nos museus e na museologia; - Investiguem a prática social do colecionismo e das coleções evidenciando o protagonismo e ação das mulheres e populações LGBTQI; - Levantem questionamentos sobre implicações de gênero e sexualidade na história dos museus, das

⁵⁷ “Quando a memória LGBT sai da reserva técnica: mapeamento preliminar dos museus, patrimônios e iniciativas comunitárias em memória e Museologia Social” de Tony Boita e Camila Moraes Wichers.

coleções e das práticas colecionistas; - Analisem as relações entre pessoas de diferentes gêneros e sexualidades com a cultura material, a memória social e o patrimônio ampliando o olhar para além da dicotomia mulher/homem; - Problematizem a questão de gênero e as formas de representações sociais da mulher e populações LGBTQI a partir das interseccionalidade, considerando as multiplicidades presentes no interior dessas categorias (classe, raça, etnia, geração, nacionalidade, entre outros marcadores possíveis); - Considerem o recorte de gênero e sexualidade nos estudos e pesquisas sobre formação e atuação profissional no campo dos museus e da museologia; - Reflitam sobre os museus e a museologia numa perspectiva descolonizadora e decolonial; - Tragam relatos de intervenções museais voltadas a subverter as assimetrias do sistema sexo-gênero; - Promovam o debate sobre democracia, justiça social e igualdade na diferença. Justificativa da relevância do tema Historicamente os museus estão associados à construção das identidades nacionais europeias, nas quais se expressa uma forma de cidadão pleno: homem, branco, ocidental, heterossexual e proprietário. Da mesma forma, tais instituições nasceram fortemente imbricadas com os colonialismos e imperialismos. Na modernidade ocidental, as identidades construídas a partir dos museus foram marcadamente machistas e sexistas, contribuindo para a opressão e subordinação das mulheres e outras “minorias políticas”, tal qual as populações que podem ser compreendidas como lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, queer e interessexuais (LGBTQI). Tais posturas marcaram as mentalidades expressas nos museus, em suas coleções, equipes, exposições e ações educativas até os dias atuais. Nesse sentido, coloca-se como especialmente relevante uma análise crítica das instituições museológicas e seus processos como parte de um amplo espectro de agenciamentos e normatizações, tendo como objetivo a coesão social e a uniformidade, no presente e no passado, de forma a calar as vozes subalternizadas. Trata-se de compreender que houve uma transferência europeia da cultura dos museus para as Américas de modo geral. Herdamos um modelo de museu moderno enciclopédico, classificador e hierarquizador que tratava de apresentar as referências culturais em termos nacionalistas, cientificistas, com destaque para os grandes eventos da história, dos heróis e principalmente dos homens. Essas marcas também estão presentes na museologia como campo de conhecimento, sendo necessário examinar criticamente como a produção do conhecimento e a formação nesse campo tem perpetuado essa herança sexista. Ademais, quando ampliamos as identificações de gênero e sexualidade para além da dicotomia mulher-homem, percebemos invisibilidade ainda maior das outras formas de ser pessoa, bem como de temas relacionados à regulação dos corpos. Trata-se de desafiar as lógicas hegemônicas presentes nos museus criando espaços e ações de resistência que garantam a entrada em cena de sujeitos excluídos historicamente dessas instituições. A resistência às hegemonias nos museus pode operar em muitas direções como a diversidade sexual, social, étnica criando cismas e abalos nas políticas culturais elitistas e nacionalistas em que se sustentam a maioria dos museus brasileiros, em maior ou menor grau. Trazer o gênero e a sexualidade para o campo da museologia é uma forma de melhor compreender o museu enquanto dispositivo de reprodução e mudança social. Será possível incrementar os discursos museais, repensar, ressignificar e reescrever a história da relação entre pessoas, coleções e as memórias construídas nessas instituições e processos? (Seminário, 2019)

Neste Seminário um total de nove trabalhos foram apresentados que dialogam com a temática LGBTQIA+⁵⁸. São abordados diferentes patrimônios provenientes de subjetividades da comunidade LGBTQIA+ (Souza, 2019; Silva, 2019; Boita 2019), bem como práticas de memórias em contexto de resistência (Machado, 2019), concepção de novas nomenclaturas (Nunes, 2019) e pontos de interseccionalidade historicamente marginalizados (Cazumbá, 2019). Por não haver disponibilidade de todos os textos não é possível montar um quadro comparativo das autorias empregadas.

No seminário de 2022, o GTs 5 “Museus, Memória e Museologia LGBT+” sob coordenação de Tony Willian Boita, Marlise Maria Giovanaz e Benito Bisso Schmidt cuja ementa propõe:

O presente Grupo de Trabalho objetiva reunir pesquisas que versem sobre museus, memória e Museologia produzidas pela comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais). Neste cenário, problematizam-se estratégias museais interessadas na superação da LGBTfobia (categoria jurídica vigente nas políticas públicas brasileiras), no que pode ser chamado de Museologia LGBT+, entre outras possíveis designações. Para tal, reúnem-se novas abordagens teóricas relacionadas a políticas públicas, direitos humanos, estudos queer e interseccionalidade, além das práticas inovadoras expressas na criação de museus com tipologia própria, abordagens que problematizem o fato museal e a cadeia operatória museológica, estudos de musealização de coleções representativas da comunidade LGBTQIA+, história dos museus, monumentos, patrimônios, arquivos, ressignificação de exposições e de acervos já musealizados, difusão de memórias orais, invisibilização das sexualidades dissidentes em exposições de curta e longa duração, entre outras possibilidades que demonstram a potencialidade desta proposta e sua ampla diversidade de atuação. O GT conta com apoio do Centro de Referência da História LGBTQI+ do RS (CLOSE – RS)/UFRGS, da Rede LGBT+ de Memória e Museologia Social, a Revista Memórias LGBT+ e do Grupo de Pesquisa Museologia e Sexualidade (MusaSex/CNPq). (Seminário, 2022)

E na edição do SEBRAMUS de 2022, treze trabalhos foram apresentados⁵⁹ que dialogam com a temática LGBTQIA+. As temáticas variam desde discussões epistemológicas

⁵⁸ “Uma reflexão sobre a participação do Curso de Museologia na Exposição “Uma Cidade pelas Margens”” de Marlise Maria Giovanaz; “Análise de 1 Ano do Espaço Cultural Gênero e Diversidades – UFSC” de Izabella Trindade Cavalcante; “Novas memórias traumáticas nas comunidades LGBT brasileiras: marcos na democracia tensionados pelo esquecer e o lembrar” de Jean Baptista; “Registros Imateriais do Patrimônio Cultural LGBT” de Tony Boita; “Museologia e Sexualidade: Imaginação Museal na CasAmor de Aracaju/ SE” de Rafael dos Santos Machado e Neila Dourado Gonçalves Maciel; “Museologia da “fechação”: evento- território e memória entre os “viados de fanfarra” na Bahia” de Vinícius Santos da Silva; “A valorização da Festa das Filhas da Chiquita a partir do processo de musealização do Círio de Nazaré” de Melissa Walesk de Oliveira Dias Souza; “Do Feitiço Museológico ao Museu Queer” de Samarone S. Nunes; “Representação dos Corpos de Mulheres Negras Lésbicas nos Espaços de Memória” de Jamile Mendes Cazumbá.

⁵⁹ “Observatório do Patrimônio Cultural LGBT” de Jezulino Lúcio Mendes Braga; “Processos Educativos no Combate a Homolebobitranfobia nos Museus” de Jezulino Lúcio Mendes Braga; “O que há no âmago da

(Souza, 2022; Boita, 2022), sobre práticas expográficas (Assumpção; Possami, 2022; Faria; Giovanaz, 2022; Abreu, 2022), educativas (Braga, 2022;), patrimoniais (Braga, 2022; Zacarias, 2022;) e de interseccionalidade (Costa; Gomes, 2022). Sem a disponibilidade dos anais do evento não foi possível construir uma comparação das autorias empregadas.

Na sexta edição do SEBRAMUS, que ocorreu na Universidade Federal do Piauí (UFPI), em Teresina, entre os dias 24 e 28 de março de 2025, com o tema “Museus, Museologias e Inserção Social”. Por conta de os anais do evento ainda não terem sido publicados, pontuo em seguida a presença dos trabalhos LGBTQIA+ a partir dos dados da programação oficial do evento. Do total de 257 trabalhos enviados, divididos em 18 GTs, 12 tinham como tema alguma questão relativa à comunidade LGBTQIA+, um no GT 16 Documentação Museológica como Ferramenta para a Transformação Sociocultural, intitulado “Os primeiros passos pelo acervo do Nuances – reflexões sobre a potencialidade documental de acervos LGBTQ+ “de Marlize Giovanaz, Ana Celina Figueira da Silva e Ana Carolina Gelmine de Faria.

O GT 5 Museus, Memória e Museologia LGBTQIA+, coordenado por Tony Boita e Jezulino Lúcio Mendes Braga cuja ementa é:

Este Grupo de Trabalho visa reunir pesquisas que tratem de museus, memória e Museologia, com foco nas produções da comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais), grupo historicamente excluído dos museus brasileiros. O principal objetivo é problematizar e analisar estratégias museológicas voltadas para a superação da LGBTQfobia, conceito amparado pelas políticas públicas brasileiras, dentro do que se denomina Museologia LGBTQIA+. A proposta explora novas abordagens teóricas, contemplando políticas públicas, direitos humanos, estudos queer e interseccionalidade, além de promover práticas inovadoras, como a criação de museus e iniciativas comunitárias em memória e museologia social de tipologia própria voltados à comunidade LGBTQIA+. Além disso, pretende-se debater o fato museal e a cadeia operatória museológica, abordando a musealização de coleções representativas dessa comunidade e questões relacionadas à história dos museus, monumentos, patrimônios e arquivos. A ressignificação de exposições e acervos já existentes, as estratégias de formação de coleções, musealização de memórias orais, atualização das missões, visões, políticas e procedimentos técnicos e a invisibilização das

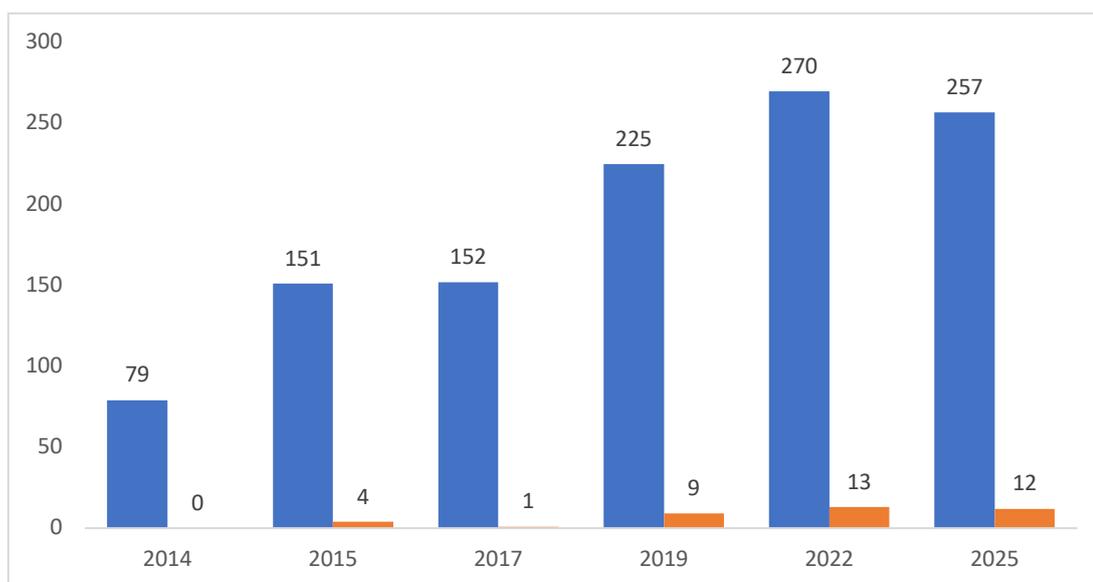
transgressão? História Trans no MARS” de Caio de Souza Tedesco; “nuances do arco-íris: práticas de Museologia LGBT na UFRGS” de Elisângela Silveira de Assumpção e Zita Rosane Possamai; “Hilda Furacão como patrimônio do Pelourinho: “musealização da pessoa” e a metonímia do patrimônio no desigual Centro Histórico de Salvador” de Vinícius Santos da Silva Zacarias; “Memórias LGBTQ+ Goiás” de Tony William Boita; “História pública e cultura transnacional da memória LGBTQIA+ da década de 1980 à atualidade” de Benito Bisso Schmidt; “Sempre Afrontosa: salvaguarda e difusão da coleção documental Parada Livre: nuances/RS” de Ana Carolina Gelmini de Faria e Marlise M. Giovanaz; “Museologia LGBT e seus entraves” de Alex Godoy Padilha de Souza; “Nega Lú: um frenesi na maldita Porto Alegre Vestígios de um processo criativo” de Vitória Werlang e Marlise M. Giovanaz; “Blog Museu Drag” de Joglesson Costa; “Imagens Dissidentes - Poéticas Visuais de Artistas com Deficiências LGBTQIAPN+” de Robson Xavier da Costa e Ana Gabriela do Vale Gomes; “Ampliando a Representatividade LGBTQIA+: dos Quadrinhos à Exposição de uma REALIDADE!” de Jaqueline Abreu.

sexualidades dissidentes em exposições de curta e longa duração são temáticas centrais que demonstram a diversidade de atuação e o potencial desta proposta. O Grupo de Trabalho, portanto, busca aprofundar essas discussões e ampliar o campo da Museologia LGBTQIA+ com novas abordagens. Paralelamente, propõe-se refletir sobre a incorporação desses temas no ensino de Museologia, tanto na graduação quanto na pós-graduação, fomentando o debate sobre o ensino, pesquisa e extensão das questões LGBTQIA+ no âmbito acadêmico e nas práticas museológicas.

Estavam previsto para apresentação nesse GT, segundo dados da programação, 11 trabalhos distintos⁶⁰. Como os anais do evento ainda não foram publicados no momento da escrita desta dissertação não tem como montar um panorama fiel dos temas e autorias trabalhadas nessa edição do Seminário.

O gráfico abaixo apresenta esses dados fazendo uma comparação entre os trabalhos totais apresentados com os de temática LGBTQIA+.

Gráfico 3: Presença LGBTQIA+ no SEBRAMUS



Fonte: produzido pelo autor (2025)

⁶⁰ “Imprensa LGBTQIA+ no final do século XX “de Jezulino Lúcio Mendes Braga; “Apagamento repressivo e prescritivo: A Memória Queer na Alemanha entre 1933 e 1980” de Rogério Neves; “Teoria e Metodologia em Museologia LGBTQIA+ interseccional: aspectos epistemológicos” de Jean Baptista; “O fechamento do Atari Club - Notas sobre memória a partir de um episódio de homofobia” de Vinicius Magnun Santos Rocha; “Presença LGBTQIA+ no Seminário Brasileiro de Museologia” de Gabriel Andrade de Freitas; “Revisitando às memórias da Rede LGBTQIA+ De Memória e Museologia Social” e “Museu da Diversidade Sexual: Trajetória, Conquistas e Desafios na Preservação das Memórias LGBTQIA+ brasileiras” ambos de Tony Willian Boita; “Tra(ns)vevias pedagógicas no projeto arte nas estações” de Janaina Melo e Marcus Vinicius Sudario Perez; “Sociomuseologia-Zami: em busca de táticas contracoloniais na museologia” de Geanine Escobar, Tony Willian Boita e Jean Baptista; “Como Transicionar Um Museu? Traindo o Cistema, Práticas e iniciativas Transcentradas no Museu da Imagem e do Som do Ceará” de Sophia Chagas Aires; “Rede TRANSMUSE: Explorando a Conexão da Diversidade, por uma Museologia Transcricional” de Luan Apollo Ribeiro Santos Messias, Brune Ribeiro da Silva e Sophia Chagas Aires.

No que se refere a grupos de pesquisa, a partir de buscas no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, que é o “inventário dos grupos de pesquisa científica, tecnológica e inovadora em atividade no País”⁶¹, por palavras-chave relacionadas a temática: LGBTQIA+; LGBT; gay; lésbica; bissexual; transexual; transgênero; travesti; queer; intersexual; e assexual, foi localizado em Museologia os grupos de pesquisa pontuados abaixo.

Museologia e Sexualidade (MusaSex), formado em 2021, liderado pelo professor Jean Tiago Baptista, cuja repercussões dos trabalhos do grupo são:

Este GP reúne e promove estudos e ações que discutem relações entre Museologia e sexualidade. A partir disso, promove eventos, encontros, reuniões, dossiês temáticos em revistas especializadas, monografias, dissertações e teses, entre outras práticas próprias das atividades acadêmicas. Para tal, se organiza a partir dos eixos temáticos da produção acadêmica, bem como em interfaces próprias da Museologia, nas seguintes linhas: 1) ensino; 2) pesquisa; 3) extensão; 4) Gestão, salvaguarda e comunicação museológica; 5) Museologia e intersecções. Para compor suas linhas, o GP conta com a participação de profissionais de museus, programas de pós-Graduação em Antropologia e História da UFG e cursos de Museologia da Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande (UFRG), Universidade de Brasília (UNB) e Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT).⁶²

Este grupo de pesquisa conta atualmente com um total de 16 participantes, sendo estes classificados por nível de ensino: 8 pesquisadoras/es com doutorado e 1 estudante; 1 pessoa pesquisadora e estudante com mestrado; 1 técnica/o com especialização; 3 estudantes com graduação; e dois estudantes sem formação em andamento.

O grupo opera a partir de três linhas de pesquisa, em primeiro o Ensino em Museologia LGBT+, com 7 pesquisadoras/es atuantes, e o seguinte objetivo pontuado: interessada em concentrar ações e produções onde sejam discutidas as relações entre Museologia, sexualidade e formação museológica, a linha se dedica a pensar estratégias de ensino nos cursos de Museologia do país.⁶³

Em segundo a Pesquisa em Museologia LGBT+, com atuação de 5 estudantes e 5 pesquisadoras/es, cujo objetivo é: “promover a pesquisa por meio da oferta de uma série de atividades acadêmicas, esta linha também mapeia a produção de monografias, teses,

⁶¹ Disponível em: < <https://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/>>. Acesso em: 14 de out de 2024.

⁶² Disponível em: < dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2710892045395128>. Acesso em: 14 de out. de 2024.

⁶³ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/27108920453951281316055>>. Acesso em 14 de out. de 2024.

dissertações, dossiês e outras atividades de pesquisa realizadas no Brasil e fora dele”.⁶⁴ E em terceiro como linha de pesquisa, a Extensão em Museologia LGBTQ+, contando com 2 estudantes e 4 pessoas pesquisadoras e objetivando “promover a extensão em Museologia, esta linha reúne extensionistas do campo interessadas na formação museológica, pesquisa e conexão com movimentos sociais, comunidades locais e acolhimento estudantil de população LGBT nos cursos de Museologia.”⁶⁵

Os dados aqui expostos sobre a produção acadêmica nos campos que compõem a Área de Avaliação Comunicação, Informação e Museologia demonstram resultados similares em relação ao contínuo crescimento atual pelos temas relativos à comunidade LGBTQIA+.

A seguir, no próximo capítulo é efetuado um panorama histórico sobre o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil de uma forma geral e dos órgãos de fomento e avaliação, bem como é apresentada uma contextualização da criação dos programas de pós-graduação em Comunicação, Ciência da Informação e Museologia no país, por fim é exposto um retrato atualizado da área de Avaliação Comunicação, Informação e Museologia, com dados obtidos Plataforma Sucupira.

⁶⁴ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/27108920453951281316032>>. Acesso em 14 de out. de 2024.

⁶⁵ Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/27108920453951281316056>>. Acesso em 14 de out. de 2024.

2 - ENTRE A AUTONOMIZAÇÃO E A AVALIAÇÃO: A ÁREA COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E MUSEOLOGIA

A Área de Avaliação Comunicação, Informação e Museologia se constitui e se desenvolve ao longo de meados do século XX até os dias atuais, apresentado inclinação ao crescimento, tendo em vista seu reflexo e importância tangencial em todas as outras áreas do conhecimento humano.

Partindo da ideia de campo científico, definido por Bourdieu (2004) como o “universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a [...] ciência.” (p. 20) e da diferenciação de cada disciplina do mesmo a partir da quantificação de seu grau de autonomia em comparação as outras, depreende-se que analisar os órgãos responsáveis pela avaliação da pós-graduação a partir de sua trajetória ao longo da história no país, permite melhor entendimento de como uma área específica desse meio, a Comunicação, Informação e Museologia se potencializou.

Pretendo entender a capacidade de refratar (Bourdieu, 2004), ou seja, de como cada campo individual inserido na Área de Avaliação retraduz as demandas externas ligadas as problemáticas relativas as identidades de gênero e orientações sexuais que divergem da heterocisnormatividade.

A estruturação da pós-graduação no país ocorre na década de 1930 com o Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931, intitulado Estatuto das Universidades Brasileiras. Essa legislação, instituída pelo governo provisório de Getúlio Vargas prevê a universidade “como referência para a expansão do sistema, enfatizando a figura do professor catedrático” (Nobre; Freitas, 2017, p. 19). Além de outras particularidades, em seu artigo terceiro, considerava as realidades regionais diversas na estruturação de uma regulamentação, tendo em vista a natureza continental do país⁶⁶: “Art. 3º O regimen universitario no Brasil obedecerá aos preceitos geraes instituidos no presente decreto, podendo, entretanto, admittir variantes regionaes no que respeita á administração e aos modelos didacticos.” (Brasil, 1931). Essas variantes regionais que um sistema unificador nacional proporciona é uma das características fundamentais e uma das problemáticas que ainda se fazem presente na pós-graduação e seu sistema de avaliação.

Em comparação ao restante da América Latina, essa estruturação ocorre de forma tardia (Martins, 2018). Por razão do decreto e da pressão de diferentes camadas da sociedade científica

⁶⁶ De acordo com dados do Censo 2022, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a área total do território brasileiro é de 8510417.77 km², o que o coloca como na lista dos dez maiores países do mundo em extensão territorial total. Disponível em: < <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> >

da época, tendo como expressão maior a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, são criadas as primeiras universidades institucionalizadas do país.

[...] em 1934, ocorreu a criação da Universidade de São Paulo e, em 1935, a Universidade do Distrito Federal, esta última de curta vida. Embora estas tentativas tenham tido sucesso parcial, naquele momento, representaram referências fundamentais para experiências posteriores, visando o processo de renovação do ensino superior e, particularmente, para a integração das atividades de ensino e pesquisa. (Martins, 2018, p. 11)

As associações científicas do início do século XX como a Academia Brasileira de Ciência (ABC), fundada em 1916, e Associação Brasileira de Educação, de 1924 (Martins, 2018; Brasil, 2024), se articularam em movimentos responsáveis por institucionalizar seus ideais, refletindo-se assim na fundação posterior de políticas públicas com a competência maior em organizar a pós-graduação no Brasil.

Ocorre em 1951 a criação de dois órgãos essenciais para a organização da pesquisa no país até a atualidade: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O nascimento do Conselho Nacional de Pesquisas (atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) se deu nos últimos dias do mandato presidencial de Eurico Gaspar Dutra, com a sanção da lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951. Esta é uma das principais figuras responsáveis pela defesa, no pós Segunda-Guerra, do fomento a pesquisa voltada para proteção da soberania nacional, pautando-se no viés do militarismo, uma vez que era almirante e representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança.

A lei de criação do Conselho estabelecia como suas finalidades promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, mediante a concessão de recursos para pesquisa, formação de pesquisadores e técnicos, cooperação com as universidades brasileiras e intercâmbio com instituições estrangeiras. A missão do CNPq era ampla, uma espécie de "estado-maior da ciência, da técnica e da indústria, capaz de traçar rumos seguros aos trabalhos de pesquisas" científicas e tecnológicas do país, desenvolvendo-os e coordenando-os de modo sistemático. (Brasil, 2020, sem página)

Em virtude desse contexto, com início das tensões entre União Soviética e os Estados Unidos⁶⁷, bem como da necessidade do desenvolvimento científico voltado para questões das

⁶⁷ Período pós-Segunda Guerra Mundial conhecido como Guerra Fria, caracterizado pelo conflito constante e indireto entre as duas maiores potências mundiais do período, União Soviética e Estados Unidos, e a expansão da energia nuclear global com intuito de defesa da soberania nacional (Hobsbawm, 1994)

ciências nucleares, o CNPq nasceu subordinado diretamente a Presidência da República. A partir de 1956, após a implantação da Comissão Nacional de Energia Nuclear e com a saída de Álvaro Alberto do Conselho, essa associação com a questão nuclear é deixada de lado dentro do órgão. (Brasil, 2020)

A pós-graduação no país se estrutura também a partir de diferentes movimentos de intercâmbio educacional, com a ida de estudantes principalmente para Europa e Estados Unidos e com a vinda de acadêmicos desse continente e país para ministrarem cursos no Brasil (Nobre; Freitas, 2017; Martins, 2018). Com o Sistema Nacional de Pós-Graduação de 1950, e suas duas principais carências: a falta de pessoal qualificado para o mercado e a falta de qualificação do corpo docente nacional (Patrus; Shigaki; Dantas, 2018), vê-se a necessidade dessas trocas de pessoal internacionais.

Segundo levantamentos realizados, ocorreu nessa época uma grande movimentação de envio de estudantes brasileiros para o exterior. Entre 1953 a 1959, o fluxo médio anual de estudantes que se deslocaram para o exterior girava em torno de 1.200 pessoas, cifra essa que deve ser vista com cautela, uma vez que os dados estatísticos para o período não são fidedignos e provavelmente tal número abrangia uma grande variedade de tipos de formação, compreendendo desde estágios profissionais, participação em cursos de especialização e/ou aperfeiçoamento, realização de mestrado ou doutorado. A CAPES, o CNPq bem como determinadas agências internacionais estiveram na condução desse processo intensivo de capacitação docente. No final dos anos 1950, muitos desses estudantes e docentes estavam de volta ao país e nos anos subsequentes passariam a assumir uma liderança intelectual e científica nas universidades, atuando ativamente na implantação dos primeiros cursos de mestrado e de doutorado no país. (Martins, 2018, p. 12-13)

Visando aumentar sua área de influência nas mais diversas camadas da formação cultural e educacional brasileira, o governo dos Estados Unidos na época, encabeçado pelo presidente Truman, desenvolveu um programa de parceria técnica com a América Latina (Martins, 2018) estabelecendo convênio com universidades locais e escolas técnicas, algo que proporcionou a vinda de professoras e professores além de servir como inspiração posterior, como será desenvolvido a seguir, para a institucionalização da pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

A atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criada a partir da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951, tinha à época como principais objetivos:

- a) assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país.
- b) oferecer os indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamentos. (Brasil, 1951)

Dentre as várias atribuições da Campanha “promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamentos e estudos post-graduados.” (Brasil, 1951) é uma das mais notáveis e reflete-se nos anos seguintes à formação dela no aumento gradativo da concessão de bolsas “em 1952, a CAPES iniciou oficialmente seus trabalhos, avaliando pedidos de auxílios e bolsas. Em 1953 foram concedidas 54 bolsas e em 1954, 194.” (Brasil, 2024). O CNPq também possuiu como foco primário as ações de fomento à pesquisa:

A estratégia inicial de ação do CNPq foi a formação de recursos humanos qualificados para pesquisa. Complementarmente, iniciou o fomento de projetos dos pesquisadores de reconhecida competência. Assim, surgiu a primeira grande linha de atuação funcional do Conselho: o fomento em C&T.; Em outras palavras, o fomento implica na ação ou efeito de promover o desenvolvimento científico e tecnológico. (CNPq, 2020, sem página)

Na década de 1960, a pós-graduação passa por um processo de regulamentação. Iniciado em 1961, com citação de forma genérica na letra “b” do artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ficando a cargo de cada instituição a sua organização.

Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação; b) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma; c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. (Brasil, 1961)

Com a mudança de regime a partir do golpe militar de 1964, houve necessidade do governo em desmobilizar os movimentos estudantis universitários e controlar a produção docente, delimitando como o foco central do conhecimento científico produzido nas universidades o desenvolvimento econômico do país (Martins, 2018).

Através da publicação do Parecer nº 977 de 3 de dezembro de 1965, do Conselho Nacional de Educação, o denominado Parecer Sucupira, nome dado em homenagem a seu relator e secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Newton Sucupira, ocorre a definição e regulamentação dos cursos de pós-graduação. O parecer distingue *sensu stricto* e

sensu lato, além de distinguir esse nível educacional posterior à graduação das especializações, aperfeiçoamentos e extensões.

Em resumo, a pós-graduação sensu stricto apresenta as seguintes características fundamentais: é de natureza acadêmica e de pesquisa e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização, via de regra, tem sentido eminentemente prático-profissional; confere grau acadêmico e a especialização concede certificado; finalmente a pós-graduação possui uma sistemática formando estrato essencial e superior na hierarquia dos cursos que constituem o complexo universitário. Isto nos permite apresentar o seguinte conceito de pós-graduação sensu stricto: o ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico. (Parecer Sucupira, 1965)

O sistema estabelecido com esse parecer, da divisão dos cursos de pós-graduação em dois níveis, o mestrado e o doutorado, tem por inspiração a organização estadunidense (Nobre; Freitas, 2017; Martins, 2018). O texto do Parecer Sucupira apresenta um breve histórico desses dois níveis bem como sua organização nas principais universidades norte-americanas. O mestrado e doutorado são definidos no documento a partir de algumas características fundamentais, evitando-se assim estabelecer uma rigidez de parâmetros, como a duração mínima de um ano para o mestrado e dois para o doutorado, além da autonomia de um em relação ao outro, não sendo necessário ter um mestrado para entrar num curso de doutoramento. (Parecer Sucupira, 1965). Ainda em 1965, com essa regulamentação o país contava com 27 cursos de mestrado e 11 de doutorado, totalizando 38 (Capes, 2024; CNPq, 2020).

Em 1966, o governo iniciou a elaboração planos de desenvolvimento, como o Programa Estratégico de Governo e o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento. Na Educação, ocorreram as reformas universitária e do ensino fundamental, além da consolidação do regulamento da pós-graduação (Parecer 977/65). Nesse processo de reformulação das políticas setoriais, com destaque para as de Ensino Superior e de Ciência e Tecnologia, a CAPES ganhou novas atribuições, além de um orçamento próprio. Com isso suas ações multiplicaram-se e a Instituição passou a trabalhar também com a qualificação dos professores das universidades brasileiras. (CAPES, 2024)

A seguir, apresento dados sobre a concepção dos primeiros cursos nos três diferentes campos que constituem a área de avaliação Comunicação, Informação e Museologia, além disso é apresentado um panorama atual da área segundo dados disponibilizados na Plataforma Sucupira.

2.1 Os primeiros cursos de pós-graduação em Comunicação, Ciência da Informação e Museologia no país

A área de Comunicação, Informação e Museologia, anteriormente denominada Ciências Sociais Aplicadas 1, está inserida na Grande Área “Ciências Sociais Aplicadas” e corresponde especificamente as áreas básicas: Museologia, Ciência da Informação e Comunicação, abrangendo programas de pós-graduação em Museologia, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação e Jornalismo.

Entender a formação dos cursos de pós-graduação dessas três áreas básicas, partindo do desenvolvimento da própria pós-graduação no país, conforme elaborado anteriormente, possibilita um entendimento mais aprofundado de como essa área de avaliação se compõe atualmente.

Com a regulamentação dos cursos de pós-graduação após aprovação do Parecer Sucupira, bem como com a expansão desse nível de ensino no Brasil, ocorreu o surgimento e a expansão das mais diferentes áreas e programas. Tanto a Comunicação quanto a Ciência da Informação desenvolveram programas de mestrado e doutorado na década de 1970. Para a Museologia esse desdobramento só ocorre no início dos anos 2000. Segue-se um breve panorama dos primeiros cursos de cada uma dessas áreas básicas que compõe a área de avaliação Comunicação, Informação e Museologia, bem como uma também breve exposição do estado de cada uma através de dados colhidos na Plataforma Sucupira⁶⁸

2.1.1 Comunicação

O interesse em pesquisa na área de Comunicação no país surge em meados do século XX, tendo o livro *Iniciação à filosofia do jornalismo*, de Luiz Beltrão (1960), como marco constituinte desse interesse, bem como a atuação do professor na Universidade Católica de Pernambuco e seu papel em estimular nos alunos a disposição em pesquisa nessa área (Farias; Possendoro, 2018). Na década de 1970 inicia-se um movimento de crescimento da demanda e da oferta de cursos de pós-graduação na área:

A pesquisa científica em Comunicação começou de forma mais sistematizada nos anos 1970, com os cursos de pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO- UFRJ), da Pontificia

⁶⁸ Disponível em: <<https://sucupira-v2.capes.gov.br/>>. Acesso em 16 de out. de 2024.

Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Esses cursos lideraram os estudos de pós-graduação em comunicação no Brasil até, praticamente, o início dos anos 1990, incluindo-se na década de 1980 o Programa de Multimeios, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e o de Comunicação e Cultura Contemporânea, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). (Kunsch, 2015, p. 113)

A Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) foi criada em 1966, com a nomenclatura inicial Escola de Comunicações Culturais (ECC), modificando para o nome atual em 1969, ao passar a oferecer formação universitária na área de Artes. O Mestrado em Ciências da Comunicação da ECA-USP - PPGCOM foi o primeiro de uma instituição pública na área de Comunicação do Brasil, criado em 8 de janeiro de 1972. O Programa de Doutorado em Ciências da Comunicação iniciou suas atividades em apenas em 1 de agosto de 1980. A sua importância no cenário nacional da pesquisa⁶⁹ proporcionou o reconhecimento da área de Comunicação com área de pesquisa autônoma, desassociando-a da Sociologia.

O Mestrado em Comunicação e Cultura da UFRJ foi criado em 1973, sendo o segundo programa mais antigo de pós-graduação da área de Comunicação no Brasil. Em 1983, dez anos depois, foi criado o Doutorado⁷⁰. Pelo seu caráter inovador na constituição, integrando de forma interdisciplinar diversas áreas como Filosofia, Psicanálise, Semiologia, Antropologia, História e Literatura, sua reverberação e importância na pesquisa em Comunicação no país conserva-se na atualidade, sendo o primeiro a receber nota 7 pela avaliação da CAPES.

Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP é o mais antigo na área de Comunicação no Brasil, em vigor desde 1970⁷¹. Em 1978, e integrou ao seu curriculum as Teorias Semióticas. O Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (PósCom) iniciou suas atividades em 1978, com a implantação do Mestrado e em 1995 passou a ofertar também o Doutorado.⁷²

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PPG/FAC/UnB), em atividade desde 1974 com a oferta do Mestrado

⁶⁹ De acordo com site do PPGCOM, no final da década de 1980 o curso de pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP era responsável por 48% da pesquisa acadêmica (mestrado e doutorado) de Comunicação do país. Disponível em: <<https://www.eca.usp.br/pos/ciencias-da-comunicacao/#sobre>>. Acesso em: 16 de out. de 2024.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.pos.eco.ufrj.br/site/curso_historico.php>. Acesso em: 16 de out. de 2024.

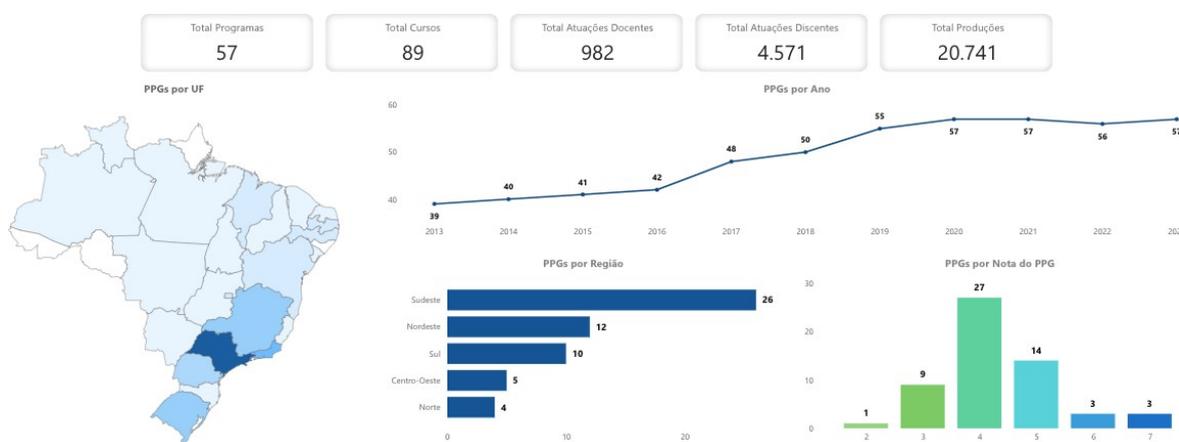
⁷¹ Disponível em: <<https://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/comunicacao-e-semiotica/#historia>>. Acesso em: 16 de out. de 2024.

⁷² Disponível em: <<https://metodista.br/stricto-sensu/comunicacao-social>>. Acesso em: 16 de out. de 2024

e Doutorado em 2003 é o único representante do Centro-Oeste na lista dos programas pioneiros da década de 1970.⁷³

Esse início institucionalizado com a maior concentração no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, com exceção da UnB, demonstra as dificuldades regionais e as disparidades históricas que regiões economicamente menos favorecidas enfrentam ao longo de sua história. A predominância do Sudeste (Farias; Possendoro, 2018) na oferta de cursos de pós-graduação em Comunicação está presente até a atualidade, conforme é demonstrado na figura abaixo (Figura 1), com dados de 2023 retirados da Plataforma Sucupira. São 26 PPGs no Sudeste, 12 no Nordeste, 10 no Sul, 5 no Centro-Oeste e 4 na região Norte.

Figura 1: Programas em Comunicação 2023



Fonte: Plataforma Sucupira⁷⁴

Os dados da Figura 1 demonstram também uma constante expansão de novos programas entre 2013 e 2020, onde passa de 39 PPGs para 57. Entre de 2020 e 2023 há uma estagnação, os números se mantêm estáveis em 57, havendo uma variação para 56 em 2022. Além disso, a maioria dos PPGs (27) possuem nota 4 na avaliação da CAPES, considerado bom rendimento dentro do sistema utilizado, em seguida a nota mais predominante e 5 (14 programas) considerada muito bom, 9 PPGs com nota 3 (mediano), 3 PPGs com notas 6 e 7 (padrão internacional) e um com nota 2, que significa descredenciamento do programa.

2.1.2 Ciência da Informação

⁷³ Disponível em: < <https://ppgcom.fac.unb.br/historia/> >. Acesso em: 16 de out. de 2024.

⁷⁴ Disponível em: < <https://sucupira-v2.capes.gov.br/sucupira4/painel> >. Acesso em: 09 de out. de 2024.

Assim como na Comunicação, o desenvolvimento dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação se inicia na década de 1970 no Brasil, apesar de haver movimentos anteriores, como a fundação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), em 1954, atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que auxiliou no amadurecimento da área.

O IBICT foi o laboratório para experiências pioneiras em informação científica e tecnológica - ICT e para formação de recursos humanos na nova área, com os cursos de especialização e de mestrado, bem como abriu a discussão nacional para questões de Ciência da Informação. Portanto, o IBICT assumiu o papel de criador e gestor de atividades pioneiras de ICT e de ações políticas e de coordenação, contribuindo para a implantação de outros órgãos e cursos no Brasil e mesmo na América Latina. (Pinheiro, 2007, p. 3)

O papel do IBICT na especialização profissional de bibliotecárias/os resultou na criação do curso de Pesquisas Bibliográficas em 1955, com mandato posterior, em 1964, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rodrigues; Oliveira; Juvêncio, 2022).

Esse curso serviu de inspiração e base para as disciplinas oferecidas pelos cursos de graduação em Biblioteconomia que, entre as décadas de 1950 e 1960, estavam em período de expansão pelo país. Nesse período outros acontecimentos importantes para a área, como a busca por reconhecimento da profissão como nível superior e o estabelecimento de um currículo mínimo para o curso, também foram apresentados. Ambos foram concretizados no ano de 1962, quando houve a regulamentação da profissão pela Lei 4.084/62 e a aprovação do primeiro currículo mínimo do curso de Biblioteconomia. (Rodrigues; Oliveira; Juvêncio, 2022, p. 413-414)

Em 1962 já havia a proposição da formação em Biblioteconomia ser dividida em três níveis, graduação, pós-graduação e doutorado (Mueller, 1985 apud Rodrigues; Oliveira; Juvêncio, 2022). Porém, apenas o de graduação é aprovado na época pelo Conselho Federal de Educação, uma vez que a regulamentação da pós-graduação no país estava pendente de ser posta em vigor. Houve tentativa por parte da UnB na formalização do primeiro curso de mestrado em Biblioteconomia, em 1965, sem sucesso (Tarapanoff; Alvares, 2019 apud Rodrigues; Oliveira; Juvêncio, 2022).

Em 1970 é criado o primeiro mestrado em Ciência da Informação pelo IBICT, que “funcionou por mandato acadêmico e posteriormente em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ” (Pinheiro, 2007, p. 4) até 2001. O doutorado entra em funcionamento apenas em 1994. Em 2003 é assinado convênio entre o Instituto e a Universidade Federal Fluminense, que vigora até a atualidade.

Em 1972 foi criado o curso de mestrado em Ciências da Informação na USP, “ofertado pelo departamento de Biblioteconomia e Documentação, na Escola de Comunicações e Artes (ECA)” (Rodrigues; Oliveira; Juvêncio, 2022, p.418).

O Curso pioneiro (IBICT-UFRJ), desde o seu início foi intitulado Ciência da Informação, enquanto a maioria dos demais Cursos e Programas modificaram a sua denominação, de Biblioteconomia e/ou Documentação para Ciência da Informação, na década de 90: em 1991, o da UFMG, da UnB e da USP; em 1995 o da PUCAMP, e em 1997, o da UFPB. (Pinheiro, 2007, p. 4-5)

Em 1976 cria-se na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) o curso de mestrado em Administração de Bibliotecas, implementado pela Escola de Biblioteconomia em 1975 (Rodrigues; Oliveira; Juvêncio, 2022). Em 1996, com a introdução do nível de doutorado, foi inaugurado o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.⁷⁵

O curso de mestrado em Metodologia do Ensino em Biblioteconomia, na PUC-Campinas, teve seu início em 1977. No ano seguinte, em 1978 são abertos na UnB e na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) os cursos de mestrado em Biblioteconomia e Documentação e o curso de mestrado em Sistemas de Bibliotecas Públicas, respectivamente.

Em 1978 o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGINF) na UnB estava vinculado ao então Departamento de Biblioteconomia, da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (FA) da UnB. Na década de 1990, o Departamento de Biblioteconomia passou por reestruturação acadêmica e criou o curso de graduação em Arquivologia. Com isso a unidade acadêmica passou a ser denominada Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID). Em 1992 foi criado o curso de Doutorado e neste ano, cursos de mestrado e doutorado passaram a integrar o atual PPGINF.⁷⁶

Na UFPB, o “mestrado em Biblioteconomia na área de concentração de Sistemas de Bibliotecas Públicas, foi criado pela Resolução no 203/7, em 1977, tendo início em 1978” (Rodrigues; Oliveira; Juvêncio, 2022, p. 419). Foi o primeiro do Nordeste, e intuía na época sanar a carência da região por profissionais especializados em biblioteconomia, tanto para as atividades de pesquisa quanto para a prática profissional em bibliotecas.

O movimento de expansão da pós-graduação com a implementação de cursos de mestrado na década de 1970 e de doutorado na década de 1990 é um fenômeno comum à Ciência da Informação e à Comunicação. É demonstrativo do aprofundamento das pessoas

⁷⁵ Disponível em: < <https://ppgci.eci.ufmg.br/historicocronologia/>> Acesso em: 10 de out. de 2024.

⁷⁶ Disponível em: < <http://ppgcinf.fci.unb.br/pt/programa/sobre>> Acesso em 10 de out. de 2024.

pesquisadoras e aumento consequente da demanda por níveis mais complexos de ensino. Outro aspecto comum a ambos é a ocorrência predominante de programas na região Sudeste:

A concentração no Sudeste pode ser explicada por ser a região do País mais desenvolvida econômica, industrial e socialmente, inclusive em Ciência e Tecnologia. Particularmente em relação à informação científica e tecnológica (ICT), Garcia (1980) identificou 82 “sistemas /serviços/ centros de informação/ documentação em diversos estágios de implementação, áreas/especialidades”. A maioria ficava localizada na região sudeste, principalmente no Rio de Janeiro e mais de 90% estavam vinculados à esfera governamental, sobretudo federal, o que significa praticamente a ausência da iniciativa privada no setor de ICT, até então. (Pinheiro, 2007, p. 4)

Os dados atualizados disponíveis na Plataforma Sucupira, presentes na Figura 2 demonstram como essa concentração ainda está presente no Sudeste, responsável por abrigar 12 do total de 26 Programas. Em seguida vem o Nordeste, com 8, a região Sul com 4 e por fim, Centro-Oeste e Norte, ambas com apenas 1 PPG. Essa incidência proporcional por regiões é similar a observada nos programas da Comunicação, conforme explorado anteriormente, mais uma similaridade entre as duas áreas.

Figura 2: Programas em Ciência da Informação 2023



Fonte: Plataforma Sucupira⁷⁷

Além do mais, percebe-se com a apreciação da tabela sobre o número de Programas de Pós-graduação em CI ao longo dos anos uma estagnação inicial entre 2013 e 2015, seguido de expansão entre 2016 e 2017, com outra estagnação em 2018, seguido de mais um crescimento em 2019, passando por mais um período de estagnação, com 24 PPGs entre 2019 e 2022, passado por fim a um leve crescimento, onde atualmente existem 26 programas no total.

⁷⁷ Disponível em: < <https://sucupira-v2.capes.gov.br/sucupira4/painel> >. Acesso em: 10 de out. de 2024

Em relação ao posicionamento dos programas por suas notas na avaliação da CAPES, a maior parte possui nota 4 (14 PPGs), seguido de 5 PPGs com nota 5 e com nota 3, e os de nota 6 e 7 são 1 PPG cada. Não aparece nenhum com nota 1 ou 2 em 2023, que os colocaria como insuficiente e impossibilitaria o funcionamento destes.

2.1.3 Museologia

Assim como exposto anteriormente na Comunicação e na Ciência da Informação, a pós-graduação em Museologia no Brasil começa seu desenvolvimento em meados da década de 1970, mais especificamente no ano de 1978 com a abertura de um curso de pós-graduação *lato sensu* pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp/SP) encabeçado pela professora Waldisa Russio. Funcionava com aulas no Museu de Arte de São Paulo (MASP) e tinha “como grade curricular três especializações *lato sensu* que, ao final, habilitavam o aluno à defesa de sua dissertação na Fesp/SP, rendendo um certificado de créditos de mestrado e, na defesa, o grau de mestre.” (Coutinho, 2018, p.13). O curso funcionou até 1996 e formou 142 alunos.

Em 2006 é aberto o Mestrado em Museologia e Patrimônio parceria entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Conforme relatado pela professora Teresa Scheiner (2018) em entrevista:

A trajetória de criação do PPG-PMUS foi um longo processo, que teve seu passo inicial numa primeira iniciativa ligada à pós-graduação em Museologia, desenvolvida na UNIRIO: o curso de pós-graduação *lato sensu* em Ação Educativa e Cultural de Museus, experiência pioneira na universidade, reconhecida pela CAPES e com validade nacional. O curso funcionou entre 1983 e 1988, tendo como clientela profissionais de museus e do campo da Educação, de diversos estados da União. Outras experiências se desenvolveram na Universidade entre 1988 e 1994, sempre com o objetivo de elevar os estudos de Museologia ao nível da pós-graduação *stricto sensu*. [...] Mas podemos considerar que o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio se originou em 1994, com a decisão do Colegiado da Escola de Museologia da UNIRIO de adotar uma estratégia de qualificação progressiva de seus professores para Mestrado e Doutorado, para atender às exigências docentes da pós-graduação. [...] Entre 1995 e 1996, a reformulação do desenho curricular do Curso de Graduação em Museologia incluiu a definição de linhas teóricas para a elaboração das monografias de Bacharelado (TCCs) e a adoção de um núcleo central de disciplinas específicas do campo da Museologia e do Patrimônio, em torno das quais se articulavam as disciplinas (obrigatórias, optativas e eletivas) das demais áreas. [...] Outra ocorrência importante foi a criação e implantação, em 2003, no âmbito da Escola de Museologia, do Curso de Graduação em Turismo com ênfase em Patrimônio, destinado a formar

profissionais qualificados para o turismo cultural e patrimonial. (Costa; Nunes; Scheiner, 2018, p. 78-79)

O relato da professora Scheiner (2018) é elucidativo no que diz respeito aos esforços coletivos na criação de um programa em uma área ainda pouco explorada nacionalmente, como era a Museologia no período. Além disso, apresenta a tentativa de ineditismo na concepção de uma pós-graduação em rede, mantendo relação com diversas outras instituições de ensino e memória, conforme destacado neste trecho de sua fala:

O grupo de estudos identificou e analisou o desenho curricular de todos os Programas então existentes com cursos de Mestrado e Doutorado em Museologia, Patrimônio e áreas afins; e também dos cursos de pós-graduação lato sensu em Museologia, existentes no Brasil e no Exterior, com o objetivo de verificar a viabilidade de futuro trabalho em rede. Esses dados e mais a análise de literatura sobre o tema deram subsídios ao desenho de uma Proposta de Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Museologia e Patrimônio – integrando os fundamentos teóricos do campo às perspectivas e necessidades do futuro Programa. Criou-se então um Grupo de Trabalho integrado por professores Doutores, Mestres e Especialistas – da Escola e convidados – com ampla experiência teórica e prática no ensino da Museologia e das questões patrimoniais. Entre 1999 e 2002, este GT analisou a proposta de Programa e estudou a viabilidade de interface com outros programas do gênero, no Brasil e no Exterior. O resultado foi o desenho do projeto do PPG-PMUS, em sua primeira versão. Em 2004, foi desenhada a versão definitiva do Projeto do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, submetida à CAPES entre agosto e setembro do mesmo ano. Cabe explicar que esta primeira versão considerou a criação de um Programa em Rede, formato inédito na CAPES. Uma consulta a profissionais e instituições representativos do campo, em âmbito nacional e internacional, sobre seu interesse em aderir à Rede PPG-PMUS em constituição, gerou 100% de respostas formais positivas. Entretanto, dado o ineditismo do formato, a proposta não foi aceita pela CAPES, tendo sido necessário reformular o desenho do Programa. (Costa; Nunes; Scheiner, 2018, p. 79-80)

Em 2011 é aberto também no Programa de Pós-graduação da UNIRIO e do MAST o Doutorado em Museologia e Patrimônio, sendo o primeiro e único em Museologia na América do Sul. Em 2012 a USP inaugura o seu Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, com atividades conjuntas do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), do Museu de Arte Contemporânea (MAC), do Museu Paulista (MP) e do Museu de Zoologia (MZ).⁷⁸

Na Universidade Federal da Bahia, o Programa de Pós-Graduação em Museologia foi criado no ano de 2013, com a primeira turma instalada em outubro do mesmo ano. É vinculado diretamente à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da universidade.⁷⁹ O Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, Mestrado Profissional da

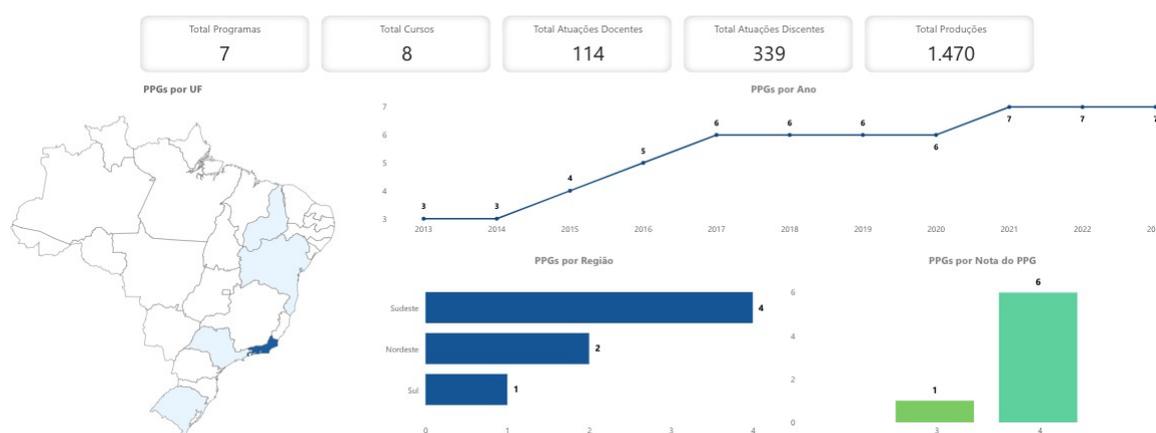
⁷⁸ Disponível em: <<https://sites.usp.br/ppgmus/programa-academico-ppgmus/>>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.ppgmuseu.ffch.ufba.br/pt-br/historico>>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

Universidade Federal do Piauí (UFPI) foi aprovado pela CAPES e teve início em 2015⁸⁰. O Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi credenciado em 2017.⁸¹ Em 2014 é homologada a Portaria 794 responsável por colocar em funcionamento o Programa de Pós-graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT/MAST)⁸².

Assim como desenvolvido anteriormente, a partir de dados atualizados da Plataforma Sucupira, é possível perceber o estado da pós-graduação em Museologia no país tendo em vista os números apresentados no sistema, reproduzidos abaixo na Figura 3. Há no Brasil um total de 7 Programas de Pós-graduação em Museologia, dividido por três das cinco regiões do país: 4 no Sudeste; 2 no Nordeste e 1 no Sul. Não há até o momento da escrita deste trabalho PPGs no Centro-Oeste e Norte.

Figura 3: Programas em Museologia 2023



Fonte: Plataforma Sucupira⁸³

Ademais, entre 2014 e 2017 há um movimento constante de criação de Programas, indo de 3 para 6, dobrando de número em três anos. Um novo aumento ocorre em 2021 e o número permanece estável em 7 até os últimos dados disponibilizados. Em relação a nota na avaliação da CAPES, seis programas são nota 4 e uma nota 3.

Percebe-se diversas semelhanças nas três áreas básicas que compõem a área de Avaliação Comunicação, Informação e Museologia. A recorrência maior de programas no Sudeste é um reflexo direto da própria pós-graduação no país, onde a incidência nessa região é

⁸⁰ Disponível em: <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&id=793>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

⁸¹ Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppgmuspa/institucional/historico-do-curso/>>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

⁸² Disponível em: <<http://site.mast.br/ppact/index.html>>. Acesso em: 23 de mai. De 2025

⁸³ Disponível em: <<https://sucupira-v2.capes.gov.br/sucupira4/painel>>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

um pouco mais do que o dobro no Sul, segunda região de maior incidência de PPGs. Além disso, tanto a Comunicação quanto a Ciência da Informação formalizaram seus primeiros programas de Mestrado na década de 1970 e doutorado na década de 1990, conforme já pontuado anteriormente.

Em seguida, expõe-se brevemente a criação da área com base nos documentos disponibilizados publicamente e são analisados dados atualizados da Plataforma Sucupira com intuito de apresentar um panorama dessa área de avaliação na pós-graduação brasileira.

2.2 A área de Comunicação, Informação e Museologia: da criação ao estágio atual

A coordenação atual (2024) da área de Comunicação, Informação e Museologia é composta pelo Coordenador Paulo Roberto Gibaldi Vaz, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pela Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos Mariângela Spotti Lopes Fujita, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), e pelo Coordenador Adjunto de Programas Profissionais Eliezer Pires da Silva Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Abaixo está reproduzida a definição da área segundo seu Documento de Área de 2019, o mais atual disponibilizado na página da área pela CAPES. Com isso ainda é utilizado o antigo nome, uma vez que a inclusão da Museologia na nomenclatura ocorre a partir da Portaria CAPES nº119 de 26 de abril de 2024.

Esta área diz respeito a fenômenos centrais da sociedade contemporânea e tem um importante papel junto à sociedade brasileira na produção de conhecimentos e na formação acadêmica de profissionais e pesquisadores, no sentido de propiciar uma percepção mais ampla da realidade e mobilizar práticas criativas e inovadoras. O volume de dados, informações e conhecimentos produzidos em distintos ambientes, com diferentes finalidades e usos, influem nos processos de investigação e evidenciam a importância do humano nesse contexto. A rede, as mídias, os fluxos e os processos informacionais edificam uma nova sociedade e constituem problemáticas e objetos de estudo instigantes e inovadores. A Era Digital e as transformações tecnológicas vivenciadas induzem novos campos do saber e impõem novos temas aos pesquisadores da área, abrangendo desde as notícias falsas (fake news) até a Ciência aberta. Os novos padrões interativos, o acesso à informação, o direito ao sigilo da informação pessoal, a desinformação, a contrainformação, dentre outros aspectos que fazem parte do cotidiano da sociedade, constituem alguns dos múltiplos desafios a serem respondidos. **Considera-se que a comunicação e a informação são elementos de empoderamento do indivíduo e se abrem para as possibilidades de emancipação social. Entretanto, estes elementos, em geral, não estão acessíveis a determinadas camadas sociais, dificultando a reflexão e a**

crítica sobre fatos e situações vivenciadas na realidade. A inclusão digital torna-se necessária e não prescinde da competência em informação, sem a qual o cidadão comum resulta fragilizado e excluído de oportunidades, agravando a desigualdade social. Nessa perspectiva, as apreciações sobre a área evidenciam a responsabilidade acadêmica científica de seu corpo de pesquisadores e pesquisadoras no sentido de responder às novas problemáticas sociais, envolvendo de modo multi/pluri, inter e/ou transdisciplinar, áreas correlatas que contribuam para a compreensão de fenômenos sociais contemporâneos. A área de Comunicação e Informação está imbricada ao conjunto das dinâmicas da vida contemporânea em seus aspectos políticos, econômicos, culturais e de sobrevivência física, configurando-se em um desafio real para a formação de novos pesquisadores nesses campos do conhecimento. (CAPES, 2019, p. 3, grifo meu)

O trecho grifado é representativo ao levar-se em consideração a temática desta dissertação, onde se efetiva o levantamento de trabalhos sobre a questão LGBTQI+ através da revisão integrativa do banco de dados de teses e dissertações na área de Comunicação, Informação e Museologia, com intuito de analisar como essa questão tem sido trabalhada na Academia. Emancipação e empoderamento são duas características presentes nestes trabalhos, uma vez que tentam ilustrar apagamentos e contribuir para a amplitude das vozes historicamente silenciadas.

A Plataforma Sucupira, cujo nome é uma homenagem a Newton Sucupira, autor do autor do Parecer nº 977/1965 que regulamentou a pós-graduação no Brasil, é a maior plataforma de dados conectados da pós-graduação brasileira. “É um ambiente online que conecta usuários com aplicativos e conteúdos relacionados às avaliações do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).”⁸⁴ Sua importância está na ilustração dos dados coletados sobre o funcionamento e a produção científica no mestrado e doutorado do Brasil, responsável por “disseminar informações estatísticas, análises e resultados das avaliações dos programas de pós-graduação (PPGs)”⁸⁵. Também é possível através da Sucupira “localizar pesquisadores e instituições por tema de estudo, além de informar sobre o processo legal de reconhecimento de programas e recomendação de cursos”⁸⁶.

A partir de dados da Plataforma Sucupira, com dados de 2013 a 2023, e do Documento de Área (2019) é possível inferir que Comunicação, Informação e Museologia teve uma expansão acelerada no começo do século XXI e continua com uma tendência de crescimento nos últimos anos.

⁸⁴ Disponível em: <<https://sucupira-v2.capes.gov.br/sobre-a-sucupira>>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

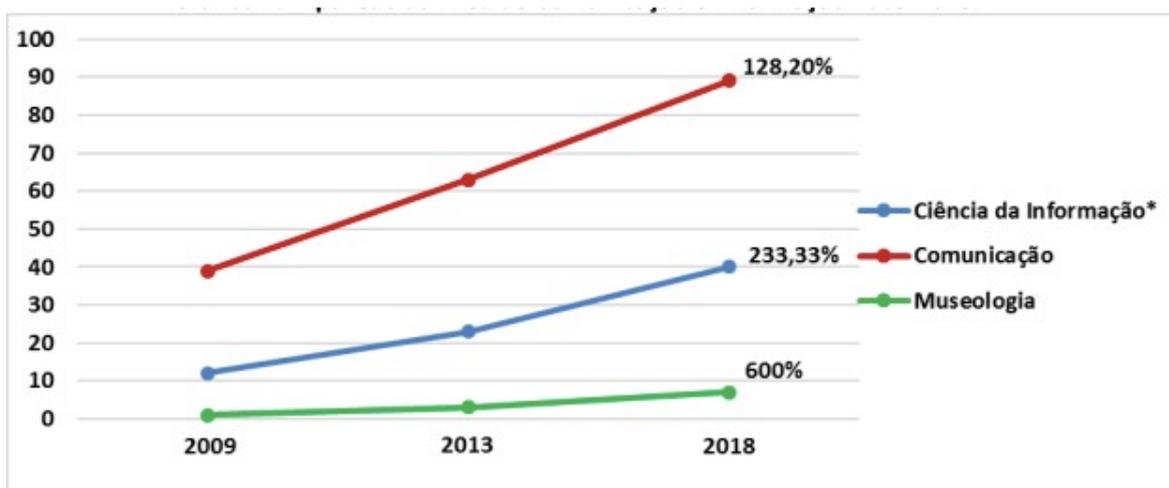
⁸⁵ IDEM

⁸⁶ IDEM

As transformações e a onipresença dos fenômenos midiáticos, bem como a dinâmica de informações e imagens que lhe correspondem, exigem um movimento de entendimento e de capacitação permanente por parte de pesquisadores e profissionais da Área. Esse movimento vem provocando uma correspondente expansão dos cursos de graduação na área, particularmente no que diz respeito à Comunicação e suas habilitações, assim como o amadurecimento e multiplicação dos grupos de pesquisa em Comunicação e Informação. (CAPES, 2019, p. 4)

A análise dos dados de documentos de área passados bem como dos dados da Plataforma Sucupira demonstram uma tendência de crescimento em todas as áreas básicas da Comunicação, Informação e Museologia desde 2009, conforme a figura abaixo, uma representação de gráfico presente no Documento da Área de 2019. Ao dividir a área de avaliação nas três áreas básicas percebe-se como a Museologia em números proporcionais tem um aumento significativo (600%), seguido da CI (233,33%) e da Comunicação (128,20%).

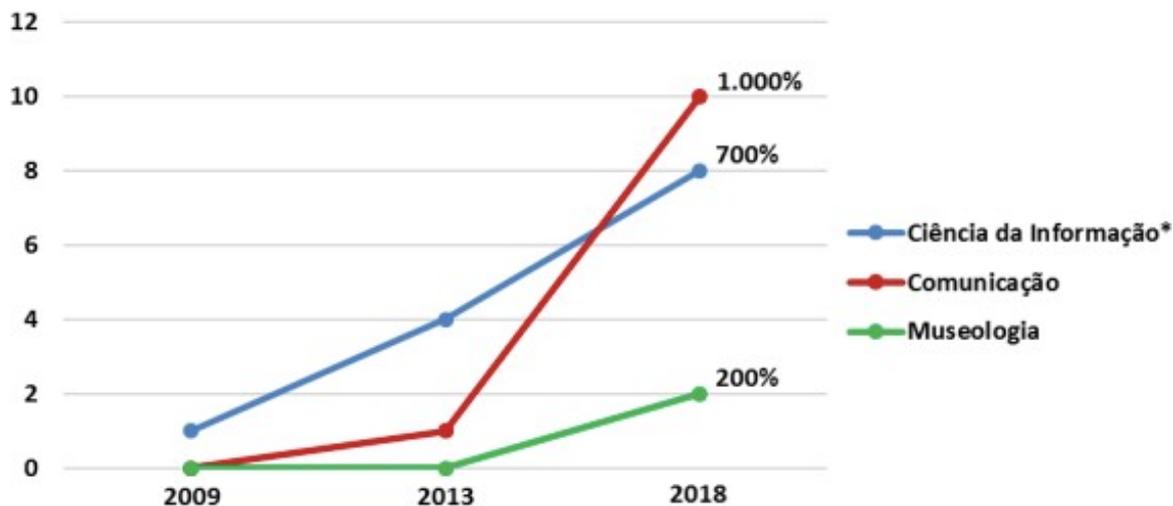
Figura 4: Expansão da Área de Comunicação e Informação 2009-2018



Fonte: Documento de Área, 2019.

Parte desse impulsionamento se dá pela criação de mestrados profissionais que em 2018 chegou a representar 14,7% do total de cursos na Comunicação, Informação e Museologia, conforme gráfico abaixo (Figura 5).

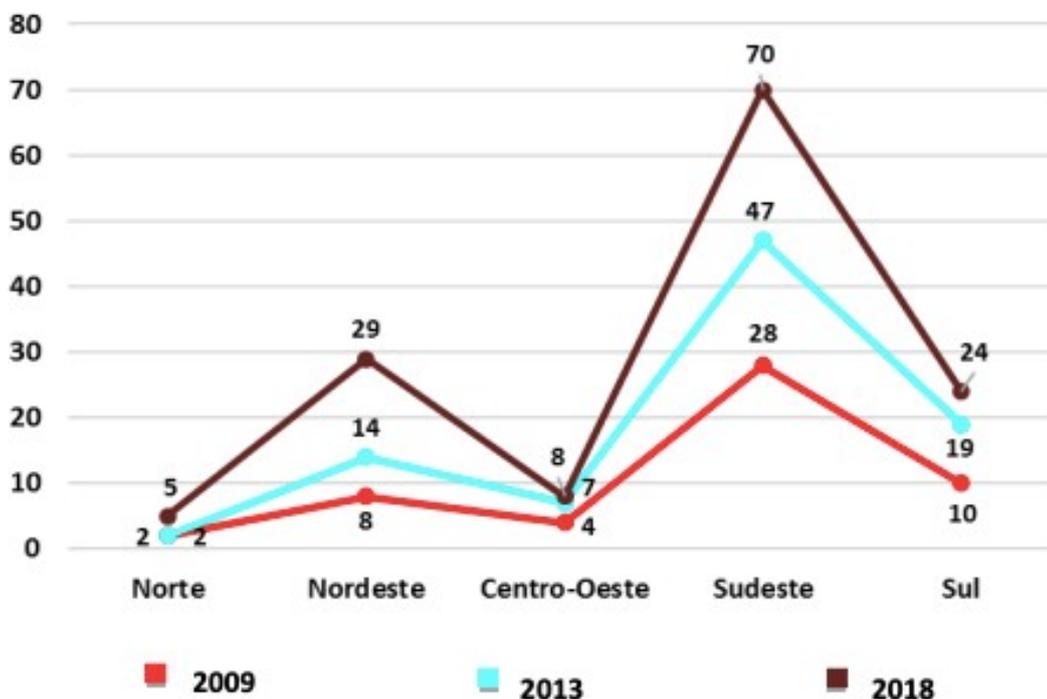
Figura 5: Expansão de Cursos Profissionais (MP) da Área de Comunicação e Informação –2009/2018.



Fonte: Documento de Área, 2019.

Conforme já demonstrado anteriormente, na região Sudeste há maior incidência de cursos de pós-graduação e por consequência esses números são refletidos nessa área de avaliação. O gráfico demonstra a tendência de aumento em três diferentes períodos referentes aos dados coletados nas avaliações quadrienais.

Figura 6: Expansão de Cursos da Área de Comunicação e Informação por Região do País –2009/2018.

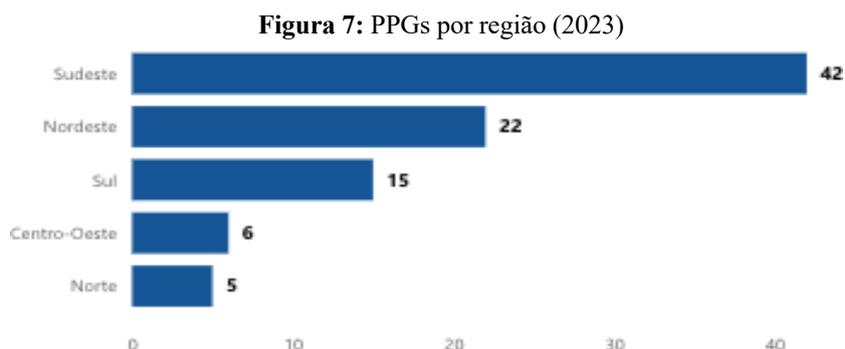


Fonte: Documento de Área, 2019.

Em relação ao tipo de instituição é possível perceber com os resultados da Avaliação Quadrienal de 2017 publicados no Documento de Área da Comunicação, Informação e Museologia de 2019 a maior parte da oferta é feita por instituições públicas federais (62%), seguido das instituições privadas (20%), estaduais (17%) e municipais (1%) em última posição.

Segundo a Plataforma Sucupira, em 2023, há um total de 90 programas, com 136 cursos ativos, com 1.639 docentes atuando, 7.103 discentes matriculados e uma produção total de 28.044. Tanto os programas como os cursos se expandem numericamente entre 2013 e 2019, entrando a partir de 2020 em uma trajetória de estagnação até a atualidade.

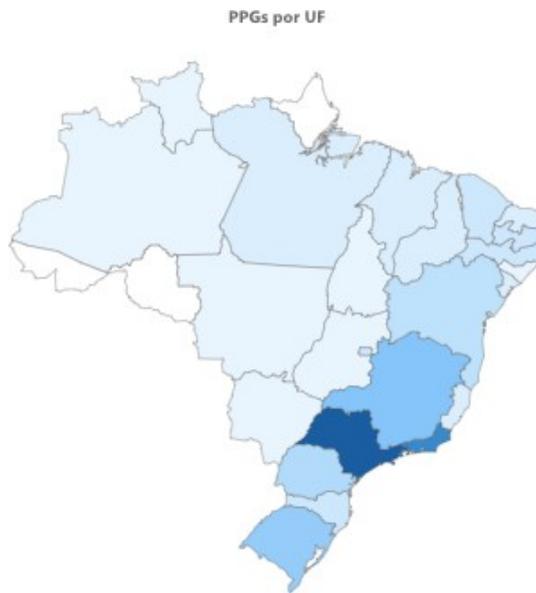
O número total dos PPGs em 2023 divididos por região indica maior incidência na região Sudeste, com 42, em seguida o Nordeste com 22, depois o Sul com 15, o Centro-Oeste com 6 e por fim o Norte com 5.



Fonte: Plataforma Sucupira.

Por Unidade da Federação (Figura 8) é possível observar a grande incidência em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além da ausência em três estados distintos do Norte, Acre, Amapá e Rondônia.

Figura 8: PPGs por Unidades da Federação



Fonte: Plataforma Sucupira

Em relação as notas de cada PPG, em 2023, apenas um ficou com nota 2 insuficiente para sua continuidade conforme as normas de avaliação da CAPES, 15 com nota 3, 47 com nota 4, 19 com nota 5, sendo essa a maior para cursos com conceito nacional, 4 respectivamente com notas 6 e 7, sendo estas conceituações que demonstram excelência internacional deles.

O total de programas por grau acadêmico, em 2023 é de 46 para aqueles com ambos os níveis Mestrado/Doutorado, 26 para os com Mestrado apenas e 18 para os PPGs com Mestrado Profissional, que representa 20% em oposição aos 80% de modalidade acadêmica.

Figura 9: Total de Programas por grau e modalidade do PPG



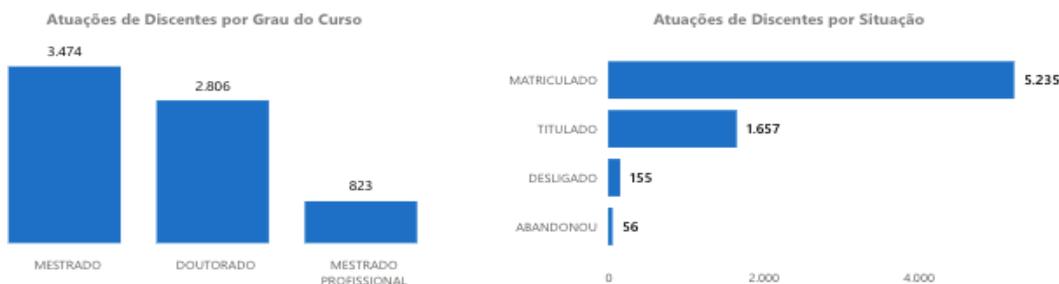
Fonte: Plataforma Sucupira.

No que se refere a atuação discente, com ano base 2023, 7.103 no total com 1.682 no total de ingresso. O gráfico a seguir demonstra essa atuação ao longo dos anos de 2013 a 2023,

com a mesma tendência de crescimento, a exceção de 2020 por conta da pandemia de COVID-19. Após esse ano e até a atualidade há uma tendência de estagnação.

Os números disponíveis na plataforma demonstram que dos discentes atuantes 3.474 são do mestrado acadêmico, 2.806 do doutorado e 823 do mestrado profissional. Deste total, 5.235 estão matriculados, 1.657 titulados, 155 desligados e 56 abandonaram.

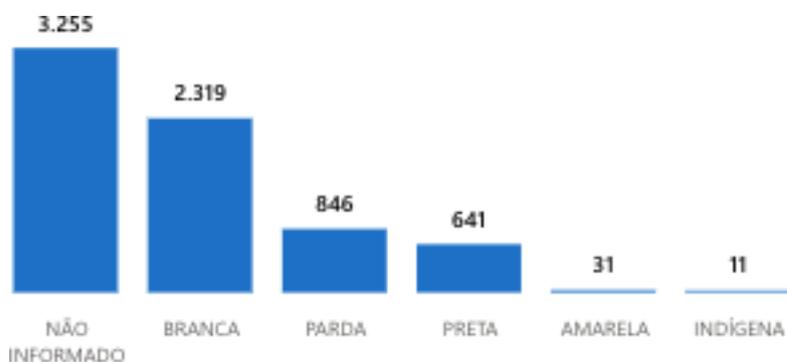
Figura 10: Atuações discente por grau e por situação



Fonte: Plataforma Sucupira.

Em relação a raça/cor, retirando a grande parcela não informada (3.255), 2.319 das atuações são por pessoas brancas, 846 pardos, 641 pretos, 31 amarelos e 11 indígenas.

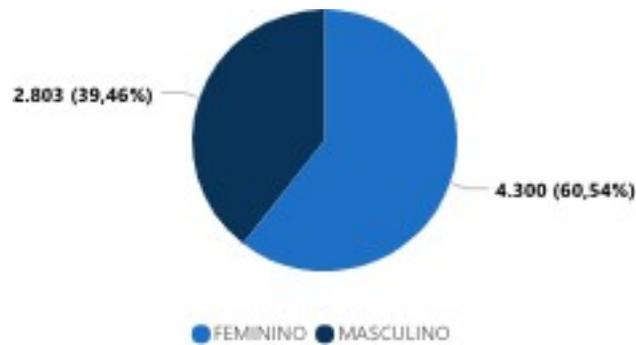
Figura 11: Atuações de discentes por raça/cor



Fonte: Plataforma Sucupira.

No que concerne ao sexo (figura 12), partindo de uma classificação binária, 4.300 (60,54%) das atuações são por mulheres e 2.803 por homens (39,46%).

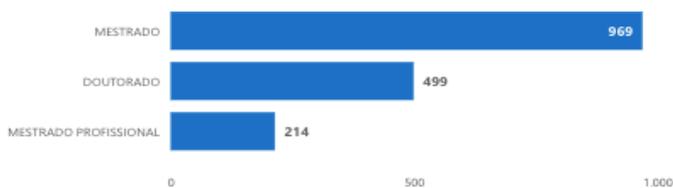
Figura 12: Atuações de discentes por sexo



Fonte: Plataforma Sucupira.

Sobre especificamente o ingresso nos cursos de pós-graduação, 969 ingressaram no mestrado acadêmico em 2023, 499 no doutorado e 214 no mestrado profissional (figura 13).

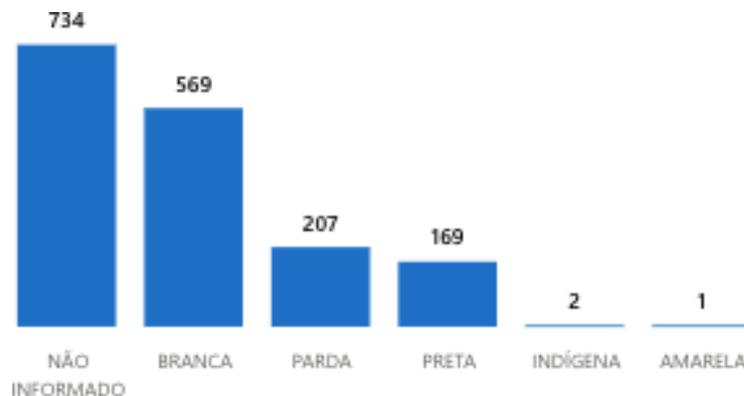
Figura 13: Ingresso por grau do curso



Fonte: Plataforma Sucupira.

No total, segundo informações sobre ingresso no que se refere a raça/cor (figura 14), retirando o total de não informados, a maioria (734), 569 são brancos, 207 pardos, 169 pretos, 2 indígenas e 1 amarelo.

Figura 14: Ingresso por raça/cor

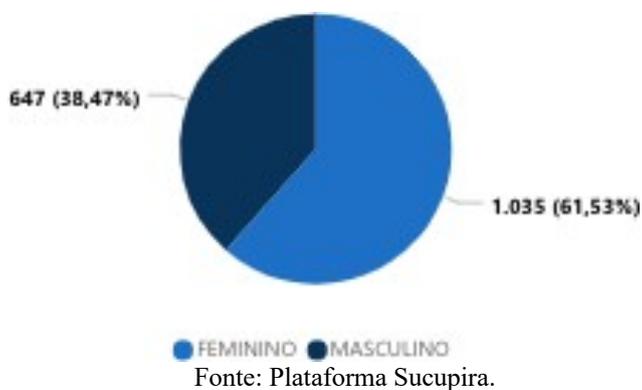


Fonte: Plataforma Sucupira.

Ainda tendo em conta o ingresso, a divisão por sexo (figura 15), dentro de uma classificação binária que não leva em conta pessoas intersexo ou que possuem identidades de

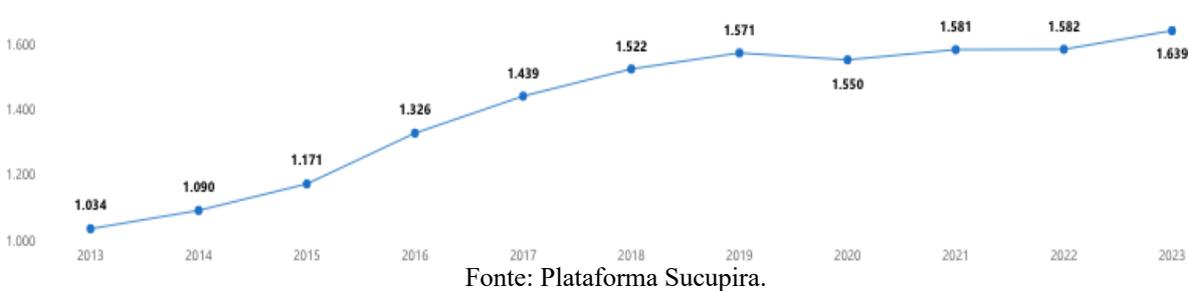
gênero que divergem desse padrão estabelecido, por exemplo, 1.035 (61,53%) são mulheres e 647 (38,47%) são homens.

Figura 15: Ingresso por sexo



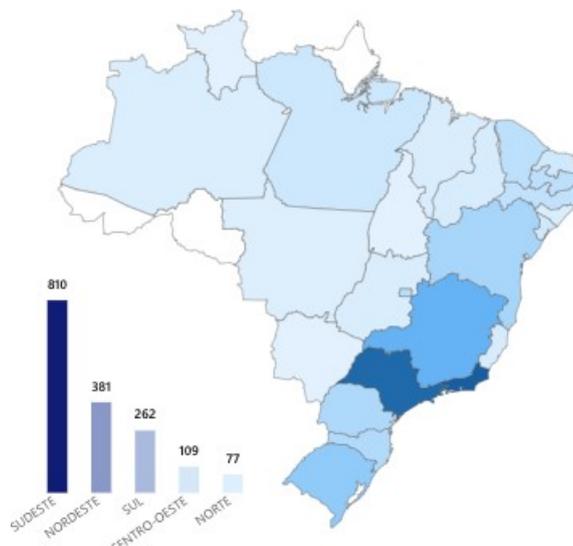
Sobre as atuações dos docentes ao longo dos anos de 2013 a 2023, a curva ascendente é a mesma observada em gráficos demonstrados neste texto anteriormente. Além disso, ao colocar essas atuações em mapa, a mesma tendência das mesmas Unidades da Federação também possui continuidade.

Figura 16: Atuações de docentes por ano



A incidência de atuação docente por Unidade Federativa novamente é demonstrativa da importância da região Sudeste na produção acadêmica nacional, havendo uma concentração maior nela (810). Em seguida vem o Nordeste (381), Sul (262), Centro-Oeste (109) e Norte (77).

Figura 17: Atuações de docentes por UF



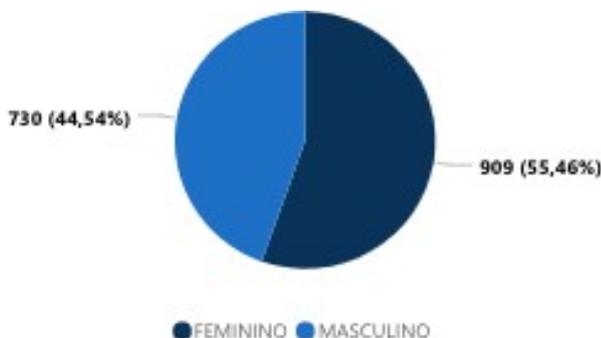
Fonte: Plataforma Sucupira.

Ao classificar as atuações dos docentes pelo tipo de vínculo que possuem, 1.242 são de servidoras/es públicos, 197 CLTs, 162 colaboradoras/es, 32 aposentadas/os e 6 com bolsa de fixação. Além do mais, do total 80,84% das atuações são de docentes permanentes, 17,33% de colaboradoras/es e 1,83% de visitantes.

A faixa etária dos docentes é bastante variada e equilibrada, entre 40 e 44 anos são um total de 268, em seguida, por ordem decrescente de incidência numérica aparecem as faixas etárias: 55 a 59 (264); 50 a 54 (225); 45 a 49 (224); 60 a 64 (209); 65 a 69 (140); 35 a 39 (137); 70 ou mais (132); e 30 a 34 anos (40).

Sobre o sexo dos docentes, novamente a partir de uma classificação binária, levando em consideração apenas o feminino com 730 (44,54%) e o masculino com 909 (55,46%) há contraste com o ingresso discente por sexo, no qual há predominância do sexo feminino.

Figura 18: Atuações de docentes por sexo



Fonte: Plataforma Sucupira.

E o último conjunto de dados, relacionados as produções, tendo como número total em 2023, 28.044. Os números ao longo dos anos de 2013 a 2023 demonstra uma trajetória de ascensão até 2019, tendo uma queda acentuada de 2020 a 2022, e uma tímida retomada de 2022 para 2023. Por tipo, 55,92% são técnicas, 42,39% são bibliográficas e 1,69% são artístico-culturais.

Todos os gráficos e números até agora apresentados, bem como as informações iniciais presentes dos Documentos de Área possibilitam a criação de um panorama da Comunicação, Informação e Museologia, além de demonstrarem como esta se apresenta dentro da pós-graduação no Brasil. Há algumas problemáticas na própria estruturação e coleta de algumas informações, como a desconsideração de identidades de gênero que não se encaixam no modelo binário de feminino e masculino, bem como aparente dificuldade em coletar um número real da origem racial e cor da pele de docentes e discentes, uma vez que o “não informado” possui maior preponderância. A falta de informação ou a coleta incompleta dificulta a execução de políticas públicas de inclusão ou a demonstração da efetividade de certas políticas já colocadas em prática em algumas esferas, como as cotas raciais e as cotas para pessoas trans/travestis.

A seguir, é apresentada uma revisão integrativa das teses e dissertações da área de avaliação Comunicação, Informação e Museologia que trabalham a temática LGBTQIA+ em museus, patrimônios e exposições.

3 - REVISÃO INTEGRATIVA: MUSEUS, EXPOSIÇÕES E PATRIMÔNIOS LGBTQIA+

A partir dos entendimentos elaborados ao longo desta dissertação sobre museu (ICOM, 2022) e sobre patrimônio LGBTQIA+ (Wichers; Boita, 2020), e partindo do pressuposto geral de que exposição é “toda demonstração de alguma coisa” (Maia; Santos, 2021) ao mesmo tempo em que se difere na Museologia por estar em relação direta a cadeia operatória institucional, este capítulo apresenta uma revisão integrativa das teses e dissertações na área de avaliação da CAPES Comunicação, Informação e Museologia entre os anos de 2015 e 2024, dos trabalhos que discorrem sobre a temática LGBTQIA+ em Museus, Exposições e Patrimônios.

Recapitulando de forma resumida, de acordo com dados da Plataforma Sucupira, Comunicação, Informação e Museologia, no ano de 2023 (dados mais recentes disponíveis) possui um total de 90 programas ativos com 136 cursos, espalhados por todo país. Ademais, totalizaram-se neste ano 28.044 produções no geral, efetuadas por 1.639 docentes e 7.103 discentes.

Tendo como base os dados de 2025, segundo consta no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, há durante a escrita desta dissertação, 15.400 trabalhos na área de avaliação Comunicação, Informação e Museologia⁸⁷, entre os anos de 2013 e 2023, no qual em relação ao grau acadêmico, 10.281 são de mestrado, 1.262 de mestrado profissional e 3.857 de doutorado. Por área do conhecimento, organizando de forma decrescente do maior volume para o menor: Comunicação (10.596); Ciência da Informação (3.833); Museologia (484); Biblioteconomia (285); Comunicação Visual (76); Jornalismo e Editoração (92); Arquivologia (34).

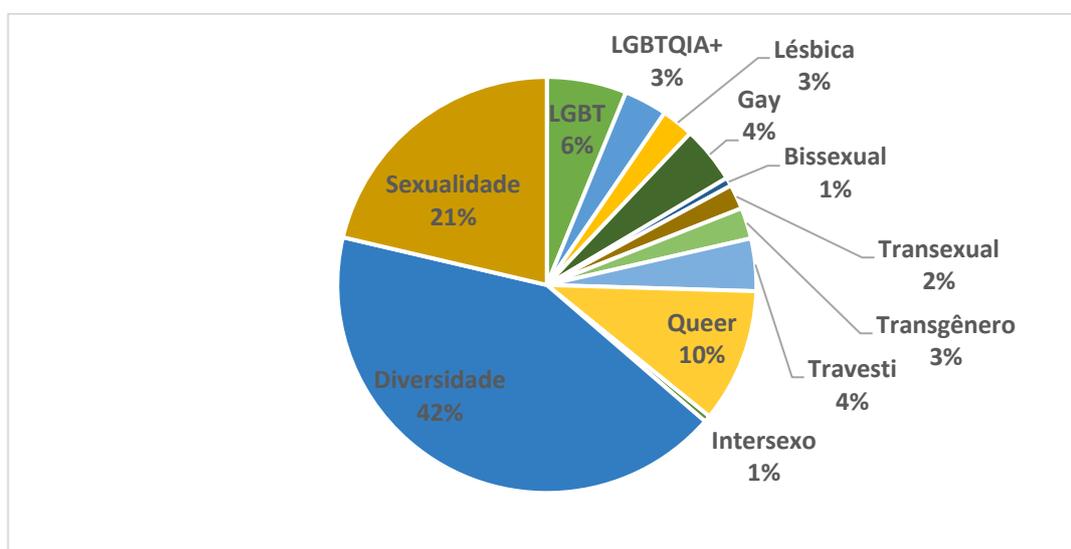
Os descritores utilizados para busca na base de dados refletem uma das dificuldades do processo de indexação dos trabalhos produzidos sobre a temática LGBTQIA+, uma vez que a sigla é extremamente mutável, já que objetiva congrega o maior número de identidades de gênero e orientações sexuais divergentes da heterocisnormatividade. Por isso, escolhi utilizar os seguintes termos na busca: LGBTQIA+; LGBT; Gay; Lésbica; Bissexual; Transsexual; Transgênero; Travesti; *Queer*; Intersexual; Assexual; Diversidade; Sexualidade.

Ainda no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, ao efetuar pesquisa filtrando os trabalhos da área de avaliação Comunicação, Informação e Museologia, utilizando os termos

⁸⁷ Não houve atualização da nomenclatura da Área de Avaliação, constando no site apenas como Comunicação e Informação.

anteriormente pontuados, os seguintes resultados foram obtidos: 74 resultados para LGBT; 40 para LGBQIA+; 30 para lésbica; 53 resultados para o termo gay; 8 para bissexual; 23 para transexual; 29 para transgênero; 49 para travesti; 125 para *queer*; 6 para intersexo; 0 para assexual; 508 para diversidade; e 256 para sexualidade. O gráfico (gráfico 4) a seguir é uma ilustração desses dados, demonstra a predominância da recuperação dos documentos a partir do termo mais geral, diversidade, fato explicado pela utilização deste termo a englobar a inclusão de diferentes pautas, como as temáticas LGBTQIA+, as discussões sobre raça, gênero, pessoas com deficiência etc.

Gráfico 4: Incidência de termos em pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES



Fonte: produzido pelo autor (2025)

A seguir são expostos os dados a partir da busca e da análise nas bases de dados da CAPES e das instituições de ensino superior, segmentados pelos diferentes campos que compõem a Área de Avaliação do recorte proposto nesta dissertação.

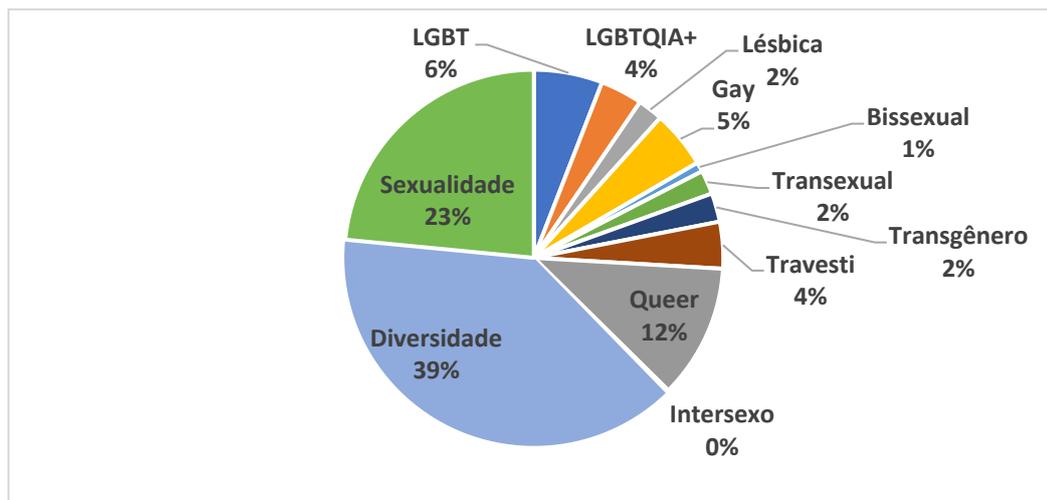
3.1 Museus, Exposições e Patrimônios LGBTQIA+ na Comunicação

A pergunta norteadora dessa etapa da revisão integrativa é: de qual forma a temática LGBTQIA+ em museus, exposições e patrimônios é repercutida nas teses e dissertações no campo da Comunicação?

A partir de busca na base de dados da CAPES, com os filtros por área do conhecimento em Comunicação, Comunicação Visual e Jornalismo e Editoração, áreas pertencentes ao campo da Comunicação, foram utilizados os termos listados no início deste

capítulo, tendo como resultado as seguintes incidências: LGBT (57); LGBTQIA+ (35); lésbica (21); gay (48); bissexual (8); transexual (20); transgênero (24); travesti (39); *queer* (112); intersexo (3); diversidade (377); sexualidade (228). Segue gráfico (gráfico 5) ilustrando essa incidência em porcentagens.

Gráfico 5: Incidência de termos em pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no campo da Comunicação



Fonte: produzido pelo autor (2025)

Os dois trabalhos presentes no quadro abaixo são os que estão de acordo com o recorte escolhido para esta revisão integrativa, com a temática de museus, exposições e patrimônios LGBTQIA+.

Quadro 2: Teses e Dissertações em Comunicação

Título	Autoria	Nível	Instituição	Ano
As Dinâmicas da Circulação do Acontecimento Fechamento do Queermuseu na Mídia Gaúcha	Cadiani Lanes Garcez	Mestrado	UFSM	2020
Comunicação Comunitária e Sociomuseologia: Mídias colaborativas produzidas para a preservação e difusão das culturas e memórias das comunidades LGBT	Tony William Boita	Doutorado	UFG	2022

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações

A dissertação *As dinâmicas de circulação do acontecimento fechamento do Queermuseu na mídia gaúcha* escrita por Cadiani Lanes Garcez e defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de Concentração em Comunicação Midiática, da Universidade Federal

de Santa Maria (UFSM) no Rio Grande do Sul, sob a orientação da professora Dr^a. Viviane Borelli.

O trabalho de Garcez (2020) se debruça sobre as dinâmicas de circulação em torno do fechamento da exposição “Queermuseu – Cartografia das diferenças na arte brasileira”, a partir do estudo de caso e análise da circulação como escolhas metodológicas. A autora mapeia os principais atores sociais envolvidos no acontecimento, coleta material de algumas publicações locais da mídia do Rio Grande do Sul, e produz uma análise da circulação dividida em quatro fases: abertura da exposição, fechamento da exposição, interstício e recomendação do Ministério Público Federal. Ao identificar os fluxos comunicacionais sobre o acontecimento, a autora percebe por fim um paralelo com os movimentos políticos institucionais que vieram *a posteriori*.

A tese *Comunicação Comunitária e Sociomuseologia: Mídias colaborativas produzidas para a preservação e difusão das culturas e memórias das comunidades LGBT* de autoria de Tony William Boita, apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Informação e Comunicação, da Universidade Federal de Goiás (UFG), sob orientação da professora Dr^a. Rosana Maria Ribeiro Borges.

Neste trabalho Boita (2022) objetiva fazer uma reflexão sobre as estratégias colaborativas produzidas pelas mídias LGBTQIA+, com foco na *Revista Memórias LGBT*. A tese é construída através do diálogo entre as mídias colaborativas e a Sociomuseologia, trazendo pontos de convergência entre os campos da Comunicação e da Museologia. Baseia-se numa construção interdisciplinar, com abordagem qualitativa descritiva e exploratória, e tem como método o caso etnográfico a partir levantamento bibliográfico, da pesquisa documental e da etnografia das narrativas. O resultado verifica a importância da existência desse tipo de mídia para a garantia do direito a memória e a dignidade humana por parte de comunidades historicamente marginalizadas.

Um dos principais pontos de convergência entre a Comunicação Comunitária e a Sociomuseologia são as concepções de “exposição em revista” e “musealização em revista” empregadas na análise das práticas utilizadas pela RMLGBT+ ao longo do trabalho. Boita (2022) define os dois conceitos a partir da ideia de que é possível “[...] utilizar métodos expográficos em periódicos digitais ou impressos, visando expor, fotos, documentos e um discurso curatorial a partir de um tema (BOITA, 2014; BOITA, DUARTE, 2020). Ocupa-se, assim, a Revista como a um museu, e vice-versa, o museu enquanto revista” (p. 107).

A nuvem de palavras construída a partir dos títulos, resumos e palavras-chave destes dois trabalhos (Figura 19) ilustra de uma forma geral os principais temas e conceitos presentes

em ambos. Escolhi fazer com base nesses elementos textuais dos trabalhos acadêmicos pelos mesmos terem a capacidade de síntese e demonstração dos objetivos principais das autorias, com isso é possibilitada a demonstração visual mais acurada com este instrumento de análise. Utilizei uma plataforma digital gratuita (<https://www.wordclouds.com/>) na qual é viabilizada diversos elementos de customização e edição dela, com isso consegui editar alguns termos como pronomes, verbos e advérbios a fim de alcançar um resultado mais limpo.

Figura 19: Nuvem de palavras produzida a partir dos títulos, resumos e palavras-chave (Comunicação)



Fonte: produzido pelo autor (2025)

A prevalência de termos como “circulação”, “mídias”, “comunicação”, “difusão”, “midiatização” e afins determina a convergência central dos dois trabalhos, o estudo de mídias, as tradicionais e as digitais. Garcez (2020) parte da ideia de midiatização da sociedade, para ela “A sociedade em midiatização seria aquela na qual as tecnologias de comunicação se inserem vertical e horizontalmente nas instituições, com múltiplas dinâmicas do funcionamento social.” (p. 68), uma vez que em sua dissertação analisa um episódio específico (por isso a aparição do termo “queermuseu” de forma destacada) amplamente documentado por esses processos midiáticos dentro de uma sociedade cada vez mais conectada.

Enquanto a presença dos termos “sociomuseologia”, “colaborativas”, “memórias”, “revista” e “museologia” conversam diretamente com a tese de Boita (2022) e a utilização da ideia de “mídias colaborativas”, definida por ele como “ferramentas estratégicas à disseminação da informação em comunidades. Elas possibilitam uma maior circulação de notícias que avisam, denunciam e orientam garantindo o seu acesso à informação.” (p. 20). Com isso relaciona aos processos próprios institucionalizados de museus e organizações afins, além de que o uso dessa tipologia colaborativa se dá em concordância a arranjo de movimentos sociais, como o movimento LGBTQIA+ e suas repercussões.

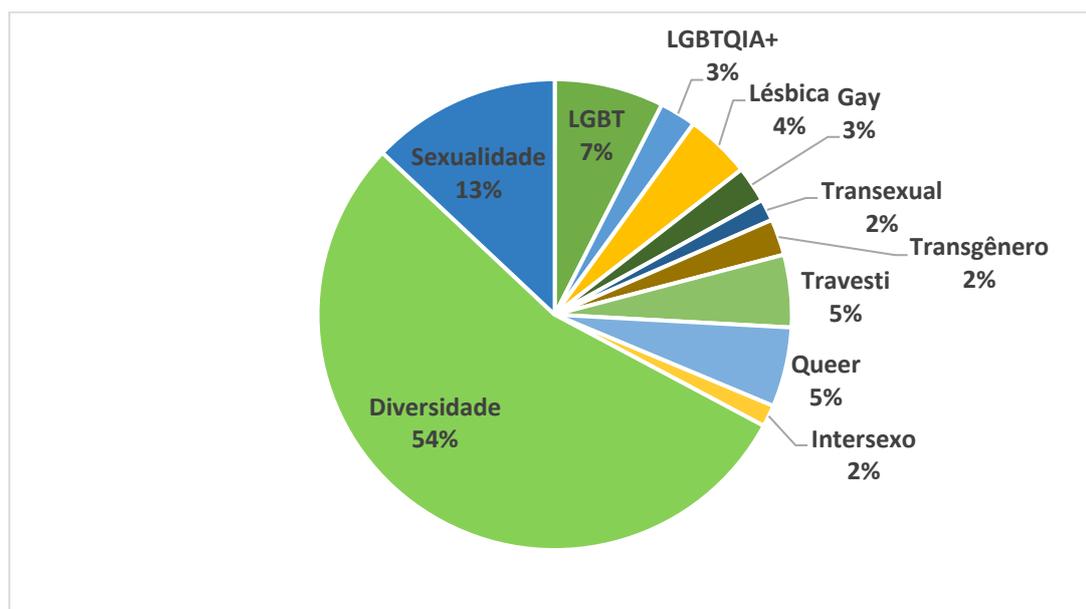
Além do mais, acredito ser importante salientar a utilização do conceito de Sociomuseologia no trabalho de Boita (2022), uma vez que é uma das bases de entendimento da minha dissertação para classificar os significados de museus, patrimônios e exposições no recorte aqui analisado, por sua relação com os movimentos sociais. A sociomuseologia aparece em sua tese para “refletir sobre memórias, esquecimentos e os museus comunitários” (p. 21) bem como em seu trabalho de forma geral para resignificação do campo e proposição de novas epistemologias, como a Museologia LGBTQIA+ (Baptista; Boita; Wichers, 2020).

3.2 Museus, Exposições e Patrimônios LGBTQIA+ na Ciência da Informação

A pergunta norteadora dessa etapa da revisão integrativa é: de qual forma a temática LGBTQIA+ em museus, exposições e patrimônios é repercutida nas teses e dissertações no campo da Ciência da Informação?

Os termos utilizados na base de dados da CAPES e os resultados correspondentes foram: LGBT (15); LGBQIA+ (5); lésbica (9); gay (5); bissexual (0); transexual (3); transgênero (5); travesti (10); queer (11); intersexo (3); diversidade (109); sexualidade (26). Segue gráfico (gráfico 6) ilustrando essa incidência em porcentagens.

Gráfico 6: Incidência de termos em pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no campo da Ciência da Informação



Fonte: produzido pelo autor (2025)

Os trabalhos listados no quadro seguinte (quadro 3) são os que possuem relação com os recortes propostos nesta dissertação, retratando museus, exposições e patrimônios LGBTQIA+ como discussão central em sua construção.

Quadro 3: Teses e Dissertações em Ciência da Informação

Título	Autoria	Nível	Instituição	Ano
Memória da Militância: A Contribuição da Organização do Conhecimento na Reconstrução da Memória do Movimento LGBT na Região do Cariri Cearense	Francisco Arrais Nascimento	Mestrado	UFPE	2015
Centros de Referência LGBT, Espaços de Cultura, Cidadania e Informação: Um Estudo na Cidade de São Paulo	Bruno Almeida dos Santos	Mestrado	UFBA	2018
Práticas Informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no Espaço LGBT	Laelson Felipe da Silva	Mestrado	UFPB	2019
Arquitetura da Informação Pervasiva no Contexto do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTs e Enfrentamento à LGBTfobia na Paraíba	Michel Batista Silva	Mestrado	UFPB	2019
A Memória, a Informação e o Silêncio da Lesbianidade no Serviço Nacional de Informação, nas Décadas de 1970 a 1980	Denise Braga Sampaio	Doutorado	UFPB	2021
A Resiliência Informacional no Contexto da Homofobia: O Papel das Práticas Informacionais no Espaço LGBT de João Pessoa - PB	Luis Carlos da Silva	Mestrado	UFPB	2022
Organização das Memórias e Patrimônios Culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis - SC, Sob a Perspectiva da Desclassificação	Luis Fernando Vanin	Mestrado	UFSC	2024
Avaliação Heurística da Usabilidade em Museus Virtuais: Uma Análise do Museu da Diversidade Sexual	Italo Teixeira Chaves	Mestrado	UFPB	2024

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações

A dissertação *Memória da Militância: A Contribuição da Organização do Conhecimento na Reconstrução da Memória do Movimento LGBT na Região do Cariri Cearense* de Francisco Arrais Nascimento, apresentada para Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, orientado pelo professor Dr. Fabio Assis Pinho.

Nascimento (2015) objetiva “compreender a contribuição da organização do conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBT da Região do Cariri cearense por meio da identificação das principais temáticas que emergem da documentação das Organizações não governamentais (ONGs) “Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri” (GALOSC) e “Associação de Defesa Apoio e Cidadania dos Homossexuais do Crato” (ADACHO)” (p. 7). Além dessa documentação, utiliza entrevistas com militantes do movimento social para reconstruir a memória homoafetiva da região. Encontra assim temáticas chave que norteiam o discurso da região: a violência, direitos e cidadania e as doenças sexualmente transmissíveis.

A escolha em selecionar seu trabalho como inserido dentro do recorte aqui proposto se justifica pela utilização na fonte central de sua dissertação as atas de reuniões de ONGs e processos criminais sobre subjetividades LGBTQIA+, que a partir de uma construção expandida das ideias de documentação (Capurro, 2003) e de patrimonialização (Fonseca, 2003) é possível localizar esse conjunto documental como patrimônio não oficialmente registrado dada sua importância na reconstrução de narrativas historicamente silenciadas na região do Cariri.

Assim a ata enquanto forma de registro, é utilizado com o intuito de construir a materialidade dos fatos, registrando no papel, a memória de um grupo a partir de narrativas de um sujeito legitimado pelos demais para redigi-la. Tem-se assim, a ata como uma fonte de conhecimento de uma dada realidade, possibilitando-nos problematizá-las, analisá-las e interpretá-las. (Nascimento, 2015, p. 47)

Nascimento (2015) demonstra com a citação anterior que a importância das informações registradas nesse tipo de documentação é de tal relevância dada sua capacidade de reconstrução de memórias de um determinado grupo que pode justificar a incorporação de um significado patrimonial.

Na dissertação *Centros de Referência LGBT, Espaços de Cultura, Cidadania e Informação: Um Estudo na Cidade de São Paulo* escrita por Bruno Almeida dos Santos e apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da professora Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco.

Neste trabalho Santos (2018) busca entender em qual medida os Centros de Referência LGBT de São Paulo se colocam como espaços de informação, cidadania e cultura e se realmente cumprem esse papel aos seus usuários. A metodologia empregada é o estudo descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa e quantitativa em estudo de campo e de múltiplos

casos. Como resultado percebe que esses Centros são “espaços de informação, cidadania e cultura eficientes e satisfatórios para a maioria dos usuários LGBT, pois os ajudam, através dos serviços, ações e atividades desenvolvidas, a resolver os problemas relacionados à identidade de gênero e à sexualidade e no exercício da cidadania” (p. 9).

A associação com o recorte desta dissertação se dá pelo fato da análise empregada por Santos (2018) contemplar três níveis distintos de ação dos Centros de Referência LGBT: a informacional; a de cidadania; e a cultural. Dentro das ações culturais promovidas por esse tipo de espaço o autor localiza a produção de “[...] exposição, oficinas, saraus, feiras e bazar; palestras, seminários, debates e conversas [...]” (p. 62), no qual aparece em seus resultados a adesão de todos os centros analisados a essas atividades. Além do mais, considerando a quebra das fronteiras entre os diferentes tipos de instituições de memória (Ramos; Miranda, 2021) é possível classificar as ações de coleta e armazenamento de informações dos usuários como um potencial processo museológico.

Dada a prevalência na qual o Espaço LGBT possui nas três dissertações pontuadas a seguir, acredito que seja importante contextualizar essa instituição, uma vez que é determinante para a localização destes trabalhos no recorte aqui proposto.

O Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia da Paraíba (Espaço LGBT), localizado em João Pessoa (PB), foi fundado em junho de 2011 e serve como local de acolhimento ao público LGBTQIA+ tendo como missão “promoção da cidadania e dos direitos humanos de LGBT, assim como, de enfrentamento à homofobia, discriminação por orientação sexual e identidade de gênero”⁸⁸. Promove uma articulação em rede com outros órgãos públicos para acolher as demandas de seus usuários.

A rede tem o objetivo de qualificar o atendimento à população, por meio do aumento da resolutividade de resposta às demandas de LGBTQIA+, da troca de experiências entre profissionais e da elaboração de estratégias intersetoriais para o enfrentamento à LGBTQIfobia e a todas as formas de violações de direitos. (Silva, 2019, p. 96)

Os três trabalhos recuperados na base de dados e expostos a seguir tratam do Espaço de forma a produzir análises com base nas particularidades epistemológicas da CI, a forma como cada um articula suas ideias e de como se inserem nos recortes desta dissertação também será um ponto elaborado.

⁸⁸ Disponível em: < <https://cresspb.org.br/conheca-os-centros-de-referencia-e-acoes-de-combate-a-homofobia-e-transfobia-na-paraiba/> >. Acesso em: 25 de mai. De 2025

Partindo de uma classificação temporal do mais antigo ao mais recente, o primeiro trabalho é o de Laelson Felipe da Silva em *Práticas Informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no Espaço LGBT* dissertação apresentada para o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da professora Dr^a. Gisele Rocha Côrtes.

Sua dissertação produz uma análise das práticas informacionais das/os usuárias/os do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTs e Enfrentamento a Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT). É um trabalho descritivo e correlacional com um cunho documental e de campo, de natureza qualitativa e quantitativa, na qual se utiliza das fichas de atendimento entre os anos de 2015 e 2017, com foco em pessoas transexuais, onde também foram entrevistadas. Como resultado, Silva (2019) percebeu a importância do Espaço como lugar de empoderamento a essas pessoas, através do incentivo ao empreendimento de ações emancipatórias individuais e coletivas. Além disso, o autor posiciona a CI como campo “fundamental na subversão das desigualdades e na geração de conhecimentos contra hegemônicos pautados no respeito às diferenças sexuais e de gêneros.” (p. 9).

Ao considerar o Espaço LGBT como um “local de mediação de informação” (Silva, 2019, p. 162) é possível traçar um paralelo com a idealização conceitual de memorial⁸⁹, com a finalidade de destacar o papel dessa instituição em produzir documentação e memórias através de seu funcionamento e posição na comunidade LGBTQIA+. O Espaço conta com um acervo documental composto por diversidade livros, monografias e outros tipos de trabalhos acadêmicos sobre narrativas que divergem da heterocisnormatividade, responsável por enriquecer a construção coletiva de relações e memórias com o local.

O segundo trabalho que reverbera as atividades do Espaço LGBT é *Arquitetura da Informação Pervasiva no Contexto do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTs e Enfrentamento à LGBTQifobia na Paraíba* de autoria de Michel Batista Silva com apresentação ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, pela orientação do professor Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira.

Nesta dissertação, Silva (2019) analisa a aplicabilidade da Arquitetura da Informação Pervasiva no contexto do Centro Estadual de Referência dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Enfrentamento à LGBTQifobia na Paraíba. Com

⁸⁹ “Percebe-se, portanto, o rompimento de um modelo que até então estava bem consolidado nos campos do arquivo, da biblioteca e do museu, isto é, cada dado/informação documental que deveria estar no seu respectivo lugar de forma apartada passou a poder fazer parte de um espaço integrador, híbrido, onde prevalece a informação dita de memória, independentemente da sua origem, suporte e local de guarda, seja de arquivo, de biblioteca e de museu, o que deu lugar a novos lugares, dentre eles, o memorial institucional.” (Ramos; Miranda, 2021, p. 70)

metodologia baseada no modelo metodológico para a arquitetura da informação pervasiva, é feito um delineamento dos fluxos informacionais e montagem de uma ecologia informacional no Centro de Referência.

Assim como o trabalho (Silva, 2019) pontuado anteriormente, a característica potencial do Espaço LGBT como espaço de memória das narrativas produzidas por subjetividades historicamente marginalizadas justifica a presença destes três trabalhos nesta análise. A dissertação de Michel Silva (2019) também demonstra essa característica latente a instituição, dado que:

O Espaço LGBT armazena dados dxs usuárixs, tais como, faixa etária, gênero, orientação sexual, grau de escolaridade, caracterização étnico-racial, situação socioeconômica e violência sofrida. Essas são informações valiosas para traçar o perfil dessxs indivíduos ao longo do tempo. Além da história de vida de cada um que, mesmo subjetiva, também é um traço de memória. (Silva, 2019, p. 92)

O terceiro e último trabalho recuperado sobre o Espaço intitula-se *A Resiliência Informacional no Contexto da Homofobia: O Papel das Práticas Informacionais no Espaço LGBT de João Pessoa - PB*, foi elaborado por Luis Carlos da Silva apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, para obtenção do título de mestre em CI, orientado pelo professor Dr. Edvaldo Carvalho Alves e coorientado pelo professor Dr. Fellipe Sá Brasileiro.

Em sua dissertação Luis Silva (2022) analisa como as práticas informacionais com a construção da resiliência informacional diante do contexto da homofobia se constroem através do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTQIA+ e enfrentamento a LGBTQIAfobia da Paraíba, Pedro Alves de Souza (Espaço LGBT Pedrinho). Utiliza uma abordagem qualitativa e descritiva tendo como fontes os questionários sociodemográficos e entrevistas semiestruturadas. Conclui que o ambiente informacional do Centro possui um papel de mediador, produtor e compartilhador da informação, algo que “contribuiu na tomada de decisões dos participantes no enfrentamento a homofobia e demais contextos LGBTQIA+.” (p. 8).

Como já tratado anteriormente sobre o papel do Espaço LGBT como potencial lugar de memória, Silva (2022) enfatiza a qualidade mediadora da instituição entre a informação e o usuário.

Espaço LGBT de João Pessoa se apresentou como um ambiente informacional que media, produz e dissemina informações essenciais sobre o cotidiano das pessoas LGBTQIA+. Portanto, as estratégias informacionais desenvolvidas pelo local se apresentam como fundamentais no enfrentamento a

LGBTQIAfobia e na garantia de direitos civis para essa população, reverberando nas práticas informacionais cotidianas dos participantes desta pesquisa. (Silva, 2022, p. 105-106)

O ambiente informacional que o Espaço consegue possibilitar é uma característica que o relaciona aos outros apontamentos sobre a instituição construídos ao longo desse capítulo, justificando a presença da dissertação de Luis Silva (2022) na construção deste trabalho. Considero também, assim como Machado (2021) em sua dissertação abordada no próximo subitem, a defesa de Maria Celia Teixeira Santos (2002) sobre “a aplicação do processo museológico não está restrita à instituição museu, ele pode anteceder à existência objetiva do museu ou ser aplicado em qualquer contexto social.” (p. 79), algo que ressalta a potencialidade museal dessa instituição do governo paraibano.

Através da pesquisa na base de dados identifiquei a tese *A Memória, a Informação e o Silêncio da Lesbianidade no Serviço Nacional de Informação, nas Décadas de 1970 a 1980* de Denise Braga Sampaio apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sob orientação da professora Dr^a. Izabel França de Lima e coorientação da professora Dr^a. Maria da Luz Olegário.

Sampaio (2021) em sua tese recorta como problema de pesquisa a forma o dispositivo da sexualidade é operado durante a ditadura militar brasileira (1965-1985) e como esse fato afetou a construção de memórias pela comunidade, com foco nas narrativas lésbicas. Utiliza para isso a partir os documentos recuperados na plataforma Memórias Reveladas, especificamente no Fundo do Sistema Nacional de Informação (SNI). Como resultado sua hipótese de pesquisa é comprovada, pois encontra apagamentos no processo de trocas informacionais e memoriais da Ditadura Militar, promovendo silenciamentos de lésbicas e sua associação a termos negativos.

A relação do trabalho elaborado por Sampaio (2021) com os recortes propostos por essa dissertação é a utilização de documentação produzida por órgãos a serviço do regime ditatorial brasileiro como forma de analisar a construção identitária lésbica no país.

Tais memórias compreendem o universo simbólico, discursivo e dispositivo das comunidades sub- representadas que são atravessadas por mecanismos de silêncio, apagamento e esquecimento, mas que tem potência de revelar-se, uma vez que os indícios dessas subalternidades aparecem, a cada processo de rememoração feita em diálogos sobre a Ditadura Militar, a partir do registro institucionalizado (documentos sensíveis), dos relatos de presos políticos e exilados e, porque não dizer, das próprias lacunas encontradas em tais registros. (Sampaio, 2021, p. 49)

Retomando a ideia de potencialidade patrimonial com entendimento mais expandido do significado (Fonseca, 2003) este corpus documental ao representar narrativas silenciadas possui importância para reestruturar a história normativa, o que encaixa a tese de Sampaio (2021) no recorte de patrimônio desta dissertação.

Outro trabalho recuperado é a dissertação *Organização das Memórias e Patrimônios Culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis - SC, Sob a Perspectiva da Desclassificação* de Luis Fernando Vanin apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, com orientação do professor Dr. Rodrigo de Sales.

Neste trabalho Vanin (2024) investiga as possibilidades de organizar as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC, através da perspectiva da desclassificação. É utilizada como metodologia entrevistas e a cartografia social de sentimentos é usada para a análise dos dados coletados. Como resultado conseguiu identificar fragmentos de memórias e patrimônios culturais, resultando na elaboração de listas de memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis.

Apesar de não ter tido acesso ao arquivo com a dissertação completa, pela mesma ainda não estar listada na base de dados da CAPES e o arquivo presente no repositório institucional da UFSC ser trancado aos usuários externos, acredito que seja relevante pontuar esse trabalho de Vanin (2024) por sua associação direta com o patrimônio LGBTQIA+. Conforme trata em artigo sobre a temática, construído em conjunto com seu orientador:

[...] a organização de memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+, ancorada na teoria da desclassificação, não é apenas uma busca por representação, mas um ato de justiça social e cultural. É uma oportunidade de reconhecer, celebrar e preservar as diversas contribuições dessas comunidades para a riqueza e diversidade cultural. O desafio é transformar as reflexões teóricas em práticas concretas que promovam a inclusão, a compreensão mútua e o respeito pelas diferenças. (Vanin; Sales, 2024, p. 18)

E por fim, o último trabalho recuperado consiste na dissertação *Avaliação Heurística da Usabilidade em Museus Virtuais: Uma Análise do Museu da Diversidade Sexual* de Italo Teixeira Chaves apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, com orientação da professora Dra. Izabel França de Lima.

Chaves (2024) investiga a usabilidade em museus virtuais utilizando como estudo de caso o site do Museu da Diversidade Sexual de São Paulo. Caracteriza-se como multidisciplinar, ao relacionar CI e a Museologia, com abordagem metodológica mista e de natureza aplicada. “Utiliza como instrumento de coleta de dados o formulário eletrônico, divididos em dez heurísticas que possibilitam mensurar aspectos de eficiência, eficácia e satisfação no tocante a

usabilidade do Museu da Diversidade Sexual. A referida pesquisa teve como participantes da avaliação especialistas categorizados em iniciantes, intermediários ou avançados.” (p. 9). Conclui que o ambiente virtual dessa instituição atende os critérios de eficácia, eficiência e satisfação, com algumas demandas pontuais para mudança. Além disso, classifica o Museu como importante espaço para preservação das memórias da comunidade LGBTQIA+.

A nuvem de palavras a seguir (figura 20) ilustra os principais conceitos empregados nos trabalhos do campo da Ciência da Informação aqui citados.

Figura 20: Nuvem de palavras produzida a partir dos títulos, resumos e palavras-chave (CI)



Fonte: produzido pelo autor (2025)

Os termos com maior destaque como “informação”, “informacionais”, “informacional”, “organização”, “conhecimento”, “pesquisa” e “memória” se justificam pela localização das teses e dissertações na Ciência da Informação, uma vez que representam elementos singulares do campo e das práticas de pesquisa nele.

Além disso, “LGBT” como a sigla de maior destaque pode se justificar pela utilização desta de forma abrangente desde 2009 ao ser incorporada no léxico das políticas públicas (sendo substituída apenas em 2023 com as mudanças institucionais do terceiro mandato do presidente Lula). Há algum destaque na terminologia atual após essa substituição, com a presença da sigla LGBTQIA. Relacionado as discussões de gênero e orientações sexuais que divergem da heterocisnormatividade ressaltam-se os termos “sexual”, “diversidade”, “homofobia”, “lésbicas”, “bissexuais”, “LGBTQI” e “LGBTQIAPN”.

É notada a ausência dos termos museus, exposições e patrimônios mesmo que a maior parte dos trabalhos destacados nesta dissertação com esses recortes partam da CI. Uma das possibilidades para que não haja a larga utilização deles é a associação atual que a Museologia

e suas práticas possuem com a ideia de memória, ou seja, há uma diluição das especificidades na qual aparecem conceitualmente com a supressão de suas menções diretas. Segundo Maria Cristina Bruno:

A Museologia, em sua essencial razão de ser, pode ser compreendida como integrada a esses sistemas dinâmicos de organização e administração dos indicadores de memórias, a partir de metodologias próprias resultantes das reciprocidades entre fato, fenômeno e processo museológicos que, por sua vez, são ancoradas na cadeia operatória de procedimentos de salvaguarda e comunicação e encontram eco na missão social da pedagogia museológica, repercutindo os impactos entre preservação e desenvolvimento. (Bruno, 2020, p. 20)

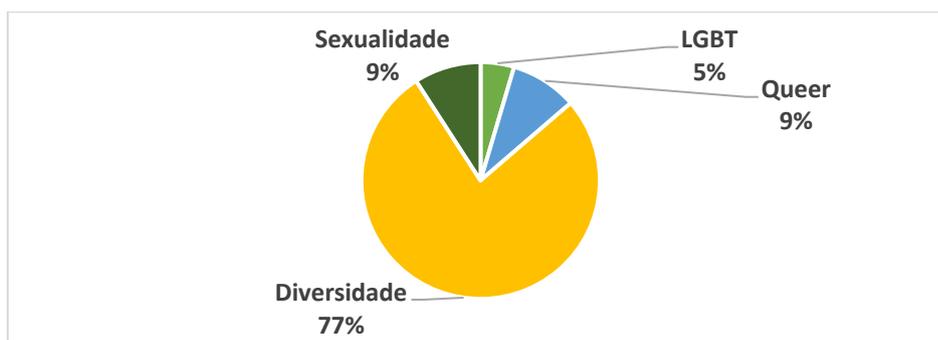
Somado a isso, considero os pontos de intersecção entre a Museologia e Ciência da Informação principalmente os relativos à concepção da musealização como um processo informacional (Loureiro, 2019) para justificar também o não aparecimento dos termos centrais deste trabalho na nuvem de palavras.

3.3 Museus, Exposições e Patrimônios LGBTQIA+ na Museologia

A pergunta que norteia essa etapa da revisão integrativa é: de qual forma a temática LGBTQIA+ em museus, exposições e patrimônios é repercutida nas teses e dissertações no campo da Museologia?

Com base no que foi recuperado em pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, através da utilização dos mesmos descritores expostos ao longo deste capítulo, encontrou-se os seguintes resultados: LGBT (1); LGBQIA+ (0); lésbica (0); gay (0); bissexual (0); transexual (0); transgênero (0); travesti (0); *queer* (2); intersexo (0); diversidade (17); sexualidade (2). Segue o gráfico (gráfico 7) ilustrando essa incidência.

Gráfico 7: Incidência de termos em pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no campo da Museologia



Fonte: produzido pelo autor (2025)

Os trabalhos recuperados que conversam com os recortes desta dissertação, a temática LGBTQIA+ em museus, exposições e patrimônios, são os dois indicados no quadro a seguir:

Quadro 4: Teses e Dissertações em Museologia

Título	Autoria	Nível	Instituição	Ano
Cartografias da Transmusealidade: Processos Museológicos em Casas de Acolhida LGBT No Brasil	Rafael dos Santos Machado	Mestrado	UFBA	2021
Memórias Museológicas da Comunidade LGBTQIAPN+ em Parnaíba	Wellington de Araujo Alves	Mestrado	UFPI	2024

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações

O primeiro trabalho recuperado a partir da pesquisa na base de dados da CAPES foi a dissertação *Cartografias da Transmusealidade: Processos Museológicos em Casas de Acolhida LGBT No Brasil* de autoria de Rafael dos Santos Machado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia, orientado pelo professor Dr. Clovis Carvalho Britto.

Machado (2021) produz uma cartografia das Casas de Acolhida LGBT no Brasil, com foco nos processos museológicos realizados nesses ambientes comunitários. Partindo da noção de extrema violência contra a comunidade LGBTQIA+ no país, o autor posiciona esses espaços como lugares de “criação e produção de imaginários museológicos transgressores da lógica cisheteronormativa.” (p. 8). Em seu trabalho também é elaborado o conceito de transmusealidade, tendo em vista o protagonismo de corpos trans na criação e manutenção dessas Casas de Acolhida.

É evidenciada nessa dissertação de Machado (2021) as atividades relacionadas a processos museais desenvolvidas nas casas de acolhida LGBTQIA+ identificadas e analisadas por ele, dentro de seu recorte estabelecido. Parte da ideia expandida desses processos, que não estão presos a uma vinculação institucional normativa, ou seja, não só apenas museus podem desenvolver esse tipo de procedimento. É identificado nessas casas o desenvolvimento de atividades curatoriais em exposições, o armazenamento de coleções ou acervos LGBTQIA+, preservação e documentação desses objetos, entre outros procedimentos museológicos. A potencialidade museal dessas casas possibilita a recuperação deste trabalho de acordo com o recorte “museu” proposto por esta dissertação.

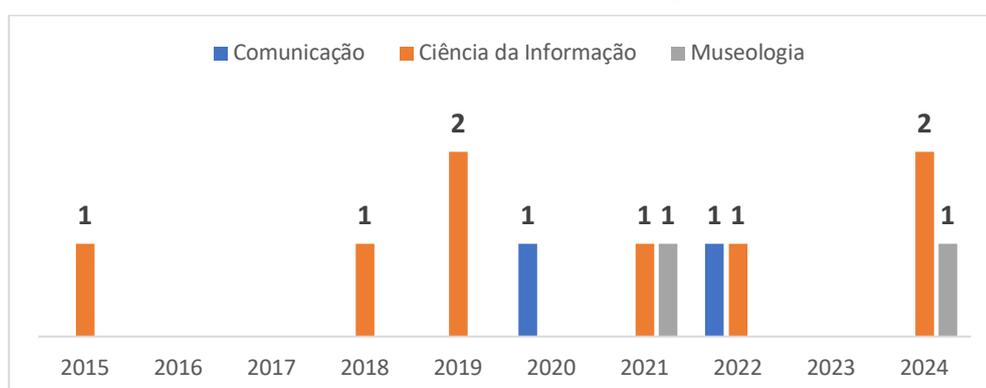
O segundo trabalho recuperado nesta revisão foi a dissertação *Memórias Museológicas da Comunidade LGBTQIAPN+ em Parnaíba* escrita por Wellington de Araujo Alves e

é produzida e conecta nos experimentos museais por meio de ações rizomáticas, através do conjunto das experiências LGBT” (p. 128). As contribuições que novas epistemologias, como a transmusealidade, a Museologia e o Patrimônio LGBTQIA+ possibilitam não apenas ao campo da Museologia, mas ao fazer científico como um todo, estão nas possibilidades de entendimento do mundo além da expansão dos objetos de estudo para futuras pesquisas, colocando subjetividades historicamente subalternizadas em papel de protagonismo e desnaturalizando conceitos.

3.4 Comunicação, Informação e Museologia LGBTQIA+ em perspectiva

O gráfico a seguir (gráfico 8) ilustra a incidência ao longo dos anos das teses e dissertação recuperadas nas bases de dados conforme os recortes propostos por esse trabalho presentes neste capítulo. É possível observar como a Ciência da Informação produziu ao longo da temporalidade recortada um número total maior de trabalhos, com 8. Em seguida vem a Museologia e a Comunicação com 2 cada um. Os anos de maiores incidências são 2019 e 2024, cada um com 2 trabalhos em CI.

Gráfico 8: Incidência dos trabalhos ao longo dos anos



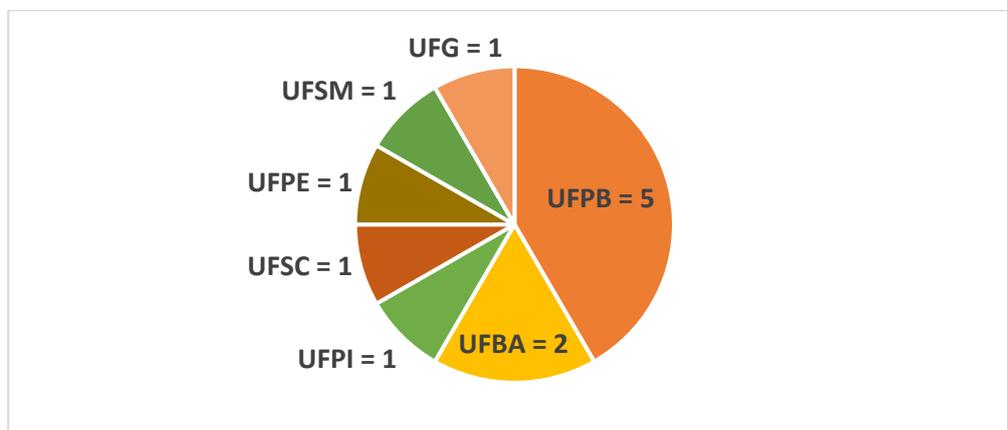
Fonte: produzido pelo autor (2025)

Conforme é observado com os dados apresentados no gráfico (gráfico 8) os números de trabalhos que desenvolvem a temática LGBTQIA+ em museus, exposições e patrimônios ainda que tímidos revelam um potencial interesse em ascensão, ao ser considerada a maior incidência no ano de 2024.

A relação do vínculo institucional das teses e dissertações da área de avaliação Comunicação, Informação e Museologia cuja temática LGBTQIA+ está em concordância com

os recortes estabelecidos por este trabalho, sobre museus, exposições e patrimônios é manifestada no gráfico a seguir (gráfico 9).

Gráfico 9: Trabalhos por Instituições de Ensino



Fonte: produzido pelo autor (2025)

O gráfico indica a prevalência da Universidade Federal da Paraíba, com quatro dissertações (Silva, 2019; Silva, 2019; Silva, 2022; Chaves, 2024) e uma tese (Sampaio, 2021), todas apresentadas para o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), entre os anos de 2019 e 2024. Seguido pela Universidade Federal da Bahia, com uma dissertação em Museologia (Machado, 2021) e outra em Ciência da Informação (Santos, 2018). Em seguida com um trabalho cada vem as seguintes instituições: Universidade Federal do Piauí com uma dissertação em Museologia (Alves, 2024); Universidade Federal de Santa Catarina com uma dissertação em CI (Vanin, 2024); Universidade Federal do Pernambuco com uma dissertação em CI (Nascimento, 2015); Universidade Federal de Santa Maria com uma dissertação em Comunicação (Garcez, 2020); e a Universidade Federal do Goiás com uma tese em Comunicação (Boita, 2022).

Sobre a maior incidência de trabalhos provenientes da UFPB, o artigo “A Rede Epistêmica da Informação Gênero-Sexualidade na Ciência da Informação”, de Sergio Rodrigo Santana *et al.* (2021), apresenta uma pesquisa descritiva nos artigos sobre a temática LGBTQIA+ na BRAPCI entre os anos de 2009 e 2019. As autorias organizam a “rede epistêmica da informação gênero-sexualidade” (p. 13) em três outras redes menores, sendo elas: rede de instituições, rede de coautoria e rede de temáticas. Na rede de instituições a que possui maior incidência de artigos é a UFPB. No que diz respeito a rede de coautoria, a pesquisadora dr^a. Gisele Rocha Côrtes aparece em destaque nesta análise, ela é orientadora de Laelson Felipe

da Silva (2019) em sua dissertação na UFPB. Cortês é identificada como principal pesquisadora desta instituição sobre a temática.

Além da pesquisadora Gisele Rocha Côrtes, na UFPB, foram identificados outros(as) quatro docentes que investigaram as temáticas sobre informação gênero- sexualidade, a saber: Isa Maria Freire e Izabel França de Lima, cada pesquisadora com duas publicações, e Henry Poncio Cruz de Oliveira e Maria das Graças Targino, cada pesquisador(a) com uma publicação. Os(as) docentes Izabel França de Lima e Henry Poncio Cruz de Oliveira lideram o núcleo ‘Informação, Memória, Tecnologias e Sociedade (iMclusoS)’, que vem crescendo neste domínio de produção, inclusive com a colaboração das docentes Denise Braga Sampaio (Grupo de Estudo e Pesquisa em Mediação e Comunicação da Informação (GEPemCI) e o Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI) - UFBA) e Leyde Klébia Rodrigues da Silva (GEINCOS/UFPB - UFBA) e o discente Michel Batista Silva (PPGCI/UFPB), entre outros(as). (Santana et al., 2021, p. 16)

Os nomes das autorias citados no trecho destacado posteriormente compõem não apenas alguns dos orientadores dos trabalhos defendidos na UFPB, como também o de egressos que atuaram com o tema e continuam seus trabalhos no contexto docente. O mapeamento gerado por esse artigo demonstra a rede de pesquisadoras e pesquisadores responsável por evidenciar a UFPB como a maior produtora de trabalhos segundo os recortes desta dissertação.

Apesar da temática LGBTQIA+ sobre museus, exposições e patrimônios ser convencionalmente ligada ao campo da Museologia, a incidência maior destas nos trabalhos em Ciência da Informação, conforme os dados expostos neste capítulo, aponta uma possível resistência por parte das pesquisadoras e pesquisadores desse campo, conforme destaca Baptista e Boita (2017): “a museologia no Brasil – e quiçá no mundo – ainda não superou a matriz heterossexual (BUTLER, 2003), ou seja, o campo ainda associa a sexualidade a determinações hierarquizadoras do gênero, possuindo a heterossexualidade como modelo ideológico e discursivo hegemônico.” (p. 178). Observei esse fato também em pesquisas anteriores no campo, já pontuadas ao longo desta dissertação, o movimento atual crescente, porém bastante tímido em relação a inclusão das narrativas LGBTQIA+ na epistemologia museológica.

É possível salientar também a predominância dos trabalhos em CI pelo fato da própria organização dos cursos de graduação e pós-graduação neste campo e no campo da Museologia. Pontuo exemplo deste trabalho, que mobiliza os temas de museus, exposições e patrimônios LGBTQIA+, construído por um egresso da Museologia que optou por se inserir na Ciência da Informação na pós-graduação em consequência de o curso estar integrado na Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, não existindo nessa instituição uma pós-graduação em Museologia. Porém é necessária uma pesquisa mais aprofundada relativa a

vinculação deste campo com diferentes áreas do conhecimento na organização dos cursos no país.

Dentre as autorias mais recorrentes na maioria dos trabalhos aqui apresentados, através da análise de suas referências bibliográficas, o quadro seguinte (quadro 5) faz uma compilação dos que se interseccionam, organizando as autorias em ordem alfabética, apresentando em qual tese ou dissertação aparecem e quais conceitos são mobilizados.

Quadro 5: recorrência das autorias e seus conceitos mobilizados

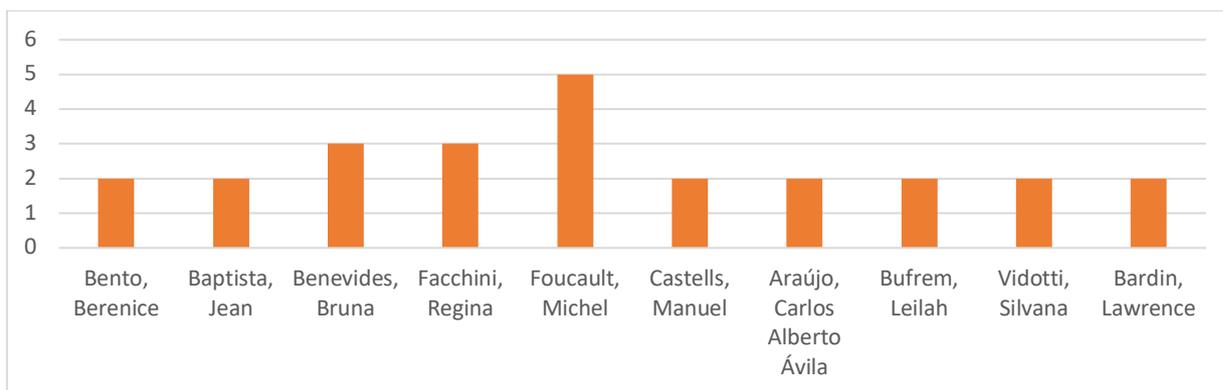
Autoria	Tese ou Dissertação	Conceitos mobilizados
Bento, Berenice	Machado (2021); Silva (2022)	Transexualidade
Wichers, Camila; Baptista, Jean; Boita, Tony	Machado (2021); Boita (2022)	Museologia LGBT
Benevides, Bruna	Machado (2021); Silva (2022); Boita (2022)	LGBTfobia
Facchini, Regina	Nascimento (2015); Silva (2022); Boita (2022)	Movimento homossexual/LGBT
Foucault, Michel	Nascimento (2015); Silva (2019); Silva (2019); Sampaio (2021); Silva (2022)	Sexualidade; poder
Castells, Manuel	Boita (2022); Chaves (2024)	Rede; sociedade da informação
Araújo, Carlos Alberto Ávila	Silva (2022); Chaves (2024)	Ciência da informação; práticas informacionais
Bufrem, Leilah	Silva (2022); Chaves (2024)	Gênero na CI; pesquisa qualitativa e quantitativa
Vidotti, Silvana	Silva (2019); Chaves (2024)	Arquitetura da informação
Bardin, Lawrence	Boita (2022); Chaves (2024)	Análise de conteúdo

Fonte: produzido pelo autor (2025)

A autoria com maior recorrência nas citações é Michel Foucault com diversas publicações presentes nas referências bibliográficas como: *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (2005), *História da Sexualidade* (1988) volumes diversos, *Microfísica do Poder* (1998), *A arqueologia do saber* (1987), *Nascimento da biopolítica* (2008). Sobre a temática central desta dissertação, relacionada as discussões de gênero e sexualidade, aparece Bruna Benevides com textos relacionados a violência LGBTfóbica e manuais sobre casas de acolhida, Regina Facchini é utilizada como referência sobre a história do movimento LGBTQIA+ no Brasil, Berenice Bento aparece como referência à conceituação da transexualidade, Jean Baptista junto com Tony Boita e Camila Wichers são citados sobre o conceito de Museologia LGBTQIA+.

O gráfico a seguir é uma demonstração visual dos dados apresentados no quadro posterior, fica evidente a maior influência teórica do trabalho de Michel Foucault nas bibliografias das teses e dissertações, de uma forma geral. Além do mais mostra-se certo equilíbrio entre as outras incidências de autorias, o que pode demonstrar uma certa solidez das referências mobilizadas na temática LGBTQIA+ e reforça o ponto explorado nesse subitem sobre a organização em rede presente na UFPB.

Gráfico 10: incidência das autorias



Fonte: produzido pelo autor (2025)

A utilização das ideias de Bruna Benevides (2020; 2021) em Machado (2021) relaciona-se a importância das Casas de Acolhida durante a pandemia de COVID-19, em Silva (2022) é mobilizada quando fala-se sobre a criminalização da homofobia a partir do entendimento do Supremo Tribunal Federal e em Boita (2022) os dados de violência contra pessoas trans no Brasil. Regina Facchini (2005; 2009) é utilizada para construção histórica do movimento LGBTQIA+ no Brasil no três textos que aparece (Nascimento, 2015; Silva, 2022; Boita, 2022), em que organiza a temporalidade em três ondas distintas de acordo com as reivindicações e contextos das épocas.

As formulações propostas por Berenice Bento (2008; 2014) sobre a construção da transexualidade são mobilizadas nas dissertações de Machado (2021) e Silva (2022). Por fim, o conceito de Museologia LGBTQIA+ proposto por Baptista, Boita e Wichers (2020), exposto ao longo de toda esta dissertação é empregado nos trabalhos de Machado (2021) e Boita (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação realizou uma revisão integrativa das teses e dissertações na área de avaliação Comunicação, Informação e Museologia sobre a temática LGBTQIA+ em museus, exposições e patrimônios.

Apresentou inicialmente as discussões teóricas sobre gênero e sexualidade, com ênfase no conceito de intersexualidade e na formação histórica dos movimentos LGBTQIA+ e dos feminismos no Ocidente. Percebi com isso como a cadeia de pensamento baseada na interseccionalidade é uma das questões fundamentais das discussões sobre identidades de gênero e orientações sexuais nos trabalhos atuais sobre a temática. Além disso, há uma construção de uma base de pensamento comum, ainda baseada em sua maioria nos trabalhos de autorias do norte global.

Ao expor as publicações, grupos de pesquisa e grupos de trabalhos em eventos-chave dos três campos centrais para essa dissertação, constatei com base na variação dos dados ao longo dos anos uma ascensão do interesse de pesquisadoras e pesquisadores sobre essa temática. Além disso, a organização da informação e do pensamento em redes proporciona um fortalecimento da bibliografia como um todo, algo que pode agir de forma positiva na contribuição futura a novos trabalhos. Acredito que seja de extrema importância esse processo de amadurecimento científico das autorias bem como a troca de ideias e críticas as epistemologias na Comunicação, na CI e na Museologia que levem em consideração as narrativas LGBTQIA+ historicamente silenciadas.

Com a contextualização histórica da criação dos programas de pós-graduação em Comunicação, Ciência da Informação e Museologia no país, partindo do desenvolvimento da pós-graduação no Brasil de forma geral e dos órgãos de fomento e avaliação, foi possível demonstrar que os percalços históricos e as similaridades constitutiva das três áreas ocasionou em diversos pontos de convergência delas, considerando também a mobilidade acadêmica, a formação curricular e a organização dos cursos de graduação e pós-graduação nesses campos.

Com a concretização da revisão integrativa das teses e dissertações que trabalham a temática LGBTQIA+ em museus, exposição e patrimônios, percebi algumas ressonâncias entre as origens temáticas mesmo que de campos distintos. As diversas tipologias de casas de acolhida, sejam elas mantidas pelo Estado ou por organizações não governamentais, são utilizadas como fio condutor da análise de cinco dos onze trabalhos aqui listados.

Fica perceptível a potencialidade museal que esses espaços possuem ao servirem como repositório de memórias coletivas e individuais daqueles que a utilizam e dos que exercem alguma função nelas. Além do mais, ao retirar o poder de determinação do que é museu e patrimônio do discurso oficial do Estado e com isso proclamar as atividades desses espaços como cumpridoras de ações típicas das cadeias operatórias de instituições de memória.

As ações museológicas desenvolvidas foram ou são processos subjetivos e singulares, reconfigurados de acordo a espacialidade sócio-econômico-histórico-cultural em que são produzidos e que fundamentam concepções epistêmicas relacionadas e atribuídas ao que denomino de transmusealidade. A transmusealidade é uma provocação de construção conceitual caracterizado, conectado e relacionado aos processos museológicos, produzidos e agenciados por imaginários transgressores às normas e concepções binárias que fundamentam à musealidade. (Machado, 2021, p. 170)

O trecho destacado da dissertação de Machado (2021) valida a potencialidade latente dos espaços construídos por narrativas historicamente marginalizadas e cotidianamente violentadas. A ideia de uma transmusealidade ou de uma Museologia LGBTQIA+ servem como instrumentos para atenuar, mesmo que ainda dentro de um sistema construído para oprimir, os silenciamentos e integrar pautas baseadas nos movimentos sociais. Deve-se considerar também que não se pode esperar que “[...] os esforços de superação da LGBTfobia como ações orientadas pela boa vontade de sujeitos, mas, sim, como meios para se valer a lei.” (Baptista *et al.*, 2024, p. 3), sendo necessária a articulação para o fortalecimento dessas epistemologias dissidentes serem incorporadas no discurso normativo e formativo das pesquisadoras e pesquisadores e das profissionais nos campos aqui destacados.

[...] ações que objetivam a formação não apenas vinculada às demandas técnicas da atuação profissional, mas, sobretudo, demandas sociais interessadas em uma formação pautada na possibilidade emancipatória a superar fobias, preconceitos e discursos de ódio solidificados nos museus e na Museologia. (Baptista *et al.*, 2022, p. 47)

Como resposta as três perguntas da revisão integrativa destacadas no começo dos subitens do terceiro capítulo desta dissertação: de qual forma a temática LGBTQIA+ em museus, exposições e patrimônios é repercutida nas teses e dissertações no campo da Comunicação/ Ciência da Informação/ Museologia? Apreende-se ainda uma certa timidez da presença de trabalhos com esses recortes, porém o aumento ocorrido em 2024 somado aos movimentos de maior intensificação de apresentações em seminários-chave, da formação de grupos de pesquisa e redes que pesquisadoras e pesquisadores e a publicação de dossiês e livros

sobre as discussões de gênero e sexualidade divergentes da heterocisnormatividade apontam para um futuro promissor.

Que o uso da metodologia empregada nesta dissertação, a revisão integrativa, por ser bastante moldável aos mais diferentes temas e discussões, sirva como inspiração para pesquisas futuras tanto das teses e dissertações como de outras fontes em outras bases de dados, especialmente na formação de uma bibliografia robusta sobre as mais diferentes temáticas relativas as discussões LGBTQIA+ em outras grandes áreas de avaliação que também dialogam diretamente com as temáticas aqui analisadas, como a Antropologia, a Sociologia, a História e as Artes.

REFERÊNCIAS

- ADAUBERT, Ana. O que é Museologia Feminista? *Revista Memórias LGBT+*. Ano7. Ed.12.2020.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Monica Piccolo. "Programa Nacional de Desestatização do Governo Collor: Uma Leitura Gramsciana. *ANPUH – XXIV Simpósio Nacional De História – São Leopoldo*, 2007.
- ALVES, Wellington De Araújo. *Memórias Museológicas Da Comunidade LGBTQIAPN+ Em Parnaíba, Piauí*. 2024. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2024.
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera. The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Book. 2005.
- BAPTISTA, Jean. Entre o arco e o cesto: notas Queer sobre indígenas heterocentros nos museus e na Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n. 61, v. 17, p. 43-65. 2021.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Museologia Comunitária, Comunidades LGBT e Direitos Humanos: estratégias de superação de fobias à diversidade sexual no Brasil. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. especial, n. 1, p. 132-146, maio de 2017.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony; PRIMO, Judite. Apresentação: Corpos e Dissidências nos Museus e na Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 61, 2021.
- BAPTISTA, Jean. Entre o arco e o cesto: notas Queer sobre indígenas heterocentros nos museus e na Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 61, p. 43-65, 2021.
- BAPTISTA, Jean Tiago; BOITA, Tony; ESCOBAR, Geanine Vargas; TEDESCO, Caio de Souza; QUINTILIANO, Marta; RIBEIRO, Lucas. Sexualidade, gênero, raça e classe no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram): por uma guinada queer interseccional e decolonial (texto base para o dossiê “Memória, Museologia LGBTQIA+ e Museus Nacionais”). *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 57, p. 1-20, 2023.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony; WICHERS, Camila Moraes. Existe uma Museologia LGBT?. Museologia LGBT: Cartografia das Memórias LGBTQI+ em *Acervos, Arquivos, Patrimônios, Monumentos e Museus Transgressores*. Editora Metanoia. Rio de Janeiro. 2020.
- BAPTISTA, Jean T.; BOITA, Tony Willian; WICHERS, Camila A. de Moraes. LGBT MemoryProject: A ‘Queer of Colour Critique’ Approach in Latin America and Caribbean Museums, *Museum International*, 72:3-4, 188-199. 2021.
- BAPTISTA, Jean T.; BOITA, Tony Willian; ESCOBAR, Geanine V.; TEDESCO, Caio de S.; QUINTILIANO, Marta; RIBEIRO, Lucas. Sexualidade, gênero, raça e classe no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram): por uma guinada queer interseccional e decolonial (texto base

para o dossiê “Memória, Museologia LGBTQIA+ e Museus Nacionais”). *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 57, p. 1-20, 2023.

BAPTISTA, Jean Tiago et al. Ensino, Pesquisa e Extensão em Museus e Museologia LGBTQ+ : recomendações Queer à formação museológica. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 29–52, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11i21.41427. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/41427>. Acesso em: 29 maio. 2025.

BERNARDO, Débora Giselli; ROCHA, Alessandro Santos da. Pesquisa bibliográfica: entre conceitos e fazeres. *Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas Áreas de Ciências Humanas*. Maringá (PR): Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011.

BOITA, Tony W.. LGBTQFOBIA Museológica: algumas reflexões sobre as estratégias simbólicas utilizadas nos museus para invisibilizar pessoas LGBT. *Ventilando Acervos*, v. 1, p. 104-115, 2020.

BOITA, Tony; BAPTISTA, Jean. Apresentação: sobre a decolonização do pacto LGBTQIAfóbico nos museus e na Museologia do Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 57, p. 1-3, 2023

BOITA, Tony. *Comunicação Comunitária e Sociomuseologia: mídias colaborativas produzidas para a preservação e difusão das culturas e memórias das comunidades LGBT*. Orientador: Rosana Maria Ribeiro Borges. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2022.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*. Belo Horizonte. Vol. 5. nº. 11. p. 121-136. Maio/Agosto 2011.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: BOURDIEU, Pierre, ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução: Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP. 2004.

BRASIL. DECRETO Nº 19.851, DE 11 DE ABRIL DE 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituído no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.

BRASIL. DECRETO Nº 29.741, DE 11 DE JULHO DE 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

BRASIL. LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. História e Missão. Brasília [s.d]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Acesso a Informação. Disponível em: <<http://cnpq.br/apresentacao-acesso-a-informacao/>> Acesso em: 20 de ago de 2024.

BRASILEIRO, F. S.; LOUREIRO, J. M. M.; FREIRE, G. H. A. Uma reflexão histórico-epistemológica da perspectiva social no campo da Ciência da Informação. *Investig. bibl*, México, v. 29, n. 65, p. 137-159, abr. 2015.

BRITTO, Clovis Carvalho; MACHADO, Rafael dos Santos. Informação e patrimônio cultural LGBT: as mobilizações em torno da patrimonialização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, [S. l.], v. 25, p. 01–21, 2020. DOI: 10.5007/1518-2924.2020.e70964. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e70964>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRITTO, Clovis Carvalho. Apresentação – Os museus e o campo da informação. *Os museus e o campo da informação: processos museais, Museologia e Ciência da Informação*. Org: Clovis Carvalho Britto. São Paulo: Abecin Editora, 2023.

BUCKLAND, B. M. What kind of science can information science be? *Jasist*, v. 63, n. 1, p.1-7 Jan, 2012.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

CAPURRO, Rafael. V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Belo Horizonte (Brasil) 10 de novembro de 2003. Tradução de Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wense Dias, Isis Paim, Ligia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges. 2003. Disponível em: < https://www.capurro.de/enancib_p.htm >

CAMPUZANO, Giuseppe. Recuperação das histórias travestis. *Questões de Sexualidade: Ensaios transculturais*. Organizadoras Andrea Cornwall e Susie Jolly. Rio de Janeiro, ABIA, 2008.

CARNEIRO. Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto / Angela Arruda... [et al.]*.Org: Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARVALHO, Rachel de; SILVA, Michelly Dias da; SOUZA, Marcela Tavares de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*. 2010; 8(1 Pt 1):102-6.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. *Em questão*. Porto Alegre, v. 13,n. 2, p. 207-224. Jul/Dez 2007.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de

apresentação). *Cadernos do CEOM*. Ano 27, n. 41. p. 9-22. 2016.

CHAVES, Ítalo Teixeira. *Avaliação Heurística De Usabilidade Em Museus Virtuais: uma análise do Museu da Diversidade Sexual*. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

CHAVES, Julio César. “El Olvido Está Lleno De Memoria”: Fragmentos, Soterramentos E Ausências Da Mítica Mesa-Redonda De Santiago Do Chile, 1972. Tese (Doutorado em Museologia). Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração - Departamento de Museologia. Lisboa, 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais / Audre Lorde...* [et al.]. Org: Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

COSTA, Luciana Ferreira da; NUNES, Maria de Fátima; SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. História Da Formação Avançada Em Museologia E Patrimônio No Brasil: Pioneirismo Promissor Da Cooperação Entre A Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro E O Museu De Astronomia E Ciências Afins. *Ponto de Acesso*, Salvador, v.12, n.2, p.74-88, dez. 2018

COUTINHO, Maria Inês Lopes. Waldisa, o curso de Museologia e o alunado. *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinapoteca do Estado de São Paulo. Acesso em: 10 maio 2025, 2010.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Revista de Estudos Feministas*, vol. 7, n. 12, 2002, pp. 171-188.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 6 no 1*. 2013.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto / Angela Arruda...* [et al.].Org: Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FAYET-SCRIBE, S. Você conhece Suzanne Briet?. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v.11, n.3, p.805– 815, 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais / Audre Lorde...* [et al.]. Org: Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FREITAS, Gabriel Andrade de. Museologias indisciplinadas e tendências de pesquisa: repercussões da temática LGBT no Seminário Brasileiro de Museologia. In: Congresso de Iniciação Científica da Unb e Congresso de Iniciação Científica do DF 27º Congresso De Iniciação Científica Da Unb E 18º DO DF, 2021.

FREITAS, Gabriel Andrade de. Revista Memória LGBT: Museologias dissidentes e memórias corporificadas. In: 26º Congresso de Iniciação Científica da UnB e do 17º Congresso de Iniciação Científica do DF, 2020, Brasília. 26º Congresso De Iniciação Científica Da UnB e 17º do DF, 2020.

FREITAS, Gabriel Andrade de. *Rede LGBT de Memória e Museologia Social: Análise das repercussões no campo da Museologia no Brasil (2012-2022)*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Museologia) – Universidade de Brasília, 2023.

FURTADO, Heitor Luiz; HOSTINS, Regina Célia Linhares. Avaliação da pós-graduação no Brasil. *Rev. educ. PUC-Camp.*, Campinas, 19(1):15-23, jan./abr., 2014.

GARCIA, Clara Cristina. *Breve História do Feminismo no Brasil*. SP: Claridade, 2015.

GARCEZ, Cadiani Lanes. *As dinâmicas de circulação do acontecimento fechamento do Queermuseu na mídia gaúcha*. Orientador: Viviane Borelli. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

HIGINO, Anderson Fabian Ferreira; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de; SCOTT, Carolina de Souza Paes. Construção de políticas de informação: aspectos epistemológicos e metodológicos. *Liinc em Revista*, v.4, n.2, setembro 2008, Rio de Janeiro, p. 286- 302

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. Marcos Santarrita. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, abr., 2009.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. O campo acadêmico em Comunicação Organizacional e Relações Públicas no Brasil: caracterização, pesquisa científica e tendências. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, n. 10, vol. 5, páginas 105-124, 2015. Disponível em: <http://revistarelacionespublicas.uma.es/index.php/revrrpp/article/view/356>. Acesso em: 11 de set de 2024.

LAURETIS, Teresa. de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, p.206-242.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais / Audre Lorde... [et al.]*. Org: Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. O objeto de museu como documento: um panorama introdutório. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 13-36, jan./abr. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. "A Emergência do Gênero" in *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, Rafael dos Santos. *Cartografias Da Transmusealidade: Processos Museológicos Em Casas De Acolhida LGBT No Brasil*. 2021. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

MAIA, Rita; SANTOS, Melissa. Exposições museológicas online: seu sentido e alguns desafios. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 10, n. Especial, p. 278–294, 2021. DOI: 10.26512/museologia.v10iEspecial.39558. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/39558>. Acesso em: 16 maio. 2025.

MATA, Marta Leal da; NASCIMENTO, Marcela Aguiar da Silva. O comportamento informacional e a competência em informação: uma abordagem a partir do contexto das pessoas trans e travestis. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 17, n. esp. V Seminário de Competência em Informação, p. 01-19, 2021.

MARTINS, C. B. As origens pós-graduação nacional (1960-1980). *Revista Brasileira de Sociologia - RBS*, [S. l.], v. 6, n. 13, 2018. DOI: 10.20336/rbs.256. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/374>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MEIRELLES, Mariana Barros. *Reconhecimento, emancipação e justiça: o lugar da informação nos movimentos sociais identitários*. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, jan/dez, 1994.

NASCIMENTO, Leticia. E não posso eu ser uma mulher?. *Transfeminismo: feminismos plurais*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Francisco Arrais. *Memória da Militância: a contribuição da Organização do Conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBT da região do Cariri cearense*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

NAVARRO-SWAIN, Tania. *O Que é Lesbianismo?* Coleção Primeiros Passos, 1a. ed, SP: Brasiliense, 2000.

NOBRE, Lorena Neves; FREITAS, Rodrigo Randow. A Evolução da Pós-Graduação no Brasil: Histórico, Políticas e Avaliação. *Brazilian Journal of Production Engineering*, São Mateus, Vol.3, N.o 2, p.18-30. 2017.

OLIVEIRA BRUNO, Maria Cristina. Museologia: entre abandono e destino. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 19–28, 2020. DOI: 10.26512/museologia.v9i17.31590. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/31590>. Acesso em: 28 maio. 2025.

PATRUS, Roberto; SHIGAKI, Helena Belintani; DANTAS, Douglas Cabral. Quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo: distorções da avaliação da pós-graduação no Brasil à luz da história da Capes. *Cad. EBAPE.BR*, v. 16, no 4, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2018.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Movimentos interdisciplinares e rede conceitual na ciência da informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 7., 2006, Marília. *Anais eletrônicos...* Marília: [s.n.], 2006a. p.1-12. Disponível em: <<http://www.portalppgci.marília.unesp.br>>.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Cenário Da Pós-Graduação Em Ciência Da Informação No Brasil, Influências E Tendências. *VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciênciada Informação*. Salvador, Bahia. 2007.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Confluências Interdisciplinares entre Ciência da Informação e Museologia. *Museologia & Interdisciplinaridade*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07–31, 2012. DOI: 10.26512/museologia.v1i1.12343. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/12343>. Acesso em: 21 jul. 2025.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto Contrassexual*. São Paulo. N-1 edições, 2017.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais / Audre Lorde...* [et al.]. Org: Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

PRIOSTI, Odalice; VARINE, Hugues de. O novo museu das gentes brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários. *Cadernos de Museologia* n. 28. 2007.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos pagu* (11) 1998: pp.89-98.

RAMOS, T. O.; MIRANDA, Z. D. O inter-relacionamento entre documentos de arquivo, biblioteca e museu: memorial - um sistema em definição. *Revista Fontes Documentais*, v. 4, n. 1, 2021.

REA, C. A. Pensamento Lésbico e Formação da Crítica Queer of Color. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 117–133, 2018. DOI: 10.9771/cgd.v4i2.26201. Disponível

em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/26201>. Acesso em: 13 abr. 2025.

RIOS, F. W. S.; SOUZA, M. N. A. de. Gênero e sexualidade como temas de teses e dissertações: levantamento quantitativo nos repositórios do IBICT e da CAPES. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, [S. l.], v. 13, p. 1923–1938, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/941>.

RIBEIRO, Deco. Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT. *Stonewall 40 + o que no Brasil?*. Org.: COLLING, Leandro. Bahia: EDUFBA, 2011.

ROCHA, Carin Cunha; PINTO, Virgínia Bentes; DAVID, Priscila Barros. Arquitetura da informação: revisão integrativa em bases de dados de ciência da informação. *Inf. Inf.* Londrina, v. 25, n. 2, p. 49 – 73, abr./jun. 2020.

RODRIGUES, Gabriela Fernanda Ribeiro; OLIVEIRA, Eliane Braga de; JUVÊNCIO, Carlos Henrique. O Surgimento Da Pós-Graduação Em Biblioteconomia E Ciência Da Informação No Brasil. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 27, n. 4, p. 400 – 426, out./dez. 2022.

SAMPAIO, Denise Braga. *A Memória, A Informação E O Silêncio Da Lesbianidade No Serviço Nacional De Informação, Nas Décadas De 1970 A 1980*. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SANTANA, Sérgio Rodrigues de; COSTA, Levi Cadmiel Amaral da; MELO, Maytê Luanna Dias de; SILVA, Alzira Karla Araújo da; SOUZA, Edivanio Duarte de. A rede epistêmica da informação gênero-sexualidade na Ciência da Informação. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 6, p. 1-21, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v6i00.2021.44186.1-21>.

SANTOS, Ana Paula Lima dos; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. A Interdisciplinaridade e a Ciência da Informação: algumas reflexões. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 335-349. 2013.

SANTOS, Bruno Almeida dos. *Centros De Referência LGBT, Espaços De Cultura, Cidadania E Informação: Um Estudo Na Cidade De São Paulo*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Da Bahia, Salvador, 2018.

SANTOS, Marcelo; FUJIKI, Natália Navarro; COSTA, Tainá. Comunicação & interdisciplinaridade: algumas notas exploratórias sobre as bases epistemológicas da Área. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero*. Volume 8, no 2. 2016.

SANTOS, Maria Celia Teixeira Moura. Processo Museológico: critérios de exclusão. *Caderno de Sociomuseologia*, n. 18, 2002, p. 75 -91.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; TARGINO, Maria das Graças; FREIRE, Isa Maria. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação*, v. 4, n.o 1, p.114-135, jan./jun. 2017.

SILVA, Laelson Felipe da; CÔRTEZ, Gisele Rocha; OLIVEIRA, Henri Poncio Cruz de. A diversidade nos estudos de práticas informacionais: possibilidades teórico-conceituais para abordagem de sujeitos LGBTQI+. *Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação*. Florianópolis – SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019.

SILVA, Laelson Felipe da. *Práticas Informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no Espaço LGBT*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SILVA, Luís Carlos da. *A Resiliência Informacional No Contexto Da Homofobia: O Papel Das Práticas Informacionais No Espaço LGBT De João Pessoa-PB*. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

SILVA, Michel Batista. *Arquitetura Da Informação Pervasiva No Contexto Do Centro Estadual De Referência Dos Direitos De LGBT E Enfrentamento À LGTBfobia Na Paraíba*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SILVA, V. B. da; FERNANDES, J. da S. G. Biblioterapia no Brasil: revisão integrativa de literatura de 2019 a 2021. *Revista ACB*, [S. l.], v. 28, n. 4, p. 1–19, 2023

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. In: BEDIN, Gilmar Antonio; CITTADINO, Gisele Guimarães; ARAÚJO, Florivaldo Dutra de (Org.) *Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito*. Florianópolis: CONPEDI, 2015

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n.16, jul./ dez. 2006, p. 20-45.

VANIN, Luís Fernando. *Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC sob a perspectiva da desclassificação*. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

VARGAS ESCOBAR, G. Por uma Museologia Lésbica Negra. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 61, n. 17, p. 5-41, 29 Abr. 2021.

VARINE, Hugues de. “O museu comunitário é herético?”. *Jornal Quarteirão* - no. 67. Rio de Janeiro. Maio/Junho 2006.

VIANA, Azilton Ferreira. *A produção científica acerca da temática LGBT: um estudo propedêutico nas teses e dissertações na UFMG*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais. 2017.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. *Avaliação da Pós-Graduação Brasileira: análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas da comunidade acadêmica*. 2015. 184p. Tese (Ciência da Informação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

WITTIG, Monique. *The Straight Mind and other Essays*. Beacon - Boston, 1992.

ZILLER, Joana et al. CARTOGRAFIA DE DISSIDÊNCIAS: temáticas LGBT nos periódicos brasileiros de Comunicação. In: *Anais Do 32º Encontro Anual Da Compós, 2023*, São Paulo. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/cartografia-de-dissidencias-tematicas-lgbt-nos-periodicos-brasileiros-de-comunic?lang=pt-br>>. Acesso em: 18 Out. 2024.